

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS**  
**PRÓ – REITORIA DE PÓS – GRADUAÇÃO E EXTENSÃO**  
**MESTRADO MULTIDISCIPLINAR EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO**  
**AMBIENTE**

**ANA LÚCIA DO CARMO SILVA**

**TERRITÓRIO E QUALIDADE DE VIDA:** estudos da expansão  
sucroalcooleira nos territórios de Rio Verde e Turvelândia / GO (1970 – 2010)

**Anápolis**

**2012**

**ANA LÚCIA DO CARMO SILVA**

**TERRITÓRIO E QUALIDADE DE VIDA: estudos da expansão  
sucroalcooleira nos territórios de Rio Verde e Turvelândia / GO (1970 – 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Multidisciplinar Sociedade, tecnologia e Meio Ambiente da UniEVANGÉLICA – Centro Universitário de Anápolis, como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, área de concentração: Políticas Públicas e Meio Ambiente, sob a orientação da Professora Dra. Giovana Galvão Tavares.

Anápolis

2012

S586

Silva, Ana Lúcia do Carmo.

Território e qualidade de vida: estudos da expansão sucroalcooleira nos territórios de Rio Verde e Turvelândia / GO (1970-2010) / Ana Lúcia do Carmo Silva. – Anápolis: Centro Universitário de Anápolis, 2012.

141 p. il.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Giovana Galvão Tavares.

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2012.

1. Qualidade de vida 2. Riscos Socioambientais  
3. Transformações econômicas, sociais, culturais e Ambientais 4. Expansão da cana-de-açúcar nos espaços urbanos. I. Tavares, Giovana Galvão .

II. Título.

CDU 504

Dissertação apresentada por ANA LÚCIA DO CARMO SILVA, intitulada **TERRITÓRIO E QUALIDADE DE VIDA:** estudos da expansão sucroalcooleira nos territórios de Rio Verde e Turvelândia / GO (1970 – 2010), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente à Banca Examinadora do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA),

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Giovana Galvão Tavares  
(Orientadora / UniEVANGÉLICA)

---

Prof. Dra. Janes Socorro Luz (UEG)  
Avaliadora externa

---

Profa. Dra. Genilda D'arc Bernardes (UniEVANGÉLICA)  
Avaliadora interna

---

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva  
Suplente

Anápolis, 20/09/2012.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, razão maior da existência humana e certeza do amor que habita em nós!

Aos meus pais Ermano Corrêa (in memoriam) e Gesir Maria, árvores do bem que nos permitiram nascer para que o amor de Deus se confirmasse na fertilização de nossas vidas e na perpetuação de nossa gênese.

A minha irmã Vera Lúcia que dedicou seu precioso tempo, muitas vezes sacrificou seus fins de semana colaborando na estruturação e tabulação de dados. Com você compartilho este trabalho e faço meus sinceros agradecimentos: muito obrigada, sua ajuda foi primordial para mim.

Ao meu irmão Ermano Junior que, mesmo distante me trás motivos para prosseguir.

A Dra. Giovana Galvão Tavares, por seu carinho e dedicação com que me recebeu, bussola a direcionar-me em meio às águas turbulentas do imenso mar onde navegamos. Decisiva em suas contribuições na concretização deste sonho, orientando – me e muitas vezes, e não foram poucas, caminhou comigo. A você Giovana meus sinceros agradecimentos.

A Dra. Genilda D'arc Bernardes, pela confiança a mim depositada, quando me convidou a fazer parte do Projeto maior: Cidade, Qualidade de Vida e Riscos: estudos dos impactos da expansão da cana de açúcar nos espaços urbanos dos fragmentos territoriais goianos (1970-2010). Com certeza você foi marco essencial em minha escolha.

A todos os professores que souberam com maestria conduzir-nos no caminho do pensar em sincronia com os acordes do conhecimento, os quais fazem mover a incomensurável orquestra da sabedoria.

À Secretária do Mestrado, Eunice, sustentáculo nas horas de angustias e auxílio técnico – operacional que incansável manteve *online* conosco, apressando se em nosso socorro.

Ao Coordenador do Mestrado, Roberto Prado, estímulo constante em nossas aulas, figura ímpar há motivar nossos dias.

Meus sinceros agradecimentos à douta Banca Examinadora, que se dispôs de seu valoroso tempo na avaliação e sugestões para a melhoria deste trabalho.

Aos companheiros de caminhada: Marcos André Ribeiro e Raíssa Suelen Gomes da Silva, que somaram forças e muito contribuíram para a concretização de nossos objetivos. Nosso muito obrigado.

As Prefeituras de Rio Verde e Turvelândia de Goiás, que abriram suas portas e nos acolheram com carinho e responsabilidade.

Ao Sr. Filadélfio, que carinhosamente nos concedeu informações as quais contribuíram sobremaneira na concretização deste trabalho.

A bibliotecária Cida que mui gentilmente nos acolheu, possibilitando nossa pesquisa documental.

Ao Secretário Municipal da Cultura de Rio Verde de Goiás Sr. João Orlando pelo apoio e estímulo à realização deste trabalho.

Aos trabalhadores da cana-de-açúcar que foram nosso motivo de pesquisa; nosso muito obrigado por nos receberem em seus locais de trabalho; debaixo do sol escaldante nos conceder minutos de seu labor para que pudéssemos alcançar êxito em nossa pesquisa.

Às Usinas de Álcool DECAL e Vale do Verdão que muito contribuíram na consolidação de nossos questionários, possibilitando sucesso em nossos estudos. Nosso muito obrigado.

Ao Senhor Ademar Roque Hippler Ruwer, que com competência realizou todos os trabalhos cartográficos, não medindo esforços em seus fins de semana, para que todo o trabalho fosse realizado.

Ao Professor Leonardo Rodrigues de Sousa no trabalho de correções textuais desta pesquisa.

À professora Eliza Gomide por seu trabalho de formatação e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização desta memorável pesquisa, meu muito obrigado.

## **Quem sou eu?...**

*Sou a cana-de-açúcar e aqui cheguei para ficar,  
Foi em forma de garapa que pude me apresentar  
Conforme o tempo passava comecei a modificar,  
O melado, a rapadura pra todos alimentar.*

*Das lavouras tão imensas, nas mãos do agricultor,  
Nos velhos carros de bois com destino ao moedor,  
Nos engenhos das fazendas, de um Brasil colonial,  
Sustentei por muito tempo a balança comercial,*

*Com um povo tão altaneiro trabalhando nesse chão,  
Ajudei a construir essa gigante nação.  
Hoje os tempos já são outros e o progresso chegou,  
O velho carro de bois e engenhos se aposentou.*

*Sem querer perder espaço eu comecei a pensar,  
Os doces em exageros o diabetes vai chegar,  
Isso é assunto sério, comecei a observar,  
Quando sou aguardente, os ébrios vou dominar.*

*Mas, isso é muito triste, não posso me conformar!  
Dois pontos tão negativos a minha história fechar!  
Por isso, em combustível resolvi me transformar,  
É nos motores possantes que minha história vai continuar...*

*Gesir Maria do Carmo Silva (2012).*

## RESUMO

A pesquisa busca analisar a qualidade de vida dos residentes dos territórios de Rio Verde e Turvelândia. Os referidos municípios são margeados pela expansão da cana-de-açúcar e conseqüentemente recebem os impactos socioambientais ocasionados pela atividade econômica. O período da realização da pesquisa foi de março de 2011 a agosto de 2012. Os três conceitos básicos que nortearam teoricamente esta pesquisa foram Território, municípios e Qualidade de Vida. Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisas bibliográficas, sites oficiais do IBGE, SEGPLAM, OMD, bem como realização de pesquisas documentais nos arquivos de instituições públicas, entrevistas e relatos orais, além de outras fontes suplementares como fotografias, jornais, e outros relevantes à pesquisa. Os territórios são investigados a partir da qualidade de vida da população residente e dos riscos socioambientais, com análise das transformações econômicas, sociais, culturais a que esta sujeita a população residente, diante dos impactos da expansão da cana-de-açúcar e suas influencias nos espaços urbanos, com a finalidade de contribuir para o entendimento do novo processo econômico.

**Palavras Chaves:** Território – Uso do Solo - Qualidade de Vida

## **ABSTRACT**

The research seeks to analyze the quality of life of residents of the territories of Rio Verde-GO and Turvelândia. Those counties are bordered by the expansion of sugar cane and consequently receive the environmental impacts caused by economic activity. The period of the survey was March 2011 to August 2012. The three basic concepts that guided this research were theoretically Territory, municipalities and Quality of Life. The methodological procedures were used library research, official websites IBGE, SEGPLAM, OMD, as well as conducting documentary research in the archives of public institutions, interviews and oral histories, and other supplementary sources such as photographs, newspapers, and other relevant research. The territories are investigated from the quality of life of the resident population and the social and environmental risks, analyzing the economic, social, cultural, which is subject to the resident population, before the impact of the expansion of sugar cane and its influences on urban spaces, in order to contribute to the understanding of the new economic process.

**Key Words:** Planning - Land Use - Quality of Life

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Foto 01:</b> Vista aérea do bairro Monte Sião. Rio Verde .....	44
<b>Foto 02</b> – Rio Verdão – Município de Turvelândia – GO.....	48
<b>Foto 03</b> – Plantação de soja no Mun. de Turvelândia, (2010) .....	51
<b>Foto 04:</b> Árvore de Natal de material reciclado (garrafas pet) .....	82
<b>Foto 05:</b> Ornamentação natalina/Boneco de Neve com material reciclado.....	83

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Usinas e Destilarias da Mesorregião Sul Goiano.....	33
<b>Quadro 02:</b> Principais ocorrências registradas em Rio Verde.....	41
<b>Quadro 03:</b> Lavoura temporária de Turvelândia, (2004-2010).....	51
<b>Quadro 04:</b> Ocorrências registradas em Turvelândia (2005-2010).....	54

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> Índices de Desenvolvimento Humano em Rio Verde .....	61
<b>Gráfico 02:</b> Gini e Índices de Desenvolvimento Humano de Rio Verde (1990-2000).....	64
<b>Gráfico 03:</b> População Urbana e Rural de Turvelândia (1991-2010).....	75
<b>Gráfico 04:</b> Densidade demográfica de Turvelândia (1991-2010).....	75
<b>Gráfico 05:</b> IDH-M de Turvelândia (1991-2000).....	76
<b>Gráfico 06:</b> Índice de Desenvolvimento Humano (1991-2000).....	77

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01</b> – Mapa do Estado de Goiás e a localização dos municípios de Rio Verde e Turvelândia. ....	35
<b>Mapa 02:</b> Vias de acesso do município de Rio Verde. ....	47
<b>Mapa 03:</b> Tipos de solo de Turvelândia. ....	49
<b>Mapa 04:</b> Zoneamento urbano de Rio Verde. ....	58
<b>Mapa 05:</b> Vias de acesso ao município de Turvelândia. ....	63

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Número de usinas sucroalcooleira na Mesorregião Sul, 2011. ....	25
<b>Tabela 02:</b> Produção Agrícola, 2000 – 2010. ....	27
<b>Tabela 03</b> – Indicadores de Qualidade .....	30
<b>Tabela 04</b> - Principais Produtos Agrícolas – 2010.....	36
<b>Tabela 05:</b> Frota de automóveis e maquinários de Rio Verde (2005-2010).....	38
<b>Tabela 06:</b> IDH-M (1999-2010). ....	40
<b>Tabela 07:</b> Escolaridade da população residente pesquisada por gênero/Rio Verde.....	42
<b>Tabela 08:</b> Sequência nos estudos/Rio Verde. ....	43
<b>Tabela 09:</b> Dados a partir dos domicílios particulares e permanentes de Rio Verde .....	44
<b>Tabela 10:</b> Ligações de água em Turvelândia. ....	50
<b>Tabela 11:</b> Serviços públicos prestados à comunidade de Turvelândia, 2010. ....	52
<b>Tabela 12:</b> Analfabetos por faixa etária de Turvelândia, 2012.....	55
<b>Tabela 13:</b> Crescimento populacional de Rio Verde da década de 1970 a 2010. ....	59
<b>Tabela 14:</b> Perfil de salários pagos aos trabalhadores de Rio Verde/2010. ....	65
<b>Tabela 15:</b> Perfil dos trabalhadores de Rio Verde/2010. ....	65
<b>Tabela 16</b> - Taxas de alfabetização e de analfabetismo do Brasil e de Rio Verde entre 1980-2010.....	66
<b>Tabela 17:</b> Escolaridade da população residente pesquisada por gênero .....	67
<b>Tabela 18:</b> Rede de abastecimento de água de Rio Verde. ....	68
<b>Tabela 19</b> – Crescimento dos números de violência e criminalidade em Rio Verde entre 2002-2011.....	72
<b>Tabela 20:</b> Aspectos demográficos de Turvelândia.....	74
<b>Tabela 21:</b> Número de alunos matriculados em Turvelândia (2000-2010).....	78
<b>Tabela 22:</b> Escolaridade da população residente pesquisada por gênero em Turvelândia.....	79
<b>Tabela 23:</b> Estrutura de domicílios de Turvelândia .....	80
<b>Tabela 24</b> – Crescimento dos números de violência e criminalidade em Turvelândia entre 2007-2010.....	84

## LISTA DE SIGLAS

AGETOP	Agência Goiana de Transportes e Obras
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAIS	Centro Integrado da Saúde
CANG	Colônia Agrícola de Goiás
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAA	Central Itumbiara de Bioenergia e Alimentos S/A
COMIGO	Cooperativa Agroindustrial dos Produtos Rurais do Sudoeste Goiano
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSIDADE/RV	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano/Rio Verde
COSAN	Centro Oeste S/A Açúcar e Álcool
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DECAL	Destilaria Catanduva
DENUSA	Destilaria Nova União
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telefonia
FAEG	Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
FESURV	Universidade de Rio Verde
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEE	Gases do Efeito Estufa
GO	Goiás
GOIASA	Goiatuba Álcool Ltda.
HSBC	Hong Kong and Shanghai Banking Corporation
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICV	Índice de Condição de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LASA	Lagoa Azul S/A
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
ODM	Portal de Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PNATE	Apoio de Transporte Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PROALCOOL	Programa Nacional do Álcool
PROCEDER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado
PROMED	Programa de Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica
QV	Qualidade de Vida
SANEAGO	Sistema de Saneamento de Goiás
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEGPLAN	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR/GO	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Goiás
SEPIN	Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações Socioeconômicas.
SSPJ/GO	Secretaria da Segurança Pública de Justiça de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

## SUMÁRIO

LISTA DE FOTOGRAFIAS .....	8
LISTA DE QUADROS .....	8
LISTA DE GRÁFICOS .....	8
LISTA DE MAPAS .....	8
LISTA DE TABELAS .....	9
LISTA DE SIGLAS .....	10
INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 TERRITÓRIO E QUALIDADE DE VIDA .....	17
1.1 Território.....	17
1.2 Qualidade de Vida.....	28
CAPÍTULO 2 CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS GOIANOS DE RIO VERDE E TURVELÂNDIA (1970 – 2010).....	32
2.1 Os territórios: Rio Verde e Turvelândia .....	32
2.2 Rio Verde.....	35
2.3 Turvelândia de Goiás .....	47
CAPÍTULO 3 A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICÍPIOS GOIANOS DE RIO VERDE E TURVELÂNDIA .....	57
3.1 Rio Verde e Qualidade de Vida .....	58
3.2 Turvelândia e Qualidade de Vida.....	73
3.3 Percepções das populações entrevistadas sobre seu território e sua qualidade de vida.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	98
ANEXOS.....	102

## INTRODUÇÃO

Enquanto discente do Programa de Mestrado Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA, fui convidada pela professora orientadora Dra. Giovana Galvão Tavares a fazer parte do grupo de pesquisa: Cidade, Qualidade de Vida e Riscos: estudos dos impactos da expansão da cana-de-açúcar nos espaços urbanos dos municípios goianos (1970-2010), como parte do Programa do Mestrado na Linha de Pesquisa Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente, registrado no Centro Nacional de Pesquisa (CNPq). Fui muito bem acolhida pela Coordenadora do Grupo de Pesquisa Dra. Genilda D'arc Bernardes e por minha orientadora que incentivaram e colaboraram para a realização dos estudos e análises propostos para a produção do presente trabalho de dissertação e obtenção do título de mestre.

A pesquisa fez parte de um projeto maior financiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), que tem como objetivo analisar as transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais acarretadas pela propagação do plantio da cana-de-açúcar em fragmentos territoriais margeados pela produção sucroalcooleira e os seus indicadores, relacionados à qualidade de vida da população residente e os riscos socioambientais produzidos mediante a grande demanda na produção de bicompostíveis. (TAVARES; BERNARDES, 2010).

A hipótese norteadora desta pesquisa foi a de que ocorrem transformações econômicas, socioambientais e culturais a partir do processo de uso do solo com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, que por hora expõe a riscos os espaços rural e urbano dos territórios margeados pela produção sucroalcooleira e interfere nos índices que apontam a qualidade de vida da população residente nestes territórios.

A pesquisa enquadrou-se como ramificação do projeto anteriormente já mencionado, a partir de uma vertente multidisciplinar, destacando temas como: cidades, políticas públicas, qualidade de vida e riscos, impactos e expansão da produção sucroalcooleira envolvendo discussões no campo da sociologia, pedagogia e geografia. Tendo como objetivo principal a análise da qualidade de vida das populações de Rio Verde e Turvelândia, bem como os riscos socioambientais ocasionados pelos impactos da expansão da cana-de-açúcar nesses territórios.

Nesse sentido, é imprescindível o estudo das categorias território e territorialidade, bem como cidades ou fragmentos territoriais para entender o processo de

ocupação, povoamento e urbanização dos territórios goianos pesquisados, assim como as estruturas políticas de criação desses territórios, principalmente em se tratando das estratégias políticas, de cunho econômico, político e social.

O estudo se deu por pesquisa bibliográfica combinada com pesquisa de campo, cuja finalidade é estabelecer uma comunicação entre bases teóricas e históricas das ciências sociais e humanas com subsídios empíricos. Os três conceitos básicos nortearam teoricamente esta pesquisa: Território fundamentado em HAESBAERT (2004), SOUZA (2001), RAFESTIN (1993), SANTOS (1985); Fragmentos territoriais a partir do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), TEIXEIRA NETO (s/d) e Qualidade de Vida com base em MINAYO, HARTZ, BUSS (2000).

Os dados secundários provenientes da coleta de dados de fontes oficiais tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ), Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (SEPIN) e Ministérios das Cidades estão distribuídos ao longo do texto ou em formato de tabelas, gráficos e mapas.

A pesquisa de campo procedeu da abordagem qualitativa, na qual foram ouvidos os agentes envolvidos na gestão municipal e no trabalho com a cana-de-açúcar, o que nos propiciou uma maior proximidade com a realidade estudada.

As áreas de estudo estão inseridas na região Sudoeste do Estado de Goiás, marcada por fatos históricos, políticas de ocupação e povoamento devido às demandas econômicas, políticas e sociais. Estes fatores nos remeteram a apresentação dos objetivos que nortearam a pesquisa como: investigar os territórios de Rio Verde e Turvelândia, qualidade de vida da população residente e os riscos socioambientais como objetivo maior. Buscou-se analisar as transformações econômicas, sociais e culturais a que estão sujeitos, bem como a vulnerabilidade da população frente aos impactos da expansão da cana-de-açúcar em seus espaços urbanos.

A finalidade desta pesquisa correspondeu à necessidade de compreender as principais transformações a partir dos impactos que ocorrem nos fragmentos territoriais de Rio Verde/GO e Turvelândia/GO, onde estão instaladas as empresas sucroalcooleiras que geram o desmatamento de várias áreas e ocasionam a destruição do bioma cerrado.

Desta forma, foram aplicados questionários semiestruturados e inquiridas as populações residentes, trabalhadores da cana-de-açúcar e gestores municipais. Foi preparado 01 questionário específico para cada segmento contemplando vinte e cinco (25) questões em que os entrevistados além de responderem perguntas objetivas, puderam manifestar opiniões e

percepções sobre questões ligadas as influências da indústria e dos meios de produção sucroalcooleira no município e as políticas públicas locais.

Para delimitação da pesquisa in loco foi definido uma amostragem de 60 entrevistas à população de trabalhadores do corte de cana-de-açúcar, 60 entrevistas à população residente e 20 entrevistas a gestores. O quantitativo se justifica por se tratar de período de entressafra e muitos desses trabalhadores, bem como residentes voltarem para seus locais de origem. Outro fator relevante para a definição dessa amostragem foi às limitações de tempo para a realização das pesquisas e as grandes distâncias entre os entrevistados nos territórios.

No entanto, da população residente obteve-se a participação de 52 entrevistados em Rio Verde e 41 entrevistados em Turvelândia, já entre a população de trabalhadores da cana-de-açúcar obteve-se a participação de 15 entrevistados em Rio Verde e 13 entrevistados em Turvelândia, enquanto que entre a população de gestores foi possível a inquirição de 05 entrevistados em Rio Verde e 08 entrevistados em Turvelândia.

Apesar de não ter sido alcançada a meta de 100% dos questionários respondidos, devido à indisponibilidade de agenda de alguns gestores, do fato de algumas pessoas da população de residentes não dispor de tempo para as inquirições e por se tratar de período de entressafra, quando a maior parte dos trabalhadores da cana-de-açúcar volta para seus territórios de origem, obteve-se a participação de 76,7% da população residente, 23,5% dos trabalhadores da cana-de-açúcar e 32,5% da população de gestores. Considerou-se a amostragem suficiente para a obtenção dos dados propostos.

Após os levantamentos, percebe-se que os fragmentos territoriais próximos a atividade sucroalcooleira são submetidos a um conjunto de riscos que podem ocasionar desde a perda da qualidade de vida, a situação da vulnerabilidade econômica e socioambiental e os problemas derivados desses riscos.

A estrutura da dissertação apresenta no primeiro Capítulo – *Território e Qualidade de Vida* o conceito de território segundo corroborações de Haesbaert (2007), Souza (2001), Raffestin (1993) e Santos (1985). Nesse mesmo propósito, apresentou-se o conceito de território e sua fundamentação segundo estudos de Teixeira Neto (s/d), Chaul (2010), Garcia (2010) e Estevam (1998). Com base em tais conceitos, foi abordada a ocupação dos territórios goianos pesquisados e seus fatos históricos relevantes no processo de ocupação e povoamento, onde se evidenciou o destaque de tais territórios nas microrregiões do Sudoeste Goiano e Vale do Rio dos Bois, por suas localizações e influências no desenvolvimento

econômico no cenário agroindustrial estadual e nacional. Outro ponto que foi alvo de estudo é o conceito de qualidade de vida e seus indicadores.

O segundo Capítulo cujo título - *Cenário dos municípios goianos de Rio Verde e Turvelândia* – discutiram-se as características socioeconômicas e o meio ambiente, dos territórios sob as distintas influências dos setores agroindustrial e sucroalcooleiro. No segundo momento direcionou-se ao processo de uso do território segundo informações obtidas em pesquisas *in loco*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Estadual de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisa (INEPE), Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás (SSPJ/GO) e fontes bibliográficas diversas sobre os territórios. E por último a apresentação dos indicadores de qualidade de vida nos territórios em estudo.

O terceiro Capítulo – *A expansão da cana-de-açúcar e qualidade de vida nos municípios goianos de Rio Verde e Turvelândia* – discute os dados e informações disponibilizadas por institutos oficiais como IBGE, SEGPLAN, INEPE, SSPJ/GO, Conab, além de dados bibliográficos e pesquisas *in loco*, e tratou da análise sobre os dados coletados no território sob o foco do desenvolvimento econômico e os resultados dessas ações para a qualidade de vida das populações locais.

Por último foram levantadas as considerações finais quanto as percepções da autora e das populações inquiridas nas pesquisas *in loco*, sobre as influências das expansões agrícolas da cana-de-açúcar e das atividades do agronegócio sucroalcooleiro nos territórios de Rio Verde e Turvelândia, como fator determinante para o desenvolvimento dos índices de qualidade de vida das populações.

# CAPÍTULO 1 TERRITÓRIO E QUALIDADE DE VIDA

Este capítulo tem a finalidade de apresentar os conceitos utilizados para a realização da pesquisa: território e qualidade de vida, e também um panorama histórico e geográfico de formação dos territórios dos municípios de Rio Verde e Turvelândia, destacando o crescimento demográfico, socioeconômico e os impactos ambientais sofridos por esses territórios.

Nesse contexto apresentam-se os dois municípios inseridos na Mesorregião Sul Goiano, em suas respectivas Microrregiões, buscando mostrar o fator econômico dos territórios, suas dinâmicas populacionais, o aumento da produção agropecuária que viabilizaram o crescimento e o desenvolvimento dos territórios goianos de Rio Verde e Turvelândia, expandindo suas fronteiras agrícolas.

## 1.1 Território

Território é uma palavra de origem latina *territorium*, que significa terra. Etimologicamente, o termo se assemelha a *territorium* (apropriado) e *térreo*, *terror* (terror, aterrorizar). Daí o seu duplo significado, ora de domínio de terra, um recorte jurídico, político, ora expressa a noção de uso, exposição do terror, evidenciando uma conotação simbólica.

Esse duplo significado marca o uso e o discurso do conceito território em diversos campos do conhecimento, seja na Ciência Política, na Economia, na Sociologia, na Antropologia, na Psicologia. Nessas perspectivas, nos conta Haesbart (2007, p.37):

[...] A Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relação de poder, ligada a concepção de Estado; a Economia, que prefere a noção de espaço a de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma base de produção[...] A Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente nos estudos da sociedade ditos tradicionais [...] A Sociologia enfoca o poder de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia finalmente, incorpora –o no debate sobre a construção da subjetividade, ou da identidade pessoal ampliando-a até a escola do indivíduo.

Mas é na Ciência Geográfica que o uso do território enquanto categoria analítica concretizou-se e foi utilizado como base teórica para a interpretação dos diferentes objetos e objetivos. Na Geografia, diferentes vertentes teóricas (positivista, marxista, fenomenológica, existencialista etc.) abordam a categoria, cada qual com suas peculiaridades, ora pautada no sentido de delimitação de fronteira, ora em bases econômicas e políticas, ou ainda na denominação simbólica e/ou cultural.

Assim sendo, o entendimento de território, advindo da Geografia clássica, possui caráter jurídico – política por estreitar relações entre o Estado e Território. Incorpora o pensamento de Frederich Ratzel por (MORAES, 1990), o qual estabeleceu relação entre homem e a terra. Assim o território ganha sinônimo de solo, como dimensão estritamente política cujo fulcro do poder (hegemonia e soberania) se revela no entendimento do Estado – Nação como totalidade (MONKEN, 2000); (MORAES, 1990) e (HAESBART, 2002). Essa visão de território legitima o poder institucionalizado na delimitação do território, limitando-o exclusivamente a dimensão estatal.

Raffestin (1993) amplia a discussão, apresentando o poder como conceito chave para o estudo do território, compreendido não só na capacidade do Estado, mas também outros atores sociais que emergem da população. Neste mesmo segmento, Raffestin (1993, p.143) discute território como espaço das relações de poder afirmando que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (Grifo do autor)

Em sua obra “Por uma Geografia de Poder” Raffestin (1993) discorre de Heródoto a Ratzel sobre o nascimento da Geografia Política, partindo da gênese ao significado. A discussão torna-se presente a partir do momento em que a estreita ligação de solo e Estado foi alcançada. A situação de posse, de enraizamento no solo, de comunidades a partir de sua exploração deu origem ao Estado. Raffestin (1993, p. 16) comunica que:

É verdade que não vemos o Estado, mas também é verdade que o Estado se mostra em todas as formas de manifestações espaciais, da capital a fronteira, passando pelas malhas interiores hierarquizadas e pelas redes de circulação. O Estado pode ser lido geograficamente, e Ratzel forneceu categorias para decifra-lo: centro *versus* periferia, interior *versus* exterior, superior *versus* inferior etc.

Dessa forma, continua Raffestin (1993, p.158) dando ênfase político-administrativa dentro de suas concepções políticas, sociais e culturais explicando que:

[...] Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas as relações de poder, visto que há a interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.

Dessa forma, as transformações acontecem à medida que os atores envolvidos percebem as modificações na natureza, provocando as relações sociais como espaço de uso do território. Para Santos e Silveira (2001), discutir o território usado é o mesmo que debater

sobre o espaço geográfico, apontando para a necessidade de empenho em avaliar ordenadamente a composição de território. Como unidade e diversidade do espaço de uso, o território passa a ser o linear da história humana, de cada espaço em uso a partir de seu pano de fundo do estudo nas diversas etapas das evoluções e transformações.

As relações de poder cumprem seu papel nos espaços de uso, a partir da consciência do lugar em que se inserem conforme discute Haesbart e Limonad (2007, p.09) que a:

[...] identidade entre Estado (enquanto fonte de poder) e espaço (tornado território) propiciou de certa forma a construção de uma unidade de base territorial com limites político-administrativos definidos, unidade esta alcançada muitas vezes mediante longos e extenuantes conflitos, em que identidades e culturas locais tiveram que se subordinar ou foram subjugadas, por um largo espaço de tempo, a uma identidade e cultura nacional alheia.

A periodização do território é que vai definir como o mesmo será organizado, articulado dentro de suas concepções políticas, sociais e culturais. Segundo Santos (2005, p. 137), “É o uso do território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social.”[...] o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”, assim o território é formado a partir da sociedade.

É possível perceber o espaço de uso do território, os objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço, conforme entendido por Santos (1985). Continua Santos (1985) na discussão de que o território em si mesmo é sem significado, considerando ser [...] “utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (2001, p.26).

Pensar o território usado como espaço onde o poder econômico se manifesta a partir das relações econômicas, políticas e sociais envolve considerar também questões espaciais e temporais. É impossível falar de território sem falar de seus usos, incluindo os atores que dele fazem parte, caracterizando-o enquanto espaço humano, habitado por pessoas que agem sobre ele. Santos (2001 a, 2001 b) discute território como lugar onde força social utiliza-se de mecanismos de inclusão e exclusão e é espaço de poder, de ação e de resistência.

Ao considerar o território enquanto espaço dinâmico e unitário, onde se reúne a materialidade e a ação humana, entende Santos que:

O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas e objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. Cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancial (SANTOS, 2005, p. 146).

Assim, o território deve ser entendido a partir de seu uso e de quem usa, mantendo em seu caráter as ações passadas e presentes, arraigadas em seus objetos e da mesma forma as ações presentes constituídas em suas formas, estabelece Santos e Silveira (2001). Nesse sentido, o processo histórico de ocupação do território de Goiás ganha formas e contornos das relações demográficas, socioeconômicas e ambientais a partir da expansão de fronteiras agrícolas.

Assim, o uso do território pode ser definido conforme Santos e Silveira (2001 p.21) pela:

[...] implantação de infraestruturas [...] pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Essa linha de compreensão foi adotada na análise dos territórios de Rio Verde e Turvelândia, optou-se aqui por apresentar a formação territorial do estado de Goiás e nela destacar o processo histórico de formação dos municípios objeto de estudo. Teixeira Neto (s/d) discute assuntos relacionados à evolução dos municípios goianos abordando o período do século XVII ao século XX, destacando a expansão das fronteiras agrícolas e demográficas que resultou no desenvolvimento urbano do estado de Goiás. É possível perceber, por meio do trabalho do autor, as formas do uso e suas hierarquias urbanas dos municípios do território de Goiás.

Mas de que forma surgem os municípios goianos, bem como as leis de criação desses fragmentos? Para responder a primeira questão é importante salientar que os municípios surgem a partir das necessidades de se estabelecer economicamente através da agricultura, da mineração, urbanização e outros fatores que podemos considerar de necessidade cultural.

Daí surgem os primeiros aglomerados nas regiões de exploração auríferas à procura não só do ouro, mas também pedras preciosas. Surgem os primeiros fragmentos territoriais goianos, a saber, Vilas Boas<sup>1</sup> localizada na microrregião do Rio Vermelho que mais tarde sediaria a Capital do Estado.

Com a descoberta do ouro, Goiás ganha novos habitantes, exploradores de fortunas extraídas das jazidas auríferas. Vários motivos políticos, econômicos e sociais provocaram a exploração do território goiano, uma vez que os arbítrios dos conflitos coloniais

---

<sup>1</sup> A cidade de Vila Boa de Goyas, hoje conhecida como cidade de Goiás foi fundada em 1726 que inicialmente se chamou de Arraial de Sant' Anna. Fundada por Bartolomeu Bueno da Silva. Em 1736 foi elevada a vila administrativa. Em 1748 foi elevada a Capitania de Goiás.

da época estavam cada vez mais salientes diante da coroa. Fatos esses relevantes, a partir dos constantes conflitos em Minas Gerais, que provocaram sérias alterações político-administrativas, estabelecendo novas buscas para acomodar os mineradores expulsos. Neste mesmo ambiente influído pela coroa é que os habitantes de Piratininga saem à procura de novas minas, dando início às cidades do ouro em Goiás.

Os eventos políticos da época tiveram grandes influências no uso do território goiano, pois o ouro deu origem aos primeiros arraiais datados em meados de 1725 – 1731 erigidos no centro – sul da capitania. A partir de então surgiram muitos outros povoados ladeando o rio Tocantins. Na metade do século XVIII, os arraiais se estendiam por quase todo o território, registrando oficialmente ao norte São João da Palma, Arraias, Natividade, Traíras e Cavalcante; ao sul Vilas Boas (capital), Meia Ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Pilar e Crixás. Estes dois últimos arraiais localizados geograficamente próximos de Vilas Boas cederam às intensas atividades urbanas. Ao extremo sul da capitania situava-se o “Desemboque” localizado entre o vale do Paranaíba e as barrancas do rio Grande, cruzava a “picada de Goiás” que ligava a capitania goiana a São Paulo.

A maior concentração de extração de ouro esteve em torno dos Pirineus, e da Serra Dourada, dando consistência ao povoado local de Meia Ponte. Porém, a economia aurífera<sup>2</sup> não foi bastante para firmar economicamente o território goiano. Logo se estendeu o declínio do ouro, ganhando novos contornos a economia local, favorecendo o surgimento da agricultura e da pecuária como forma de abastecimento e de certa forma amortecendo a crise econômica do território.

Sabe-se que no início da ocupação do território de Goiás a preocupação com a lavoura não foi primazia dos colonos, uma vez que a procura por riquezas vindas da extração do ouro aguçavam as intensivas buscas no território. Não houve interesse na segmentação agrícola em todo o período que corresponde ao século XIX, incentivando a economia da região a ser de subsistência. Afirma Chaul (2010, p.108) que:

Não houve florescimento agrícola por toda a primeira metade do século XIX, o que induziu a economia a um estado de subsistência, fazendo-a girar em torno do gado, atividade que desconhecia problemas de transporte e trazia bons rendimentos para a

---

<sup>2</sup> Mesmo em período áureo do ouro em Goiás, não se compara ao rendimento das jazidas mineiras da mesma época. Registra-se que mesmo em declínio, as jazidas mineiras ainda produziam a maior parte do ouro que destinavam a coroa. Com o declínio das jazidas de ouro, o arcabouço da economia local foi se desfazendo pouco a pouco. Com a abertura dos portos, o mercantilismo metropolitano chegou ao seu fim; em segundo plano, a formação do Estado nacional garantiu o fim da condição de dominação política e por fim a abolição que inviabilizou o trabalho escravo.

Neste ambiente as atividades produtivas em Goiás obstante o crescimento econômico local, não se restringiram apenas ao extrativismo do metal. A localização física da colônia em relação ao Estado de São Paulo dificultou o abastecimento do território.

arrecadação estadual. Esta economia, embora não tenha tido a dimensão que a historiografia goiana lhe ortogou, serviu, entre outras coisas, para representar a antítese da ideia de decadência [...]

É fato que a agricultura e a pecuária não representavam grandes significados econômicos em termos de complemento para a população de Goiás. Isso porque os empreendimentos agropecuários de maior distinção estavam nas mãos dos próprios mineradores que manipulavam parte de sua mão escrava para o trabalho de mineração, porém a lavoura e a pecuária já faziam parte da subsistência da população local conforme argumenta Chaul (2010). Ainda, o autor afirma que a agricultura local não se mantinha por si só e necessitava de capital para custeá-la. A característica de subsistência atribuída à agricultura perdurou por muito tempo, tornando-a responsável por todas as limitações administrativas das autoridades constituídas naquele período. Com os novos contornos territoriais em Goiás, a agropecuária despontou como base frente ao processo de uso do território, sobretudo a partir do século XX. Neste período, no território Sul do Estado de Goiás, houve intensa investida da pecuária e inserção da agricultura, voltado ao mercado de abastecimento de outros Estados, facilitando o surgimento de novos povoados a saber o município Rio Verde de Goiás.

Outro dado interessante para ilustrar o momento de povoamento do território de Goiás foi a “Marcha para o Oeste”, impulsionada em avançar o território goiano, surgindo projetos ousados como a construção de Goiânia (1930), capital de Goiás e Brasília (1960), com o propósito de desenvolvimento econômico e a expansão geográfica do território.

A primeira “Marcha para o Oeste” foi marcada com a institucionalização das CANGs, conforme Decreto-Lei Federal nº 6.882/1941, relativo à primeira Colônia Agrícola de Goiás que foi a primeira de uma série de oito, criadas pelo governo, causando um intenso fluxo migratório conforme relata Silva (2009, p. 14): “os anos que se seguiram foram marcados por uma intensa migração em direção à CANG. A grande maioria da população era composta por camponeses oriundos, principalmente, de Minas Gerais, São Paulo e Bahia”. Nesse sentido outro fator que favoreceu o processo migratório para o território goiano foi a construção da estrada de ferro, acarretando modificações no território de Goiás, especialmente no escoamento de grãos, facilitando a negociação direta com os mercados consumidores e ainda o aumento do contingente demográfico e progresso na urbanização em toda a extensão da ferrovia.

A segunda “Marcha para o Oeste” foi viabilizada a partir da construção da capital Federal, Brasília, em meados dos anos 1950-1960, quando um novo fenômeno de imigração povoa o território do Distrito Federal e nos arredores goiano, em busca de oportunidade de vida, discute Estevam (1998).

Assim, os avanços expansionistas rumo a Goiás e as vastas extensões territoriais ainda prevaleciam inertes e as várzeas férteis eram destinadas ao cultivo do arroz, milho e feijão, com produção bem tímida. Quanto aos territórios denominados “chapadões” o destino era a agropecuária e ao extrativismo vegetal da lenha, frutos, plantas medicinais e outros. Em meados da década de 1960 a produção de arroz e feijão no território de Goiás atinge um patamar de abastecimento de alimentos básicos, tornando – se referência básica nacional em rizicultura, como destaca Theodoro *et al* apud Shiki (1997), com maior definição das áreas em uso destinada a agricultura.

A partir da década de 1970, é possível perceber o desenho da nova estrutura fundiária do território, influenciado pelo ciclo modernizador dos espaços agrícolas do Estado de Goiás. A partir desta nova etapa Silva (2011, p.28 apud FERREIRA, MENDES, 2009), refere esse período como parte da modernização agrária. Esse período foi fator determinante da demanda internacional pela produção de soja, estreitando os laços entre o Estado e produtores rurais, nas áreas da infraestrutura e políticas agrícolas neste novo perfil do uso de vastas extensões territoriais do espaço goiano conforme discute Silva, Pietrafesa e Santos (2011, p.28):

As empresas do setor privado, apoiadas nas políticas desenvolvimentistas do Estado, promoveram significativas mudanças econômicas, espaciais e sociais da região. A política de ampliação da malha rodoviária criava condições favoráveis para a expansão da agricultura capitalista em áreas do Cerrado goiano.

As políticas de incentivos agrícolas ampliam a partir da década de 1975, quando Políticas Públicas de Desenvolvimento por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) expõem propostas específicas para o desenvolvimento do território goiano. Esses incentivos trouxeram para Goiás investimentos no alargamento das fronteiras agrícolas e na incorporação de vastas extensões territoriais do Cerrado ao método produtivo, na abrangência do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLCENTRO) e Programa de Cooperação Nipo – brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PROCEDER).

Além da progressiva capitalização responsável pela expansão econômica do Estado de Goiás nas décadas de 1970 – 1980 outro fator de destaque foi a elevada oferta de terras, favorecendo a afluência de migrantes do Sudeste e Sul com destino ao território Matogrossense do Norte e do Sul. Com os incessantes desdobramentos espaciais e urbanos no território goiano, salienta Leme (1999, p. 624):

[...] da convergência desse conjunto de fatores foram, por um lado, o surgimento de dois centros de expressão regional e nacional (Brasília e Goiânia); de outro lado, “a acentuação de um tipo de espacialidade arcada pela heterogeneidade e pela concentração das funcionalidades urbanas, em um número reduzido de núcleos” [...]

As construções dos centros de Goiânia e Brasília também foram outro fator relevante para o poder de atração de investimentos no território goiano. A atividade produtiva foi beneficiada a partir da fertilidade natural do solo e políticas de aproveitamento dos cerrados. O efeito deste período acelerou o desenvolvimento tecnológico da agricultura, conforme escreve Leme (1999, p. 627) [...] “firmando-as como áreas modernas de produção de commodities, com crescente inserção no mercado internacional, como é o caso emblemático das zonas produtoras de soja”.

Desta forma, as grandes extensões territoriais foram beneficiadas com os investimentos governamentais a partir de intensos investimentos tecnológicos para o cultivo das elásticas extensões de terras, antes ocupadas por pastagens e agora subjugadas pelo plantio da soja e posteriormente pela cana-de-açúcar.

Assim, já nos anos de 1980, a agricultura intensiva ganha impulso no território com a viabilização tecnológica, inserindo Goiás na economia global, paralelamente ao setor sucroalcooleiro que inicia seu processo de expansão, como parte das políticas de desenvolvimento territorial. A partir do PROALCOOL, criado em 1975, por incentivos estatais como alternativa energética de petróleo, o cenário canavieiro ganha força no território de Goiás<sup>3</sup>.

A partir da década de 1980 no que se refere à tendência da expansão demográfica, socioeconômica e ambiental, Goiás foi considerado área em potencial para a expansão canavieira, apontando territórios considerados propícios à expansão da agricultura voltada para a produção de energia e conseqüentemente o foco de reestruturação da fronteira agrícola como parte da inserção de novas tecnologias, em busca de maior lucratividade.

Segundo Theodoro *et al* (2002, p. 151), “a implantação de um modelo agrícola que considera o solo somente como um substrato necessário, mas passível de modificações devido ao acréscimo de doses gigantescas de insumos químicos, foi um fator decisivo na expansão da agricultura [...]” do território.

Assim, a busca por maior produtividade por meio dos processos tecnológicos favoreceu o cultivo de grandes extensões no território, por meio da modernização dos métodos de produção agrícola. Esse crescimento favoreceu o processo migratório, beneficiando a criação de pequenos povoados e vilas que mais tarde com a Constituição

---

<sup>3</sup> A partir da expansão demográfica e sucroalcooleira, o desenvolvimento econômico hasteado no Estado de Goiás, favoreceu em sua diversificação econômica, especificamente a Noroeste (Anápolis – Goiânia) nos setores de transportes; farmoquímica e educação (Faculdades, Universidades e outros). No território Sul de Goiás o foco foi a agropecuária, a agroindústria lideradas pelos municípios de Itumbiara e Rio Verde, sendo que a última predominou a agroindústria.

Federal de 1988 regulamentou, conforme Art. 18, § 4 a criação de Municípios, favorecendo a criação do Município de Turvelândia criada em 1988.

Diante das transferências geográficas do sistema de produção sucroalcooleiro, a implantação das indústrias canavieiras no território goiano teve como referência a década de 1970, quando as fronteiras agrícolas do território Centro - Oeste, especificamente Goiás se alargam rumo ao plantio da cana-de-açúcar, possibilitando a instalação de algumas unidades no território, principalmente, no Sudoeste do Estado conforme discutem Pietrafesa e Silva (2011). Com solo favorável ao plantio da cana-de-açúcar e as condições de infraestrutura permitiram maior desenvolvimento para o setor sucroalcooleiro por meio de financiamento do próprio Estado na implantação e consolidação do modelo de desenvolvimento e expansão agrícola, mediante a instalação de usinas sucroalcooleiras, em busca de energia alternativa. Porém, mesmo com todo acesso aos benefícios lançados pelo Estado, o número de usinas implantadas no território de Goiás na década de 1990 não passou de 15 unidades (PIETRAFESA; SILVA, 2011).

Somente no final da década de 1990 e início do século XXI que o setor sucroalcooleiro ganha força na expansão de uso do território em Goiás a partir da modernização agrícola canavieira, direcionada pelos incentivos do Estado, atraindo um número razoável de grandes empresas do setor, inclusive agentes internacionais. (PIETRAFESA, 2007).

A tabela 01 expressa em números a implantação de usinas sucroalcooleiras na mesorregião Sul de Goiás, especificamente nas microrregiões, detalhando o número expressivo de indústrias do açúcar e álcool.

**Tabela 1** – Número de usinas sucroalcooleira na Mesorregião Sul, 2011.

Mesorregião	Microrregião	Números/Usinas
SUL	Catalão	01
	Meia Ponte	08
	Quirinópolis	03
	Sudoeste de Goiás	15
	Vale do Rio dos Bois	09
<b>TOTAL</b>		<b>36</b>

Fonte: SEGPLAN/SEPIN 2011. Org.autora.

A microrregião Sudoeste do Estado apresenta forte presença do segmento sucroalcooleiro, favorecendo a expansão das fronteiras agrícolas de Goiás, possibilitando a inserção do Estado na economia global. Este período é marcado pela expansão da cana-de-açúcar, através das políticas de desenvolvimento regional provocado pelas esferas federais.

Diante desta expansão canavieira e sob a observação dos territórios vizinhos, as cidades começam a receber imigrantes que vem na expectativa de uma oportunidade de trabalho. Também nesse período a população do Estado salta em crescimento percentual em taxa estimada de 81% em 1991 e chega a 88% em 2000.

Difundida esta nova etapa agricultável em Goiás, a partir de 2006 o Estado passou a fazer parte do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011), elaborado e coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2005). Goiás, segundo a Federação da Agricultura e pecuária de Goiás - FAEG (2008), é líder nacional em atração de investimentos no setor canavieiro, além de outro forte segmento econômico; a agricultura familiar que abastece o setor do agronegócio em Goiás, com expectativas de crescimento.

Atualmente, o número de usinas sucroalcooleiras no Estado de Goiás é, segundo o Boletim da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento SEGPLAN (2012), 36 unidades sendo que 23 estão em atividades, 08 em processo de implantação e 02 suspensas temporariamente.

A atividade sucroalcooleira colocou o Estado de Goiás na segunda posição depois do Estado de São Paulo no incentivo de recursos na modalidade de financiamentos. O Estado de Goiás recebeu quase 25% de todos os recursos aplicados em 2007 e 2008, saltando de 3,9 bilhões de reais para 6,5 bilhões, ou seja, quase 100% de recursos a mais destinada a um único segmento produtivo, consolidando o processo de expansão da lavoura da cana-de-açúcar no território goiano, expandindo a construção industrial do setor sucroalcooleiro, discute Estevam (1998). Estes dados foram favoráveis ao crescimento econômico do Estado a partir do volume de 2,6 bilhões liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) para as usinas, realçando a expansão do setor e a aplicação de políticas de crédito conforme dados do IBGE (2010).

A expansão da cana-de-açúcar no território de Goiás coloca o Estado em situação emergente no ranking dos líderes nacionais na produção do etanol. Estes dados remetem à expansão das lavouras de cana-de-açúcar em Goiás, interferindo diretamente na paisagem produtiva e no ambiente natural do Cerrado goiano, (PIETRAFESA, 2011). A possibilidade de terras agricultáveis no Cerrado goiano se torna atrativa uma vez que sua topografia plana e solo já trabalhado por outras culturas possibilita a rotatividade de plantio da soja alternando com o cultivo da cana-de-açúcar.

Com a vasta demanda de seu plantio, a cana-de-açúcar ganha proporção acelerada, mesmo em áreas de pastagens degradadas. Este avanço tem sido visto com preocupação, uma vez que as matas do cerrado já foram substituídas pela cana-de-açúcar conforme informações

do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Tais preocupações se justificam pelo crescente aumento dos riscos socioambientais do setor sucroalcooleiro, uma vez que o processo de sua expansão apresenta proporções crescentes. Nessa mesma prerrogativa, a preocupação se prolonga a partir dos indicadores de qualidade de vida da população residente nos municípios onde o cultivo da cana-de-açúcar se faz presente.

É certo que o desenvolvimento tecnológico foi fator essencial na expansão agrícola em Goiás, principalmente, por meio dos recursos financeiros do governo federal advindo das políticas públicas de ocupação e ampliação das vastas extensões de terras para o “uso” no segmento agropecuário e suscetivelmente da agricultura de subsistência; economia predominante nos princípios da ocupação. Porém, não é do princípio desta ocupação que nos interessa e sim o alargamento do uso do território para a ocupação de pastagens e da agricultura que seguiu caminho para o desenvolvimento econômico da região Sul do Estado de Goiás, que absorveu em seu território cerca de 1.800 000 imigrantes que se traduziram em dados percentuais superiores as demais regiões do país. Ou seja, à medida que as políticas públicas de expansão do Estado modificavam progressivamente as feições do território de Goiás, os movimentos migratórios oriundos das regiões Norte, Nordeste e Minas Gerais, em sua maioria expulsos de seus locais de origem por motivos econômicos, sociais e políticos, suplantavam as vastas extensões territoriais à procura de novas fontes de renda. A modernização agrícola foi acentuada nos territórios de Rio Verde e Turvelândia, conforme demonstram os dados do IBGE/2010 referentes à balança comercial de 1999 – 2010 na produção de grãos.

**Tabela 2:** Produção Agrícola, 2000 – 2010.

Produção Agrícola (quantidade produzida/toneladas)	Rio Verde/GO		Turvelândia	
	2000	2010	1998	2010
Milho	237.000	501.600	15.000	9.150
Arroz	7.200	3.000	150	540
Cana – de – açúcar	320.000	1.008.00	986.050	996.000
Algodão	6.990	11.310	4.340	1.140
Soja	507.500	768.500	28.800	44.950
Feijão	6.000	13.500	-	-
Laranja	24.192	6.270	-	-
Tomate	80.000	37.600	-	-

**Fonte:** Biblioteca do IBGE e Censo 2010 e Sinopse do Censo Demográfico 2010. Disponível: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em fev./2010.

No município de Rio Verde, conforme tabela 2, ocorreu aumento da produção de milho, cana-de-açúcar, algodão, soja, feijão, e declínio nas culturas de arroz, laranja e tomate. Considera-se aqui que mesmo com a introdução do plantio da cana-de-açúcar no território

rioverdense o plantio dos demais produtos agrícolas ainda continuou no município, mesmo a produção de arroz, laranja e tomate com suas baixas de produção, não foram de tudo extintos, facilitando a oferta da produção.

Já o município de Turvelândia, conforme tabela 2, ocorreu queda nas produções de milho e algodão e crescimento na produção de arroz, cana-de-açúcar, e soja, predominando os dois últimos produtos, provocando alerta na economia local, a partir do monopólio da soja e cana-de-açúcar, aumentando os preços dos demais produtos. O município possui rotatividade nos plantios da cana-de-açúcar e soja, intimidando o plantio de demais grãos no território.

Outras questões foram levantadas nesta trajetória da pesquisa tais como: Qual o papel da cultura de cana-de-açúcar para o desenvolvimento socioeconômico apresentado pelos municípios? Quais os impactos ambientais causados nos espaços territoriais dos municípios pesquisados em termos de estruturação espacial, do uso e recurso dos solos, água, energia, saneamento básico e outros? Que estrutura apresenta os territórios a partir da segurança, educação e saúde margeadas pela produção sucroalcooleira, bem como a Qualidade de Vida (que passaremos a representar pela sigla QV) da população residente e os riscos socioambientais a que são submetidas? Para tanto, o trabalho recorre a outra categoria de análise, que é QV.

## 1.2 Qualidade de Vida

A difusão do conceito Qualidade de Vida (Q.V.) a partir dos anos de 1970 esteve atrelada ao alcance do prazer, satisfação e insatisfação (MINAYO, HARTZ E BUSS 2000). Na década de 1990 esta discussão ganha novo foco no campo das ciências Sociais; trata-se da multidimensionalidade em que o construto é composto por diferentes dimensões de caráter qualitativo e/ou quantitativo e da subjetividade relacionada à avaliação da situação do próprio indivíduo nas dimensões referenciadas a qualidade de vida. Para Organização Mundial da Saúde – OMS (1995, p. 1.407) QV é entendido como “a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

Para Herculano (1998) e Minayo *et al* (2000) QV é possível mensurar. Para Minayo (2000, p. 08) o termo Qualidade de vida é:

[...] uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria

estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar.

Vale ressaltar três modelos utilizados como mediadas de qualidade de vida, a saber: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que conta com os indicadores de renda, educação e saúde; Índice de Condição de Vida (ICV) para fins de análise de fragmentos territoriais brasileiros segundo adaptação do consórcio IPEA/IBGE/PNUD pautados nos cinco principais indicadores: renda, educação, infância, habitação, longevidade. O terceiro modelo é proposto por Herculano (1998), que considera indicadores de mensuração de QV aos níveis de conhecimento e tecnologia já desenvolvidos e os mecanismos para seu fomento; canais institucionais para participação e geração de decisões coletivas e para resolução de dissensos; mecanismos de acesso à produção; mecanismos de acessibilidade ao consumo; canais democratizados de comunicação e de informação; proporção de áreas verdes para a população urbana; organismos governamentais e não governantes voltados para a implementação da qualidade de vida.

A autora mensura Q.V. a partir dos seguintes elementos: qualidade da habitação; da educação; da saúde; das condições de trabalho; da diversidade e da horizontalidade na comunicação social; de transporte coletivo; de meio ambiente urbano; de meio ambiente não urbano; da pluralidade e horizontalidade nos canais de decisão.

Já Ciconelli (1997, p. 41) relaciona Qualidade de Vida “à percepção universal do posicionamento do indivíduo frente à vida, no contexto da cultura e sistema de valores no qual ele está inserido, e à relação de seus objetivos, expectativas, padrões e aquilo que lhe diz respeito”. Considerando que o termo QV representa a fundamentação do objeto e não propriamente da utopia e da imperfeição em sua aplicabilidade, mas da obrigação ética da sociedade em prol das garantias de vida de seus indivíduos, fortalecendo as potencialidades humanas e preservando a natureza retomando a sustentabilidade é que propomos utilizar os indicadores aferidos por Bernardes (s/n. *apud* FERREIRA; KRAN 2006, p. 130).

**Tabela 3** – Indicadores de Qualidade

<b>Indicador</b>	<b>Conceito</b>	<b>Cálculo</b>
Densidade demográfica	Razão entre o número total de moradores por hectare	O Número de habitante por /km
Densidade habitacional	Razão entre o número total de unidades domiciliares por km	O número de unidades habitacionais/hectare
Habitações precárias	Domicílios com precário atendimento de serviços infraestruturais	Unidade domiciliares sem acesso a um ou mais dos principais serviços: água, coleta de lixo, instalação sanitária, interna, pavimentação, saneamento básico; ou construídas com material precário.
Habitações coletivas	Percentual de domicílios habitados por mais de uma família.	O número de moradias caracterizadas como apartamento de fundo e kitnet/ 0 unidades domiciliares.
Pavimentação de ruas	Unidades imobiliárias com acesso ao lote com pavimentação asfáltica.	Número de unidades imobiliárias com o lote com pavimentação asfáltica/o número de unidades imobiliárias.
Abastecimento de água	Unidades imobiliárias com abastecimento de água através de rede pública	O número de unidade imobiliário com abastecimento de água através de rede/0 unidades imobiliárias.
Instalação sanitária	Unidades imobiliárias com instalação sanitárias	O número de unidades imobiliárias com acesso à rede geral de esgoto/ 0 número de unidades imobiliárias.
Rede de esgoto	Percentual de unidades imobiliárias com acesso à rede geral de esgoto.	O número de unidades imobiliárias com acesso à rede geral de esgoto/ 0 número de unidades imobiliárias
Coleta de lixo	Unidades imobiliárias com acesso à coleta periódica de lixo.	O número de unidades imobiliárias com acesso a coleta de lixo / 0 número de unidades imobiliárias.
Destinação do lixo coletado	Caracteriza o sistema de destinação e tratamento do lixo coletado.	Existência ou não de aterro sanitário, de usina de compostagem do lixo, do sistema de coleta seletiva e de reciclagem do lixo e incinerador do lixo hospitalar.

<b>Indicador</b>	<b>Conceito</b>	<b>Cálculo</b>
Segurança	Caracteriza o sistema de segurança	Existência ou não de políticas públicas voltadas para o sistemas de segurança/ o número de crimes por unidades imobiliárias.
Lazer	Caracteriza o sistema de lazer e as atividades culturais	Existência ou não de políticas públicas de lazer e as atividades culturais realizadas por ano.
Educação	Caracteriza a oferta de vagas para o ensino fundamental e profissionalizante	Existência ou não de ensino fundamental/ o atendimento do público em idade escolar e formação profissionalizante adequada a realidade do fragmentos territoriais.
Saúde	Caracteriza a oferta de saúde e atividades preventivas.	Existência ou não de políticas públicas de saúde e oferta de atendimento a saúde e realização de atividades preventivas/ o número da população do fragmentos territoriais.

---

Fonte: Bernardes, s/n. *apud* FERREIRA; KRAN 2006, p. 130

Estes elementos nos instigaram às seguintes perguntas: Como fica a qualidade de vida da população local? E a população imigrante, quais são as transformações do território a partir do seu uso? E as indústrias sucroalcooleiras; de que forma usam o território?

## **CAPÍTULO 2 CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS GOIANOS DE RIO VERDE E TURVELÂNDIA (1970 – 2010)**

Neste capítulo, apresentaremos o perfil dos municípios goianos de Rio Verde e Turvelândia, as características socioeconômicas e o meio ambiente, dos territórios sob as distintas influências dos setores agroindustrial e sucroalcooleiro. No segundo momento direcionamos ao processo de uso do território segundo informações obtidas em pesquisas *in loco*, IBGE, SEGPLAN, INEPE, SSPJ/GO e fontes bibliográficas diversas sobre os territórios. E por último a apresentação dos indicadores de qualidade de vida nos territórios em estudo.

Salientamos que o maior número de informações sobre Rio Verde se deve a amplitude de pesquisas e estudos já realizados em seu território, proporcionando maior facilidade para o pesquisador no levantamento de informações. Já o território de Turvelândia ofereceu maior dificuldades na tabulação dos dados por apresentar poucos dados relativos ao seu território.

### **2.1 Os territórios: Rio Verde e Turvelândia**

O território de Rio Verde e Turvelândia são localizados na mesorregião sul<sup>4</sup> goiano. Estes dois municípios da pesquisa estão inseridos em um território de extensão geográfica expressiva que se destaca principalmente por sua significativa participação no ranking da produção agrícola do Estado. Segundo dados da Federação e Agricultura do Estado de Goiás (FAEG/2010) nas safras de 2006/2007, o território foi responsável por 83% da produção de grãos e pelo plantio da cana-de-açúcar alcançou o patamar de 54% de produção. O quadro 01 apresenta as usinas implantadas e em processo de implantação na Mesorregião, bem como a Microrregião de localização de cada uma, a denominação e o município dos projetos de implantação do segmento sucroalcooleiro, conforme dados da SEGPLAN (2012).

---

<sup>4</sup> O território de Goiás esta subdividido em cinco mesorregiões tais como: Norte de Goiás, Noroeste de Goiás, Leste de Goiás, Centro de Goiás e Sul Goiano. Contudo, o alvo de nossas pesquisas está nesta última, composta por 82 municípios, com área de 131.579,001 km<sup>2</sup> com população de 1.272,621 (IBGE 2010), onde se situam os territórios de Rio Verde e Turvelândia. Sendo que essa mesorregião está subdividida em seis microrregiões, que por sua vez são Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Sudoeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois. Na penúltima microrregião localiza-se o território de Rio Verde-GO e a última o território de Turvelândia-GO.

**Quadro 01** – Usinas e Destilarias da Mesorregião Sul Goiano.

Nº	Destilarias/Usinas	Município	Situação	Microrregião
01	LASA-Lago Azul Ltda	Ipameri	Operando	Catalão
02	Denusa - Destilaria Nova União S/A	Jandaia	Operando	Vale do Rio dos Bois
03 04	Vale do Verdão S/A Açúcar e Álcool Vale Verde - Grupo Farias	Turvelândia	Operando Provável implantação - operação 2014	
05 06	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool Usina Nova Gália Ltda	Paraúna	Provável implantação - operação 2014 Operando	
07	Tropical Bioenergia S/A - Grupo Maeda	Edéia	Operando	
08	Usina Canadá S/A	Acreúna	Operação suspensa temporariamente	
09	Usina Nova Gália Ltda.	Paraúna	Operando	
10	Cotril Açúcar e Álcool Ltda	Acreúna	Implantação- 2012	
11	Energética Serranópolis Ltda	Serranópolis	Operando	
12	Floresta S/A Açúcar e Álcool	Santo Antônio da Barra	Operando	
13 14	Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S/A Cambuí Açúcar e Álcool Ltda	Santa Helena de Goiás	Operando Implantação - operação 2012	
15 16 17	Destilaria Catanduva Ltda Rio Verde Álcool e Açúcar Ltda Usina Ouroana Ltda	Rio Verde	Operando Implantação - operação 2013 Provável implantação - operação 2014	
18	Usina Água Emendada - Breco / ETH Bioenergia	Perolândia	Implantação - operação 2012	
19	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool	Jataí	Operando	
20	Breco Goiás hd Com Etanol Ltda. M	Mineiros	Operando	
21 22	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool Destilaria Serra do Caiapó S/A	Montividiu	Provável implantação • operação 2015 Operando	
23	Rio Claro Agroindustrial Ltda	Caçu	Operando	
24	Usina Porto das Águas Ltda	Chapadão do Céu	Operando	
25	Nardini Agroindustrial Ltda	Aporé	Implantação - operação 2013	
26	Energética São Simão S/A	São Simão	Operação suspensa temporariamente	Quirinópolis
27 28	Usina Boa Vista S/A USJ Açúcar e Álcool S/A - São	Quirinópolis	Operando	

	Francisco		Operando	
29	Caçu Com. e Ind. de Açúcar e Álcool Ltda	Vicentinópolis	Operando	Meia Ponte
30	Usina São Paulo Energia e Etanol Ltda	Porteirão	Operando	
31	Central Energética Morrinhos S/A.	Morrinhos	Operando	
32	Central Itumbiara de Bioenergia e Alimentos Ltda	Itumbiara	Operando	
33	Usina Panorama S/A		Operando	
34	Goiasa - Goiatuba Álcool Ltda	Goiatuba	Operando	
35	Bom Sucesso Agroindústria Ltda		Operando	
36	USJ Açúcar e Álcool S/A - São Francisco	Cachoeira Dourada	Implantação - operação 2013	

Fonte: SEGPLAN/2010. Org. Autora.

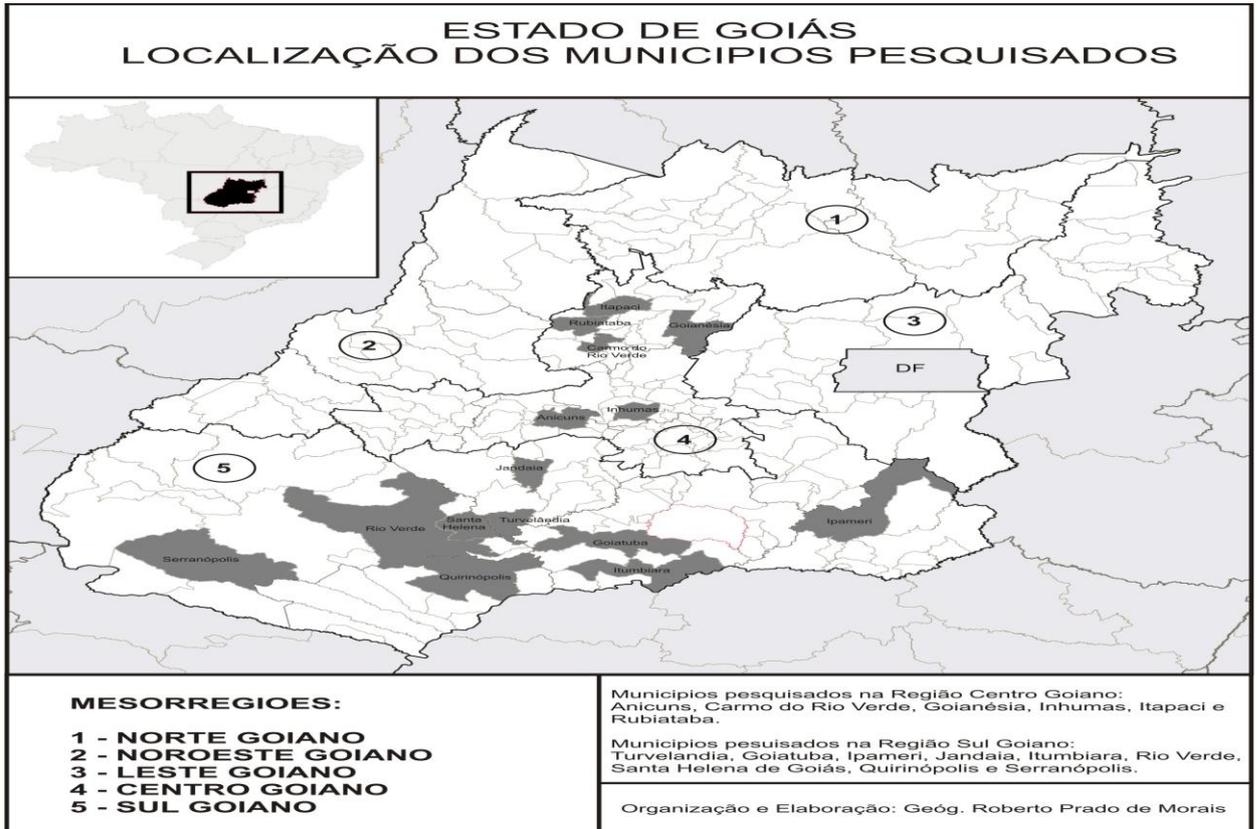
Percebe-se que o número de usinas implantadas na Mesorregião do Sul Goiano é significativo, especialmente pela entrada de vários grupos tradicionais nacionais, oriundos do Estado de São Paulo e da região Nordeste do país, atraídos pelos incentivos fiscais do Estado de Goiás e pelas características climáticas, físicas e estruturais locais.

Cabe salientar, que a oferta de incentivos fiscais e implantação do Programa “Produzir”<sup>5</sup> pelo governo estadual concorre com outros territórios no cenário nacional e estimula projetos de implantação, expansão e revitalização das indústrias, com investimentos para a renovação tecnológica e o aumento da produtividade. Com os altos investimentos, a Mesorregião Sul Goiano atualmente lidera o ranking das demais Mesorregiões em produção de grãos, com participação de 76% em toda a produção do Estado, contudo, a expansão do cultivo da cana-de-açúcar no território, aponta para o surgimento de uma nova organização dos espaços produtivos.

Porém, nos ateremos ao estudo e discussão dos territórios de Rio Verde e Turvelândia, conforme destacados no mapa a seguir. Em comum esses espaços produtivos apresentam a exploração do agronegócio, dos quais passaremos a análise, primeiramente do território de Rio Verde, para posteriormente discutirmos o território de Turvelândia.

<sup>5</sup> O Programa Produzir é um programa do governo do Estado de Goiás, que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e redução das desigualdades sociais e regionais. (SEGPLAN, 2012).

**Mapa 01** – Mapa do Estado de Goiás e a localização dos municípios de Rio Verde e Turvelândia.



## 2.2 Rio Verde

O município de Rio Verde de Goiás, a 238 km da capital Goiânia, está localizado na Microrregião Sudoeste de Goiás, que composta por 18 municípios, tem Rio Verde como seu berço de desenvolvimento, principalmente porque, outrora foi o primeiro núcleo de povoamento da microrregião. Criado em 1854 após a Lei nº 670 que elevou a Vila de Rio Verde a município, que despontou na economia pastoril, uma vez que o território foi favorável às pastagens. Mais tarde, a agricultura<sup>6</sup> ganha espaço no território a partir da modernização tecnológica e faz do município de Rio Verde o maior produtor de grãos do Estado de Goiás, que ultrapassa arrecadação anual de 5,0% no ranking goiano conforme dados da FAEG (2010). Rio Verde é uma cidade média, com estrutura de base econômica voltada para o desenvolvimento do agronegócio em seu território, possui características marcantes de exploração de atividades agrícolas tais como o plantio da cana-de-açúcar que

<sup>6</sup> O município de Rio Verde de Goiás é conhecido por vários países como uma das maiores escolas mundiais da técnica de plantio direto, utilizando os restos de culturas anteriores como fonte orgânica para o plantio de outros grãos tais como o milho, soja, algodão, sorgo, girassol e trigo, aumentando a reserva de água no solo, diminuindo os custos da produção e aumentando a produtividade em até 30% conforme dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás.

ocupa o primeiro lugar em produção/toneladas, em segundo lugar vem à soja, milho, tomate, sorgo e algodão.

**Tabela 4** - Principais Produtos Agrícolas - 2010

<b>Produto</b>	<b>Quantidade (toneladas)</b>	<b>Participação Goiás/Brasil (%)</b>
Cana-de-açúcar	55.161.209	8,7
Soja	7.684.757	10,3
Milho	5.684.423	10,1
Tomate	1.387.681	33,5
Sorgo	836.767	43,1
Algodão	423.358	8,4

Fonte: IBGE. Elaboração: SEGPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010.

Mas com o alargamento das áreas agricultáveis no município, as lavouras temporárias de soja, milho, arroz e outros ficaram ameaçados com a possibilidade da lavoura da cana-de-açúcar substituí-las, e para fugir disso, o poder público do município de Rio Verde buscou regulamentar e criar critérios para a expansão da cultura de cana-de-açúcar em seu espaço territorial, através da Lei Municipal nº 5.200/2006 (Anexo 2).

Essas ações refletem um marco regulatório importante para o município, pois limita em 10% dos solos agricultáveis para o plantio da cana-de-açúcar, a fim de garantir o plantio das lavouras tradicionais de grãos. Além disso, o território da mesorregião sul goiano <sup>7</sup>é marcado por vastas extensões territoriais de pastagens naturais utilizadas na exploração de atividades pecuárias e que representam 58% de sua área total, contudo, essas veem cedendo espaço à expansão agrícola, com a liberação de suas extensões de terras conforme dados da FAEG (2010), mediante investimentos tecnológicos e utilização de confinamentos para a pecuária.

O perfil agroindustrial vem ocupando as áreas do cerrado com o predomínio do cultivo da soja e da cana-de-açúcar no território do município em questão. O novo modelo de plantio substitui o cultivo de cereais pelas monoculturas, com a incorporação de novas terras, impactando sobremaneira as vastas áreas do território.

Em decorrência deste acirrado modelo de desenvolvimento, os segmentos de produção foram substituídos pelos segmentos industriais equivalentes às indústrias de máquinas e insumos, seguidas pelas indústrias transformadoras de matéria prima

<sup>7</sup> A Mesorregião Sul Goiano está subdividida nas microrregiões de Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Sudoeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois, sendo essas duas últimas, o nosso foco de estudo, por sediarem os municípios de Rio Verde e Turvelândia respectivamente.

agropecuária, modificando a sistemática da mão de obra relacionada ao tempo de produção dos trabalhadores. Para Elias (2006, p. 291) inclui que:

A expansão dos sistemas agroindustriais não apenas repercutiu na estrutura técnica das suas respectivas atividades econômica como causou profundos impactos às relações sociais de produção, transformando o conjunto clássico de normas e padrões que regula tais relações.

Estas transformações sociais provocaram ações governamentais no quesito investimento, a fim de sanar tais rupturas sociais. O fator crédito rural se posicionou como importante instrumento de “modernização” (grifo nosso) da agricultura local, com incorporação de elevado número de insumos ao processo produtivo nas técnicas utilizadas no setor agropecuário. O considerável aumento no número de tratores e equipamentos no território facilitou a utilização de implementos tais como arados, semeadeiras, pulverizadores e outros segundo dados da FAEG (2010).

Essa modernização do município provocou crescimento nas movimentações financeiras e conseqüentemente, gerou aumento de arrecadação no ICMS do município, que em 1998 foi de R\$ 33.080,00 e em 2010 esse número foi para R\$ 144.013,00, representou um elevado crescimento de 75% em apenas uma década. Este fator se deve a expansão do agronegócio que teve como base econômica inicial a pecuária, e posteriormente foi seguido pelo cultivo de vastas extensões territoriais de arroz, milho e atualmente a soja, que atua como forte economia do território. O cultivo da soja se deu a partir da modernização das técnicas produtivas desenvolvidas e aplicadas no município, mas esse desenvolvimento também culminou no melhoramento de pastagens e influenciou o aumento e a produtividade da pecuária, a partir do avanço tecnológico intensificado pelas linhas de crédito<sup>8</sup>.

Com o crescente desenvolvimento tecnológico, a expansão da produção agrícola foi promovida, o que facilitou o estreitamento das relações no mercado da agricultura e da indústria, fazendo-as grandes parceiras no campo, deixa de lado a relação de subordinação da última em relação à primeira, e estabelece uma relação de parceria que amplia suas produções capitalistas, no processamento e comércio dos produtos, provocando acentuado inchaço urbano, condizentes com as grandes propriedades rurais.

Essas movimentações comerciais e as linhas de créditos favoreceram a instalação de um número considerável de agências bancárias no território de Rio Verde, influenciadas

---

<sup>8</sup> O crédito rural foi sistematizado pela Lei nº 4.829/65 e disciplinado pelo Decreto nº 58.380/66, estando restrito ao campo específico do financiamento das atividades rurais. O Artigo 11 de tal decreto divide os financiamentos rurais em custeio para financiamentos destinados ao suprimento de capital de trabalho para atender as seguintes atividades: agrícola, pecuária e indústria/industrialização. (Acesso em 30 de junho de 2012, no site <http://www.sober.org.br/palestra/2/138.pdf>)

pela economia do município que apresenta uma alta demanda de atividades bancárias geradas pelas indústrias, comércio e principalmente pelo setor de agronegócios. A cidade é contemplada com as agências do Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Unibanco, HSBC Bank Brasil, Banco Rabobank International Brasil S.A e Santander.

A diversidade de agências bancárias no município facilitou e ampliou as linhas de créditos para o setor agroindustrial, bem como para os insumos agrícolas. Conforme dados do IBGE/2010, o número de maquinários e implementos agrícolas cresceu em média 44,5% na última década conforme Tabela 06 a seguir:

**Tabela 05:** Frota de automóveis e maquinários de Rio Verde (2005-2010).

<b>FROTA DE AUTOMÓVEIS E MAQUINÁRIOS DE RIO VERDE (2005-2010)</b>			
FROTA	2005	2010	Crescimento (%)
Automóvel	19.960	33.706	40%
Caminhão	2.309	2.933	22%
Caminhão trator	616	1.419	42%
Camionete	3.078	8.818	61%
Camioneta	-	1.403	14%
Micro-Ônibus	107	204	48%
Motocicleta	10.727	21.907	51%
Motoneta	3.792	8.11	56%
Ônibus	285	432	36%
Trator de rodas	-	02	02%
Outros	-	3.585	35%

Fonte: IBGE/2010.

O aumento das linhas de crédito favoreceu o crescimento da demanda tecnológica, provocando a diminuição da cultura tradicional no cultivo do arroz e feijão suplantados por produtos com melhores expectativas de mercado. O aumento do cultivo da cana-de-açúcar, do milho<sup>9</sup> e da soja<sup>10</sup> foi notável no território de Rio Verde ao longo dos tempos.

Nesse processo de industrialização agrícola, outro ponto de destaque foi à jornada de trabalho e sua demanda, surgindo três categorias distintas: a mão de obra familiar caracterizada por pequenos proprietários e posseiros, a mão de obra volante destituída de propriedade ou posse fundiária e a mão de obra qualificada.

Contudo, a inovação na agricultura e sua forma de ampliação foram seletivas e favoreceu os mais abastados tecnologicamente com a possibilidade de maior enriquecimento,

<sup>9</sup> Sempre foi tradição no Estado de Goiás, desde tempos de ocupação o plantio do cereal, participando do sistema de renovação das pastagens e na subsistência familiar.

<sup>10</sup> A soja chegou a Goiás através dos imigrantes sulistas, a procura de vastas extensões de terras, rumo a regiões de fronteiras. Boa parte dos imigrantes, corrobora Estevam (1998) encontraram terras em Goiás a partir das facilidades do preço mais baixo e pela não obrigatoriedade de nela produzir, permitindo a reserva de capital para investimentos em tecnologias e insumos dentro de um sistema de arrendamento.

e em contrapartida, provocou o empobrecimento dos agricultores tradicionais e alterou a estrutura de classes conforme afirma Estevam (1998). O agronegócio passou a determinar a economia do território de Rio Verde.

Mas esse cenário de avanço do agronegócio no município de Rio Verde tem sua origem marcada pela chegada da cana-de-açúcar no município ainda no ano de 1975, trazida pela família Iplinsky, com finalidade comercial pela implantação da destilaria da Cachaça “A feiticeira” que, até 2005 funcionou neste único segmento. A partir de 2005, a destilaria de cachaça encolheu sua produção e cedeu espaço à destilação do álcool combustível em grandes quantidades, para fins comerciais de exportação, culminando na produção de 95% de toda sua escala comercial. De destilaria Catanduva, passou-se a chamar usina Catanduva ou DECAL, como é popularmente conhecida nos arredores de sua instalação. O crescimento acelerado de sua produção expandiu não só a planta industrial da usina, mas também as áreas de cultivos da cana-de-açúcar.

Com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar no território, a usina DECAL empregou nos últimos tempos nos períodos de safra, aproximadamente 450 funcionários em regime temporário, que após o período do corte são demitidos, para só voltarem na próxima colheita. Alguns desses trabalhadores ainda permanecem na cidade na entressafra, a procura de emprego nas demais indústrias do município, como são os casos da COMIGO e Perdigão, que se destacam como maiores empregadoras do território. O quadro de empregos formais no município atinge o número de aproximadamente 33.454 vagas de ocupação, enquanto que os empregos não formais atingem um patamar de 37.481 no território. O salário médio mensal do município é de 2,5 salários mínimos.

O fluxo migratório aumento principalmente a partir da especulação da imprensa<sup>11</sup> com anúncios de emprego farto no município, que passou a receber pessoas de diferentes lugares do país, especialmente trabalhadores vindos dos Estados de Alagoas, Maranhão e Bahia. A maioria chega ao município à procura de oportunidades de empregos e oportunidades de melhores condições de vida. Com a demanda migratória no município por trabalho, a aceleração do crescimento demográfico foi considerável, na última década cresceu 33% e apresentou uma taxa de urbanização com crescimento de 35%, segundo dados do IBGE/2010.

---

<sup>11</sup> O programa Bom dia Goiás da Rede Globo de Televisão exibiu em rede nacional no dia 22/07/2011 um documentário sobre municípios de Goiânia, Anápolis e Rio Verde de Goiás, registrando o desenvolvimento, apontando as desigualdades sociais, o crescimento na produção agrícola e a criminalidade.

O rápido crescimento trouxe a proliferação de bairros no entorno da cidade de Rio Verde, e favoreceu o IDH municipal de 0,702 em 1991 para 0,807 em 2000 e até o momento o IDH de 2010 ainda não foi liberado pelo IBGE (2010). Na classificação os dados do IDH-M de uma população são elaborados a partir de indicadores de educação, longevidade e renda, e os índices apresentados por Rio Verde na década de 2000 são considerados altos conforme tabela a seguir, contemplando o período de 1991-2010.

**Tabela 06:** IDH-M (1999-2010).

EDUCAÇÃO			IDH-M LONGEVIDADE			RENDA		
1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
0,747	0,871		0,684	0,803		0,674	0,746	

Fonte: SEGPLAN/2012

No entanto, apesar do IDH-M ser elevado 1991 em 0,684 e 2000 em 0,803 a desigualdade social se mostra em números elevados, conforme dados do *Gini* os índices de 1991 são de 0,56 e de 2000 são de 0,60, e revelam uma desigualdade social a partir da renda do indivíduo, a partir da renda domiciliar per capita. Os dados referentes a 2010 ainda não foram divulgados pelo IBGE.

Outro ponto que preocupa a sociedade local e o poder público são os números crescentes da criminalidade no território, pois apesar de ainda não terem sido liberados pelo IBGE, os dados referentes a 2010 apurados pelo Instituto, dão notícias de avanços nos índices de criminalidade no município.

A segurança do município conta com os serviços das Polícia Militar de Goiás (PM) e Polícia Civil, que vem atuando no território com veemência na repressão e prevenção de crimes contra a comunidade local. O poder público do município tem procurado mobilizar suas forças, inclusive procurando os poderes públicos estaduais para debater assuntos como a criminalidade e as medidas necessárias à diminuição dos índices de violência em seu território. Em 28 de abril de 2011, foi realizada uma Audiência Pública para tratar desses assuntos, com a presença de várias autoridades do segmento tais como: o deputado federal Heuler Cruvinel, o secretário estadual de Segurança Pública, João Furtado, o Comandante Geral da Polícia Militar, Raimundo Nonato e o Comandante Geral dos Bombeiros Carlos Helbing Júnior, além de outras autoridades municipais. Contudo, a população não se mostrou otimista com as discussões e promessas de providências apresentadas na Audiência, conforme verificamos nas sondagens de nossos estudos junto à população.

O avanço dos números de crimes do município é preocupante, pois as estimativas de 2002-2010 são crescentes, de acordo com os relatórios fornecidos pela Diretoria-Geral da

Polícia Civil de Goiás (2012), que mostram números elevados em crimes de estelionato, furto, lesão dolosa e roubo conforme quadro 2 a seguir:

**Quadro 02:** Principais ocorrências registradas em Rio Verde.

RIO VERDE																				
CRIMES																				
MUNICÍPIOS	Atentado Violento ao Pudor	ESTELIONATO	ESTUPRO	ESTUPRO TENTATIVA	Extorsão Mediante Sequestro	FURTO	FURTO TENTATIVA	HOMICÍDIO CULPOSO	HOMICÍDIO DOLOSO	HOMICÍDIO TENTATIVA	Porte Ilegal de Arma de Fogo	LESÃO CULPOSA	LESÃO DOLOSA	RECEPTAÇÃO	ROUBO	ROUBO TENTATIVA	ROUBO (LATROCÍNIO)	Lei 6.368		TOTAL
																		COMÉRCIO	USO DE TÓXICOS	
2002	5	153	6	2	-	2032	11	4	5	10	43	52	146	1	150	-	-	3	41	2664
2003	4	113	2	-	-	2917	20	2	3	5	62	44	226	2	247	1	-	15	53	3716
2004	-	102	5	1	-	2731	27	8	1	9	35	68	419	7	211	-	-	14	41	3679
2005	6	170	6	1	-	2565	33	8	2	19	9	45	391	12	194	1	-	31	72	3565
2006	4	251	2	1	-	1814	27	6	5	7	13	36	420	10	165	5	-	41	75	2882
2007	5	325	4	1	-	1855	35	1	3	11	9	35	344	6	153	4	-	32	47	2870
2008	2	247	3	3	-	2122	76	3	3	10	8	11	379	9	301	9	-	18	31	3235
2009	5	147	11	2	-	1711	59	1	5	11	9	4	325	15	321	9	-	81	91	2807
2010	16	242	15	1	-	1821	42	8	7	34	34	24	355	46	357	2	1	110	127	3242
2011	8	404	12	1	-	1604	81	7	53	79	70	56	472	142	530	36	3	157	157	3872
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>	<b>2154</b>	<b>66</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>21172</b>	<b>411</b>	<b>48</b>	<b>87</b>	<b>195</b>	<b>292</b>	<b>375</b>	<b>3477</b>	<b>250</b>	<b>2629</b>	<b>67</b>	<b>4</b>	<b>502</b>	<b>735</b>	<b>32532</b>

Fonte: Delegacias de Polícia com mais de 15.000 habitantes.

Os dados apresentados dos crimes de furto são alarmantes, com crescimento especialmente nos anos de 2002-2005 e decresce em 2006-2007 com retomada em 2008. Contudo não foi possível identificar as principais causas desse número exorbitante de crimes de furto, estelionato, lesão dolosa e roubo, especificamente.

Contudo, vale salientar que no âmbito educacional, muito se discute sobre o papel da educação para a melhoria e rebaixamento dos índices de violência e criminalidade na sociedade, e nesse sentido, apresentamos os números educacionais do município, para posteriormente discutirmos seu reflexo.

O município de Rio Verde possui uma rede de educação de porte médio, composta por 14 escolas municipais sediadas na zona rural, que atendem a clientela do 1º ao 5º ano e 42 unidades escolares no espaço urbano do município com segmentos de 1ª ao 5º ano, 2ª fase do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. A taxa de alfabetização do município de Rio Verde é considerada em nosso trabalho a partir de 1991 com índice de 81,7, no ano de 2000 com índice de 89,5 e em 2010 com índice de 94,04 de alfabetizados, conforme dados publicados pela SEGPLAN (2010). Em 2010, o município foi contemplado com um valor acumulado de R\$ 4.762.683,02 do governo federal, para investimento em vários segmentos da educação local, como Programa de Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica – Promed o valor de R\$ 1.795.499,50 destinados

à revitalização de prédios públicos (escolas, creches, hospitais e outros); o Plano de Dinheiro Direto na Escola investiu R\$ 1.795.738,40 em produtos de custeio e capital com a finalidade de manutenção das escolas públicas estaduais; para Alimentação Escolar foram investidos R\$ 1.279.980,00; R\$ 224,000,52 para o Apoio de Transporte Escolar (PNATE). Os professores e profissionais vinculados à Educação Especial receberam de benefícios em capacitações (cursos, palestras, seminários, congressos e outros) o montante de R\$ 80.229,60, e o de Programa de Jovens e Adultos recebeu do governo federal a quantia de R\$ 15.235,00 em investimentos, segundo informações do Portal de Transparência do Governo Federal.

O município conta ainda com 04 escolas Técnicas Profissionalizantes tais como: Centro de Educação Tecnológica de Rio Verde; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR AR/GO) e 01 Centro de Educação Profissional (MICROLLINS). No segmento Universitário, o município conta com 03 Faculdades. São elas: Universidade de Rio Verde (FESURV), que se destaca pelo número de cursos ofertados à população, numa média de 40 cursos, entre graduação e pós-graduação, e proporciona à comunidade local a profissionalização em diferentes áreas do conhecimento, inclusive a previsão do curso de Medicina para 2012. Também é oferecido o Curso Técnico Agrícola, pelo SENAC até o Ensino Superior. E o Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues Ltda. com uma média de dez cursos em funcionamento, entre cursos de graduação e pós-graduação. A partir de entrevistas realizadas no período de 07 a 10 de dezembro de 2011 em território rio-verdense, temos uma amostragem da realidade local, conforme tabela abaixo:

**Tabela 07:** Escolaridade da população residente pesquisada por gênero/Rio Verde.

SEGMENTOS	ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE PESQUISADA POR GÊNERO					
	População Residente (amostragem de 60 entrevistados)		Trabalhadores da cana-de-açúcar (amostragem de 60 entrevistados)		Gestores Amostragem de (10 gestores entrevistados)	
	M	F	M	F	M	F
Analfabeto	0	0	0	0	0	0
6º ao 9º ano	3	0	0	0	0	0
Ens. Fund. Incompleto	3	3	10	1	0	0
Ens.Fund. Completo	0	2	0	0	0	0
Ens.Médio Incompleto	3	4	17	19	0	0
Ens. Médio Completo	13	17	5	5	0	0
Graduação Incompleta	3	5	1	1	0	0
Graduação Completa	0	2	0	0	1	1
Pós – Graduação	1	1	0	0	2	1
<b>TOTAL</b>	26	34	33	26	2	2

Fonte: Pesquisa realizada na cidade de Rio Verde em 07/12 à 10/12 de 2011.

Os dados na tabela (...), são resultados de pesquisa realizada no município de Rio Verde, numa amostragem de 130 entrevistados sendo que: 60 residentes; 60 trabalhadores da cana-de-açúcar e 10 gestores da cidade de Rio Verde de Goiás. Os pesquisados foram escolhidos aleatoriamente nas ruas, comércio, e na Usina DECAL (trabalhadores da cana-de-açúcar) residentes da zona urbana e rural. Na mesma pesquisa, verificou-se a sequenciação de estudos da população residente no município, observando os segmentos e idades de cada entrevistado, conforme dados relacionados na tabela a seguir:

**Tabela 08:** Sequência nos estudos/Rio Verde.

SEGMENTOS	SEQUENCIA NOS ESTUDOS					
	IDADES 18-30		IDADES 30-50		IDADES 50-70	
	M	F	M	F	M	F
População residente	11	14	15	17	03	00
Trabalhadores da cana-de-açúcar	04	06	00	02	00	00
Gestores Públicos	00	00	00	00	00	00
<b>TOTAL</b>	15	20	15	19	03	00

Fonte: Pesquisa realizada na cidade de Rio Verde em 07/12 à 10/12 de 2011.

No segmento de saúde, o município conta algumas unidades importantes de saúde para Rio Verde e municípios adjacentes, como Hospital Evangélico de Rio Verde, Hospital Santa Terezinha, Maternidade Augusta Bastos, Hospital do Câncer de Rio Verde, Hospital Municipal de Rio Verde; Sanatório Espírita de Rio Verde; Centro Integrado da Saúde (CAIS); Instituto de Cardiologia e Radiologia Intervencionista de Rio Verde e alguns Postos de Saúde Municipais. O sistema privado de Rio Verde representa 68,2%, enquanto que a rede pública 29,2%, apesar de prevalecer o número de estabelecimentos privados no município, existe 46 estabelecimentos de saúde com atendimento pelo SUS no território, espalhados na malha urbana do município.

Mas, outro fator relevante para a discussão da qualidade de vida da população residente de Rio Verde, é o saneamento básico, uma vez que os dados do IBGE (2010) demonstram alternâncias na expansão desses serviços e revelam períodos de crescimento e estagnação em certos espaços de tempo no processo de incorporação dos serviços prestados à população local, provocados pela necessidade de reorganização e ampliação do sistema de saneamento do município. Segundo dados do IBGE (2010), o abastecimento da rede de esgoto na área urbana no período de 2000-2010 foi na proporção de 37%, sendo que nessa mesma ocasião o abastecimento de água alcançou índices de ligações em 49%, atendendo a demanda em datas específicas de novos bairros conforme a seguir: Dom Miguel e Maurício Arantes (2004). Bairro Gameleira I (2006) e os Bairros Jardim Helena; Setor dos Funcionários,

Gameleira II (um dos mais populosos bairros de Rio Verde), Bairro Monte Sião com 496 casas populares para a população de baixa e nenhuma renda, através do Programa Minha Casa Minha Vida e Residencial Paineiras I e II com previsão de 128 apartamentos cada. Atualmente, o município possui 81 bairros distribuídos em sua malha urbana.

**Foto 1:** Vista aérea do bairro Monte Sião. Rio Verde



Fonte: HF Engenharia/2011.

Com a expansão dos espaços urbanos, motivada pelas alterações socioeconômicas já tratadas anteriormente, os investimentos nos serviços públicos passam a ser solicitados com maior urgência, a fim de proporcionar melhor qualidade de vida à população. Portanto, se fez necessário observarmos os dados abaixo sobre domicílios atendidos pelos serviços de rede de esgoto, água tratada, luz, coleta de lixo, internet e pavimentação, conforme dados do IBGE (2010), enquanto serviços públicos fornecidos à população municipal.

**Tabela 09:** Dados a partir dos domicílios particulares e permanentes de Rio Verde

DOMICILIO PARTICULAR PERMANENTE	
Domicílios Particulares Permanentes com abastecimento de Rede de Esgoto	51.065
Domicílios Particulares Permanentes sem abastecimento de Rede de Esgoto	244
Domicílios com iluminação pública	50.927
Domicílios sem iluminação pública	344
Domicílios com Pavimentação	44.879
Domicílios sem Pavimentação	6.392
Domicílio com Rede de Água	44.347
Domicílio sem Rede de Água	344
Acesso a Internet	14.832
Domicílios com coleta de lixo	45.433
Domicílios sem coleta de lixo	387

Fonte: IBGE/Cidades (2010)

A coleta e destinação final do lixo são assuntos intimamente ligados às questões de saúde, e por isso, ganhou espaço no Plano Diretor Municipal, implantado no município através da Lei nº 5.318, de 10 de setembro de 2007, que estabelece no artigo 9º, inciso IV, a

responsabilidade e necessidade do poder público local na atuação conjunta dos setores públicos e privados em empreendimentos do interesse público, que promovam transformações urbanísticas na cidade, especialmente relativas a transporte coletivo, política habitacional, abastecimento d'água, tratamento de esgoto, destinação final do lixo, políticas de educação e de saúde. Desenvolvendo projetos como o Programa Cidade Limpa, o município busca ampliar a coleta de lixo hospitalar, residencial e industrial, bem como construir a estrutura física da usina de reciclagem de lixo, promovendo a remoção do lixo, a seleção deste lixo para reciclagem, manutenção do aterro sanitário, manutenção da limpeza nos logradouros, praças, parques e jardins públicos e ainda a criação de novos projetos e programas com a participação da sociedade.

Tais providências são também previstas na Lei Orgânica <sup>12</sup>do Município de Rio Verde/GO, em institui como instrumento básico de política de desenvolvimento e de expansão urbana, a responsabilidade pela fiscalização e desenvolvimento de estratégias de crescimento socioeconômico do território. Conforme disposição da Lei Orgânica Municipal de Rio Verde, artigo 112, temos o texto abaixo:

[...] crescimento ordenado da cidade, com a distribuição adequada das atividades urbanas, subsidiando as decisões do Executivo municipal na área do desenvolvimento urbano sustentável; a implantação e implementação do Plano Diretor Participativo; a revisão e atualização da legislação urbanística do município; a elaboração de forma participativa da política municipal de desenvolvimento habitacional e urbano, articulando com as demais secretarias as políticas setoriais do município; a promoção da gestão democrática e participativa em obediência ao Estatuto das Cidades, criando e dando suporte técnico e logístico ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano o CONCIDADE-RV e o Conselho da Habitação; a Constituição e manutenção de banco de dados urbanísticos e habitacionais atualizados, definindo índices e indicadores de avaliação da implementação da política pública da área.

O município propõe através de políticas habitacionais para a população de baixa renda e sem renda, incentivos e estímulos à construção de habitação, projetos e procedimentos que visem o interesse social. São registrados 87 domicílios de habitações coletivas no município, uma vez que o setor recebe em seu espaço urbano, imigrantes a procura de trabalho e estudantes que chegam de outros municípios e estados do país, para se aperfeiçoar. Com a previsão do curso de Medicina na cidade a partir do primeiro semestre de 2012, o polo universitário será mais um modelo de investimento no setor hoteleiro. Por condições de ocupações, o município conta com 7.825 domicílios em situação de aluguel; 5.470 de

---

<sup>12</sup> Informações contidas na Lei Orgânica Municipal de Rio Verde de Goiás, hospedada no site da Prefeitura Municipal do município, conforme pesquisa realizada em 2011 pela autora.

domicílios cedidos; 229 permanentes com ocupações diversas e 19.245 ocupações próprias da população residente.

Com economia bem estruturada e ofertas de serviços voltados à produção, Rio Verde segue perfil de cidade média que associada às concepções urbanas remete-nos a Santos e Silveira (2001, p.281):

[...] as cidades médias tem como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e desse modo se constituem em interpretes da técnica e do mundo. Em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças as suas relações próximas e necessárias com a produção regional.

[...]

Uma das tarefas da cidade no campo modernizado é, pois, a oferta de informação – imediata e próxima – a uma atividade agrícola que, nos dias atuais, já não pode ser feita sem esse insumo, tornado indispensável. Às vezes a cidade é a produtora de informação, o que é o caso, por exemplo, das aglomerações onde há instituições de ensino e pesquisa pura e aplicada. [...]

A cidade de Rio Verde possui estrutura essencialmente voltada para o desenvolvimento de atividades agrícolas, com o forte comércio de insumos agrícolas, maquinários, diversas redes bancárias, estabelecimentos de armazenagem e estocagem da produção, empresas de transportes, institutos de ensino e pesquisas agrícolas, dentre outros.

De forma geral, as movimentações econômicas do município estão intimamente relacionadas às atividades do agronegócio, mas observa-se também a preocupação crescente com a implantação de estabelecimentos voltados para a área de lazer como shopping, boate, cinema, prédios históricos, o calçadão da Rua Rafael Nascimento com várias lojas e praça de alimentação, diversas praças públicas, vários bares e restaurantes, clubes de pesca esportiva e clubes sociais, pista para a prática de *cooper* e caminhadas, o Centro de Tradições Gaúchas com a realização de festas típicas ao longo do ano, como a Semana Farroupilha e o Boi no Rolete, e encontra-se em fase de construção um lago, que terá um parque ecológico feito pelo encontro do córrego Barrinha com o córrego do Sapo, numa extensão de 17 hectares (170 mil m<sup>2</sup>), será utilizada toda a encosta do bairro Jardim Adriana para área de preservação ambiental e para área de lazer e prática de esporte, segundo informações da Secretaria Municipal de Comunicação de Rio Verde.

Segundo dados do Portal da Transparência do Governo Federal (2012), Rio Verde recebeu do governo federal R\$ 2.061.851,37 em investimentos do Programa de Política Nacional de Desenvolvimento Urbano para o ano de 2012, no ano de 2010 não existem registros deste setor, enquanto que o setor de habitação, no mesmo ano 2010, especificamente em junho, recebeu R\$ 5.864,00 em recursos oriundos do mesmo programa federal. Todos esses investimentos foram revertidos a contratação de serviços de pavimentação do

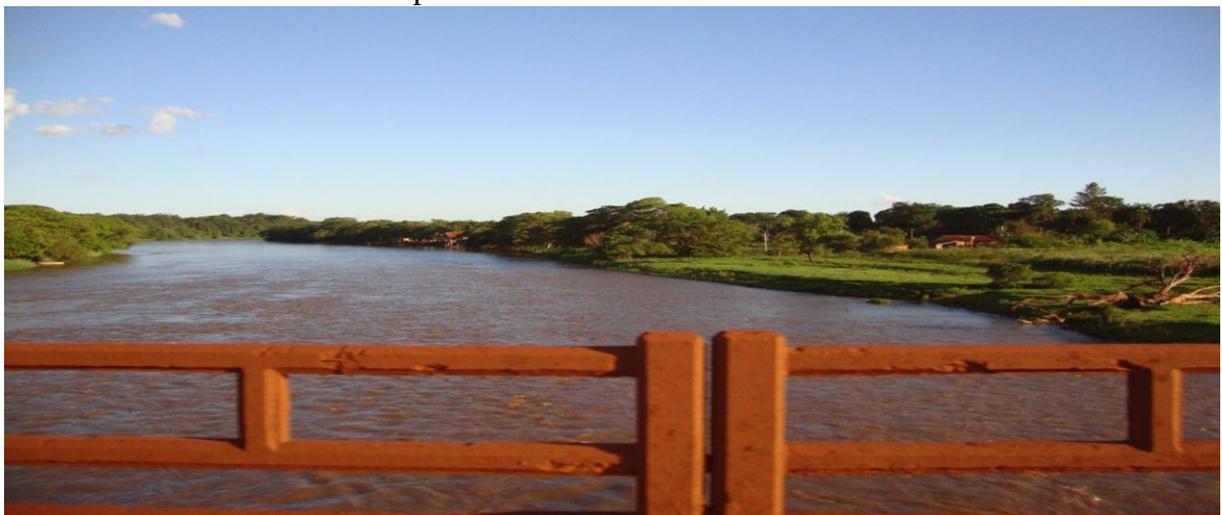


km<sup>2</sup>. O município de Turvelândia de Goiás foi criado pela Lei Estadual nº 10.429, de 8 de janeiro de 1988, e instalado em 1º de junho de 1989, apesar de sua história de formação datar dos primeiros anos do século XX, com a chegada de habitantes oriundos principalmente da região nordeste do país ainda no período de escravidão, conforme relatos de moradores do município. Os primeiros moradores foram atraídos pelas terras férteis para produção de grãos, no entanto, o povoado começou a se desenvolver realmente, só no início da década de 1960.

Com suas raízes fortemente ligadas à exploração agrícola, o território de Turvelândia, preservou suas origens e atualmente se destaca no cultivo da cana-de-açúcar, soja e pecuária. As características geográficas do município ainda continuam a influenciar no predomínio da exploração agrícola do território, pois se apresentam como ideais ao cultivo da cana-de-açúcar com terrenos de chapadas e relevo pouco ondulado e possibilitam o uso de máquinas no cultivo de grandes extensões de terras.

Aliados a tais características, o clima e as fontes hídricas do território atuam positivamente para o desenvolvimento de atividades agrícolas e, principalmente da cana-de-açúcar, vez que o clima em Turvelândia é quente e úmido com médias máximas de 28,5° C e mínimas de 16,2° C, com regime de chuvas no geral no período de outubro a dezembro e de janeiro a março, com maior intensidade nos meses de dezembro e fevereiro. No que se refere à hidrografia, o território possui um manancial importante, com dois rios que drenam o município e integram a bacia hidrográfica do Paranaíba, os rios Verdão e Turvo são os maiores em volume de água do território.

**Foto 02** – Rio Verdão – Município de Turvelândia - GO



**Fonte:** Rio Verdão/Turvelândia. Foto: Ana Lúcia C. Silva/2011.

Na vegetação local predomina o bioma Cerrado, nas planícies alúvio-colúvioais e veredas, com preponderância de campos limpos, com matas de galerias esparsas em longas

extensões dos corpos d'água que abastecem o município. Com superfície relativamente plana e altitude elevada ao nível do mar em 550 m, o município conta com um número de 4.399 habitantes conforme Censo (2010).

**Mapa 03:** Tipos de solo de Turlvelândia.



**Fonte:** Organização e elaboração: Geógrafo Ademar Roque Hippler Ruwer

Os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) de Turlvelândia de Goiás é de 0, 625. Seu Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás (Estimativa de 2008) é de 133 719 111 mil. Sua base econômica local é a agricultura e pecuária, que é abastecido pelos 24 (vinte e quatro) estabelecimentos de comércio, incluindo bares, farmácia e outros. Na falta de produtos no comércio local, a alternativa são as cidades de Maurilândia e Santa Helena-GO. Os turlvelandenses contam com um ponto de apoio dos Correios, uma lotéricas que presta os serviços da Caixa Econômica Federal, um posto de atendimento do Banco do Bradesco S.A., um posto de combustível, um posto de saúde, um hospital municipal, quatro unidades escolares sendo: o Colégio Estadual Rui Antonio da Silva, duas escolas municipais, uma creche (na época da visita ao município a creche estava em construção). Atualmente a mesma encontra-se em funcionamento com atendimento de crianças até a idade de 6 anos. A população do Município segundo dados do IBGE (2010) alcançou o número de 4.399

habitantes, enquanto que sua Densidade Demográfica é de 4,71. Para atender esta demanda local, o município conta com salão cultural, responsável por abrigar todos os eventos e festas da comunidade local. Um centro de convivência para atendimento da população local, possibilitando a aprendizagem de artesanatos em geral; um ginásio de Esportes, um campo de futebol society localizado dentro do ginásio de esportes e um campo society externo. A população conta com uma pista para caminhadas, uma quadra de futebol de salão e um estádio. A malha urbana é 90% pavimentada, com serviço de abastecimento de água conforme dados de 2000-2010 a seguir:

**Tabela 10:** Ligações de água em Turvelândia.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Município	732	05	65	16	03	07	07	15	49	15	24	938

Fonte: SEGPLAN/Sepin (2010)

Verificou-se que de 2000-2010 houve 938 ligações, seguindo um crescimento de 70% em ligações de água, que anteriormente já contava com 2.165 ligações, totalizando as 3.103. Contudo, o serviço de rede de esgoto não existe no município conforme dados do IBGE (2010) e estudos *in loco*.

O município detém em sua folha aproximadamente 300 funcionários públicos municipais, com 2,8 de salário mínimo. A folha de pagamento dos funcionários absorve 50% das arrecadações. A economia local esta ligada a expansão da cana-de-açúcar que chegou ao município por volta de 1982 com a instalação da Usina Vale do Verdão S.A.. Naquele período o território de Turvelândia ainda era distrito de Acreúna.

Atualmente a plantação da cana-de-açúcar é sua principal fonte de renda, com Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aproximado a 17 mil anual além da frente de mão de obra que abastece o município, em quase 50% de sua população em situação de ocupação. Atualmente os dados do IBGE (2010) revelam que o município conta com 44 empresas cadastradas, e 1.470 pessoas ocupadas, enquanto que assalariadas somam o número de 1.415. O território faz uso do plantio direto que consiste no aproveitamento da soca da cana-de-açúcar para o plantio da soja.

**Foto 03** – Plantação de soja no Mun. de Turvelândia, (2010)

**Fonte:** Plantação de soja em Turvelândia/GO. Foto: Ana Lúcia C. Silva

A técnica de plantio direto é utilizada há algum tempo no município, consistindo no cultivo de novas plantações diretamente no solo sobre os resíduos deixados pela colheita anterior, são aproveitados os resíduos orgânicos da outra plantação. Mas, além do plantio direto, é comum também no município o sistema de rodízios entre as plantações de cana-de-açúcar e soja, sendo que esse rodízio faz parte de negociações entre os arrendatários e os proprietários de terras, que num período de seis (06) anos, são realizadas as plantações de soja apenas no primeiro e no sexto ano de arrendamento, cuja produção é revertida para o pagamento do uso da terra, e os demais anos são destinados ao cultivo da cana-de-açúcar.

Com o predomínio da cana-de-açúcar no território o sistema de arrendamento de terras é prática comum por um período que varia de 4 a 7 anos. A Usina neste interstício de tempo adquiriu propriedades no município, fazendo uso do plantio da cana, bem como o sistema de rodízio de cultura e a palha da soja para o confinamento de gado de corte.

A agricultura no município continua como forte apoio econômico ao território. Cultiva-se ainda o arroz, algodão, mandioca, milho, soja, e sorgo. Os dados econômicos revelam o recuo da agricultura no período correspondente a 2004-2010 conforme dados a seguir:

**Quadro 03:** Lavoura temporária de Turvelândia, (2004-2010).

TIPO DE LAVOURA	LAVOURA TEMPORÁRIA – 2004-2010	
	2004 (toneladas)	2010 (toneladas)
Cana-de-açúcar	887.756	996
Soja	38.800	44.950
Milho	19.200	9.150
Algodão	10.492	1.140
Mandioca	360	280
Arroz	144	60
Sorgo	-	8.100

Fonte: IBGE (2010). Org. Autora.

Então, observa-se o crescimento das monoculturas de cana-de-açúcar e soja no município. Esse aspecto socioeconômico do município fez surgir outro aporte econômico no território: a importação de insumos de outros municípios para o beneficiamento no município, como é o caso da aquisição de gado bovino para confinamento (Goiânia e Rio Verde), e a soja (Rio Verde) e a cana-de-açúcar (Orlândia) para fins de industrialização e exportação.

Neste mesmo segmento, apesar das importações de insumos de outros municípios, o território de Turvelândia possui índices acentuados no setor da agropecuária, com produção média anual de 42.600 cabeças de bovino; ocupando o segundo lugar em produção está os suínos com 18.200 cabeças; e conseguinte a criação de galináceos: 8.400; vacas para ordenha com 3.450 cabeças; galinhas poedeiras: 2.650; e ovino com 650 cabeças. Porém, apesar da economia local contar com índices permanentes da agropecuária, a economia dominante está totalmente voltada à cana-de-açúcar, o município conta com 50% de sua população dependente da mão de obra sucroalcooleira, com uma média salarial de 2,8 salários mínimos segundo dados da SEGPLAN (2010).

Esse perfil econômico do município e de renda da população reflete diretamente nas características físicas de moradia e de infraestrutura do território, que por sua vez, apesar de as casas apresentarem bons aspectos de conservação e construção, não possuem saneamento básico, porém possui aproximadamente 90% dos domicílios abastecidos de rede de água tratada. O abastecimento de água tratada é outro fator relevante, pois o município é atendido pelo Sistema de Saneamento de Goiás (SANEAGO), abastecido pelo Poço Turvelândia que consiste em poço artesiano com 08 polegadas de vazão captada. De acordo com dados do IBGE (2010) os serviços prestados à população local por domicílios apresentam as seguintes estatísticas:

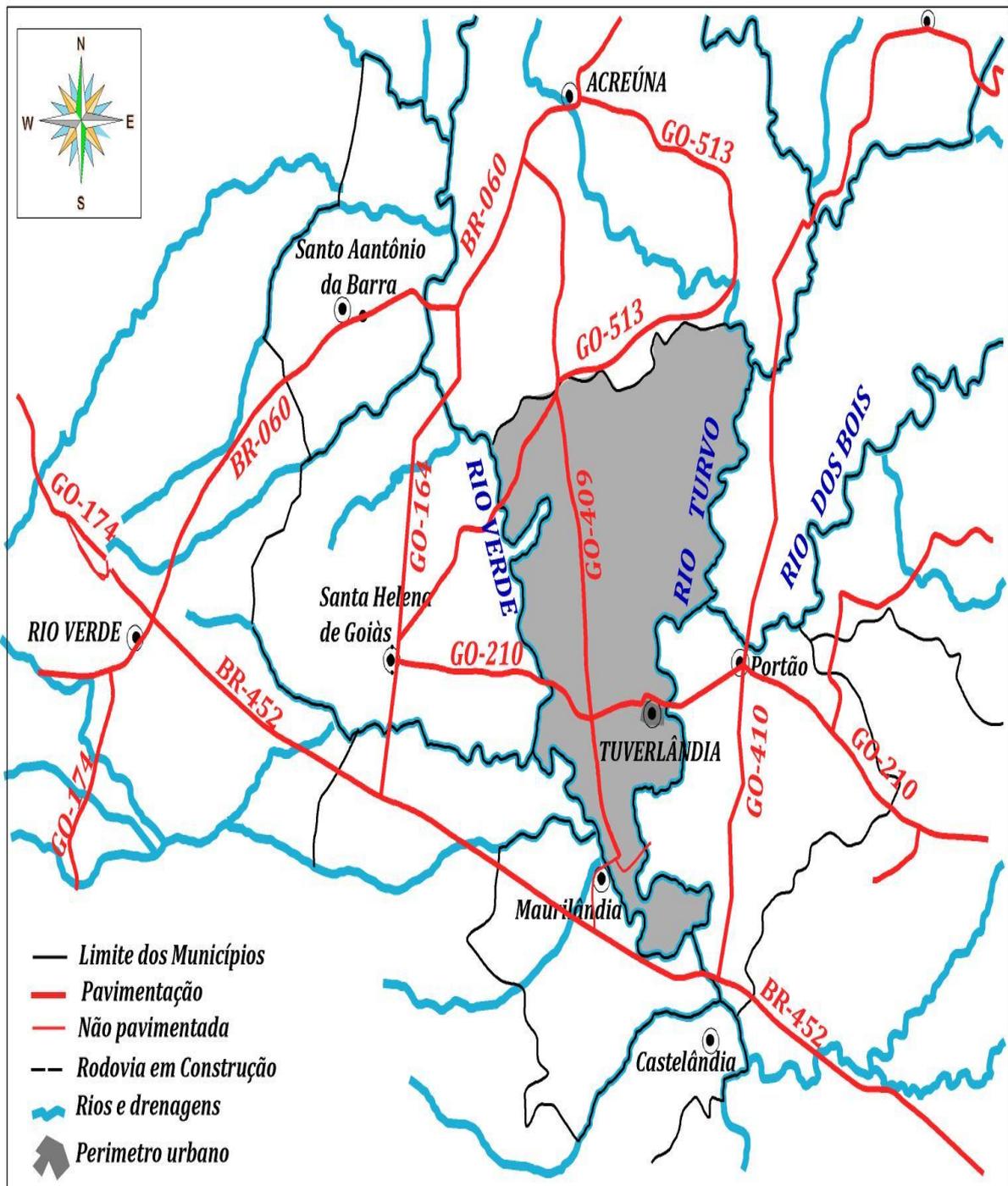
**Tabela 11:** Serviços públicos prestados à comunidade de Turvelândia, 2010.

<b>SERVIÇOS PÚBLICOS</b>		
<b>Serviços</b>	<b>Domicílios atendidos</b>	<b>Domicílios não atendidos</b>
Iluminação pública	913	31
Pavimentação	834	110
Calçadas	427	517
Meio-fio	831	113
Bueiro/Boca de lobo	944	77
Rampa para cadeirante	77	867
Arborização	673	271
Rede de Esgoto	-	944
Coleta de lixo	944	-
Rede de distribuição de água	3.103	-
Logradouros	532	2.571
Banheiros/sanitários	943	171

Fonte: IBGE (2010).

O transporte urbano é precário, com uma única linha que faz Turvelândia a Santa Helena-GO. Para acesso a Goiânia, o torvelinhe necessita chegar a Santa Helena para prosseguir para a capital. Para o acesso a Maurilândia a 18 km, é necessário fretar táxi. A coleta de lixo na cidade de Turvelândia é feita em caminhões caçamba, e despejados no aterro da cidade, afastado da zona urbana. O município esta implantando a coleta seletiva a partir do segundo semestre de 2011 no bairro centro da cidade. Esta em caráter experimental.

**Mapa 04:** Vias de acesso ao município de Turvelândia.



**Fonte:** Organização e elaboração: Geógrafo Ademar Roque Hippler Ruwer

A segurança pública do município é suprida por um destacamento da Polícia Militar do Município de Santa Helena de Goiás. De acordo com pesquisa realizada na Secretaria de Segurança Pública da Polícia Civil, os dados são os seguintes:

**Quadro 04:** Ocorrências registradas em Turvelândia (2005-2010)

OCORRÊNCIAS REGISTRADAS EM TURVELÂNDIA					
CRIMES	ANO				
	2005	2007	2008	2009	2010
Resistência	-	-	2	1	-
Desobediência	-	-	-	1	1
Denunciação caluniosa	-	-	1	-	-
Desacato	-	-	2	2	1
Atentado violento ao pudor	-	1	-	-	-
Incêndio doloso	-	4	-	4	-
Incêndio culposo	-	1	1	1	-
Ameaça	-	1	8	9	7
Furto	-	3	7	14	12
Roubo	-	1	-	-	-
Dano	-	3	-	2	12
Estelionato	-	2	1	-	-
Prática de homicídio culposo	-	2	-	-	-
Lesão corporal no trânsito	-	1	1	1	-
Lesão Corporal dolosa	-	-	3	-	1
Lesão Corporal culposa	-	-	1	-	4
Morte Natural	-	2	-	-	-
Injúria	-	-	2	1	-
Lei das contravenções penais	-	-	4	-	-
Perturbação da tranquilidade	-	-	2	-	1
Vias de fatos	-	-	2	1	2
Lei 4.898/1965 Art. 4º	-	-	1	-	-
Afastar o condutor do veículo do local do acidente	-	-	1	-	-
Falta de carteira de habilitação	-	-	1	2	1
Propaganda Política	-	-	1	-	-
Estupro	-	-	-	-	1
Estupro de Vulnerável	-	-	-	-	2
Falsificação de documento particular	-	-	-	-	1
Tentativa de homicídio	-	-	-	-	1
Difamação	-	-	-	-	2
Furto tentativa	-	-	-	-	1
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	-	-	-	-	1
Estelionato	-	-	-	-	2
Drogas: posse para consumo próprio	-	-	-	-	1
Tráfico de drogas	-	-	-	1	1
Acidente no trânsito sem vítimas	-	-	-	-	2
Lesão por acidente no trabalho	-	-	-	-	2
Uso de documento falso	-	-	-	1	-
Atentado contra a liberdade do trabalho	-	-	-	1	-
Homicídio tentativa	-	-	-	2	-

OCORRÊNCIAS REGISTRADAS EM TURVELÂNDIA					
CRIMES	ANO				
	2005	2007	2008	2009	2010
Homicídio doloso	-	-	-	1	-
Lesão Corporal tentativa	-	-	-	1	-
Lesão Corporal	-	-	-	3	-
Direção perigosa de veículo em via pública	-	-	-	1	-
Permitir, confiar direção a pessoa não habilitada	-	-	-	2	-
Lei 9.605/98 Art. 60	-	-	-	1	-
Art. 129§ 9º	-	-	-	2	-
Outros	-	-	-	3	-

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Polícia Civil (2012).

Portanto, os índices relacionados à segurança pública do município apresentam proporções que requerem ações eminentes para minimizar tais dados.

Nesse sentido corrobora Gadotti (1993, p. 15):

O processo educativo, formador da consciência cívica da comunidade deve ser percebido como uma necessidade vital e contínua [...] A metodologia pela qual os grupos comunitários fazem frente à crise econômica, promovendo, ao mesmo tempo, um adequado desenvolvimento sociopolítico, tem que: partir da própria realidade (diagnóstico participativo); assentar-se numa visão sociopolítica global; buscar a transformação da realidade; levar-se a cabo por meio de estratégias metodológicas adequadas

Dessa forma, é necessário que as ações públicas através das Secretarias Estadual e Municipais de Educação se envolvam em atividades voltadas ao processo educativo a fim de minimizar os índices de criminalidade, principalmente em municípios tão pequenos, mas com números que requer ações imediatas. Diante destes dados, o município apresenta em seus dados escolares em números a taxa de analfabetos, apesar do município apresentar dados de 84,42 segundo o IBGE (2010).

**Tabela 12:** Analfabetos por faixa etária de Turvelândia, 2012.

ANALFABETOS POR FAIXA ETÁRIA		
IDADE	Nº DE PESSOAS	(%)
15 a 24	24	3%
25 a 39	128	11,2%
40 a 59	247	26,6%
60 anos acima	158	45,8%

Fonte: IBGE (2012)

Os números de matrículas no ano de 2009 segundo o IBGE foi de 820 matrículas para o Ensino Fundamental enquanto que o Ensino Médio 197 alunos. No segmento da saúde, o município conta com 01 Hospital Municipal e posto de saúde para atendimento à população

em geral. Em geral, os casos mais graves são conduzidos para o Hospital de Santa Helena que possui uma das melhores UTI's da microrregião, conforme informações da população local. O Hospital municipal tem capacidade para 11 leitos enquanto o Posto de Saúde local recebem somente consultas.

A população conta com os serviços de telefonia da EMBRATEL para telefones fixos, rede móvel de celulares com cobertura da operadora Vivo em alguns pontos da cidade e o sinal de televisão da emissora da Rede Globo.

Quanto ao lazer e as atividades culturais, são amplamente trabalhadas pela gestão local, a partir de festas regionais tais como Folia de Reis, Quadrilhas de Festa Juninas e a Festa do Rodeio; outro espetáculo a parte com a participação de cantores sertanejos de peso no país. Outro momento que a Gestão atual esta inserindo na rotina dos residentes do município é a Festa Natalina, com enfeites decorativos a partir de garrafas Pets, feitos artesanalmente por alunos da rede municipal.

Em dias de festividades, o município recebe um número expressivo de visitantes que comparecem nas programações do dia e retornam para seus territórios de origem uma vez que existe apenas uma pousada familiar para hospedar seus visitantes, sendo que o segmento Turismo ainda é pouco explorado na região.

## **CAPÍTULO 3 A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICÍPIOS GOIANOS DE RIO VERDE E TURVELÂNDIA**

O presente capítulo apresenta análise de dados e informações disponibilizadas por institutos oficiais como IBGE, SEGPLAN, INEPE, SSPJ/GO, Conab, além de dados bibliográficos e pesquisas *in loco* sob o foco do desenvolvimento econômico e os resultados dessas ações para a qualidade de vida das populações locais.

As pesquisas *in loco* foram realizadas nos períodos compreendidos entre os meses de novembro e dezembro de 2011, e buscou perceber as características específicas de cada território pesquisado a partir da expansão econômica e da agroindústria sucroalcooleira ali implantada, bem como a visão e postura da sociedade local sobre o assunto e sua qualidade de vida.

Diante dos dados e sondagens levantados durante as pesquisas realizadas, procuramos responder as indagações:

- ✓ De que forma a expansão econômica e a inserção da indústria sucroalcooleira influenciou os territórios?
- ✓ O desenvolvimento das atividades econômicas sucroalcooleiras interferiu na ocupação dos territórios?
- ✓ Como se deu crescimento populacional dos territórios?
- ✓ Qual ao perfil das habitações? São características familiares ou coletivas?
- ✓ Os territórios possuem estrutura de formação educacional e profissional acessível a todos?
- ✓ A população conta com abastecimento de água? Qual a porcentagem dessa população é atendida por este benefício?
- ✓ A população conta com os serviços de saneamento básico (instalações sanitárias, rede de esgoto)?
- ✓ Existe coleta de lixo na zona urbana? Qual a destinação desse lixo? Existe aterro sanitário?
- ✓ O sistema de saúde dos territórios atende suficientemente suas populações?
- ✓ A malha viária urbana dos territórios é pavimentada? Qual a estrutura de malha viária dos territórios e sua importância para o processo produtivo?

- ✓ A segurança pública no território é eficiente? Quais percentuais de crimes por território? Os índices de criminalidades no território aumentaram ou diminuíram após a chegada da usina sucroalcooleira?
- ✓ Existem locais adequados para lazer nos territórios? Qual a frequência e participação da população nas atividades culturais, de lazer e religiosas dos territórios?
- ✓ Qual a percepção das populações pesquisadas sobre seu território? Como a população entrevistada enxerga as mudanças sofridas pela inserção da indústria sucroalcooleira? Para as populações entrevistadas quais são os pontos fortes e fracos de seu território hoje?

Estes indicadores nortearam nosso trabalho, trazendo a nossa realidade discussões para as análises os aspectos dos arranjos territoriais a partir dos espaços de uso do solo mediante os indicadores de Qualidade de Vida abordados por Minayo (2000) trazendo as análises dos dados coletados.

### **3.1 Rio Verde e Qualidade de Vida**

A população de Rio Verde, conforme pesquisa *in loco*, mantém características acolhedoras na recepção de seus visitantes que chegam ao território em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Com 158 anos de emancipação o município mantém viva a história, conforme relata o historiador local Filadélfio Borges, de fatos ocorridos em seu município com muita vivacidade, e que nos faz retornar a um passado não muito distante, como a chegada do primeiro automóvel no território rio-verdense, Ford modelo T de 1916, trazido pelo Sr. Ronan Rodrigues Borges e Sidney Pereira de Almeida. A instalação da primeira unidade hospitalar construída no município em 1937, o Hospital Presbiteriano Dr. Gordon, a primeira Agência Bancária do Banco do Brasil em 1940.

Fatos assim fazem do cenário de Rio Verde um município de fortes bases históricas, que, apesar da passagem dos anos, não perde os traços de uma cidade tranquila, hospitaleira e de pessoas simples, em meio aos ares de município forte em expansão econômica. Contudo, é essa última característica que coloca o município sob os *holofotes* do empreendedorismo econômico do Estado de Goiás e do País, como destaque no *ranking* de agronegócios.

O território de Rio Verde apresenta uma economia forte embasada no agronegócio, que por sua vez gera empregos diretos e indiretos, com perfil de cidade média, sedia em seu território uma usina sucroalcooleira, o que nos impulsionou a escolha do município como um dos territórios base de nossas pesquisas.

Contudo, conforme já tratamos anteriormente, Rio Verde delimitou a expansão sucroalcooleira em seu território e evitou que sua economia e sua paisagem fossem dominadas pela cultura da cana-de-açúcar. Desta forma, traçamos uma análise sobre os dados obtidos na pesquisa *in loco* e outros divulgados nos principais Institutos de Pesquisa oficiais do Estado de Goiás, sobre os períodos entre 1970 a 2010. Delineamos os aspectos naturais do território e as ações do homem sobre o meio ambiente do município de Rio Verde, que representam o avanço das atividades agrícolas e esquematizam o perfil do município ao longo do período alvo de nossa pesquisa.

Segundo registros do Instituto Mauro Borges (IMB), 2012, o perfil socioeconômico do município de Rio Verde no Gini de 1991 é de 0,56, enquanto que em 2000 esse índice subiu para 0,60, o que acentua a desigualdade social no município. Os dados de 1970 e 1980 não estão disponíveis no site do IMB e os dados de 2010 até a realização deste estudo não havia sido divulgado. Ao passo que o Índice de Desenvolvimento Humano em 1991 foi de 0,702 e em 2000, esse número subiu para 0,807. Os dados referentes às décadas de 1970, 1980 não estão disponíveis no site do IMB.

A ocupação do território de Rio Verde, segundo dados oficiais do IMB (2012), apresenta índice de crescimento médio da população total durante as décadas de 1980 a 2000 de 56% em três décadas, sem registro desses números para 1970. Contudo, no período compreendido entre as décadas de 2000 e 2010 que são registrados os maiores índices de crescimento populacional de Rio Verde na proporção de 51,4% em apenas uma década.

**Tabela 13:** Crescimento populacional de Rio Verde da década de 1970 a 2010.

<b>Indicadores</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Total de habitantes	-	74.699	96.309	116.552	176.424
Urbana	-	55.541	84.142	106.079	163.540
Rural	-	19.158	12.167	10.473	12.884
Taxa de crescimento geométrico populacional	-	-	2,34	2,14	4,23
Densidade demográfica	-	-	11,48	13,89	21,05

**Fonte:** IMB/2012.

Esses registros demonstram que a população urbana, assim como a população total, entre as décadas de 1980 e 2000 manteve uma média de alta de crescimento em 30,6% por década, e se expandiram com maior força nas décadas de 2000 e 2010, com crescimento de 54%. No entanto, o mesmo não ocorre com a população rural que nesse mesmo período, faz caminho proporcionalmente inverso e apresenta decréscimo mais acentuado entre as décadas de 1980 e 1990 em 36,5%, sendo que na década subsequente isso também ocorre,

mas de forma mais lenta e representa 14%, e finalmente, entre 2000 e 2010 apresenta um surpreendente crescimento na casa de 23%.

O cenário apresentado por esses números refletem parte importante da dinâmica de ocupação do território de Rio Verde, que por sua vez, conforme as pesquisas realizadas *in loco* dão nota de que no fim da década de 1980 e princípios da década de 1990, o crescimento populacional é influenciado pela recepção de imigrantes de outros estados do país que começaram a chegar ao território de Rio Verde conforme IBGE (2010), atraídos pela possibilidade de investimentos financeiros na cultura da soja e conseqüentemente obtenção de lucros. Na sua grande maioria, oriundos da Região Sul do país e do estado de São Paulo, essas pessoas enxergaram no município grandes possibilidades de aquisição de riquezas pela exploração do agronegócio, corrobora Estevam (1998).

Dessa forma, a ocupação do território se intensifica e as discussões sobre as formas de ocupação e a qualidade de vida de seus habitantes começam a tomar forma, o que nos possibilita verificar dados mais concretos sobre essa realidade a partir desse período, inclusive as pesquisas começam a surgir de forma mais detalhada.

E nesse sentido, corrobora Haddad (2009, p. 121-122):

[...] o processo de desenvolvimento sustentável de uma região, que pressupõe o seu crescimento econômico, dependerá, fundamentalmente, da sua capacidade de organização social e política, que se associa ao aumento da autonomia local para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local, a um crescente processo de inclusão social, a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional [...]

O crescimento econômico do território é algo notório, e por isso, surge a necessidade de repensar o território como um espaço social sustentável, capaz de suprir as carências mais imediatas de sua população. Pois, conforme dados catalogados pelo IMB (2012), o município de Rio Verde já na década de 1990 começa a apresentar índices de crescimento populacional acelerado.

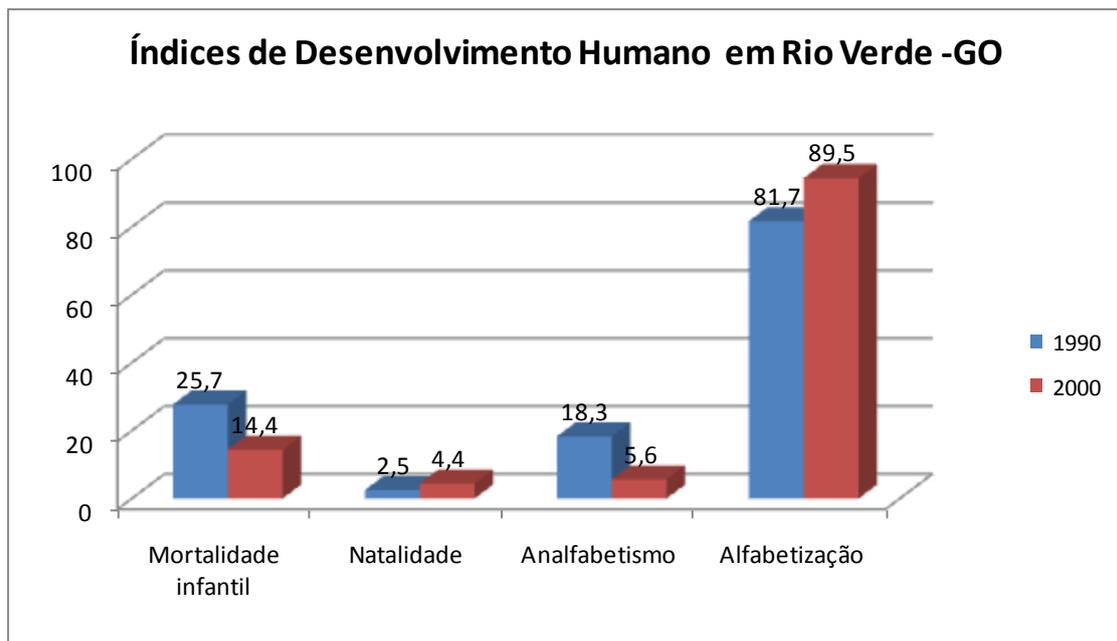
Enquanto o espaço rural se reorganiza com a ocupação das atividades agrícolas intensas, o espaço urbano também exige uma nova forma de gerir seu ambiente e acolher seus habitantes. As influências do agronegócio local provocam a corrida da zona rural para a zona urbana, vez que pequenos proprietários e trabalhadores braçais se veem sem condições econômicas para concorrer com os grandes investidores da agroindústria, e migram para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho. Mas, juntamente com esses, chegaram ao território imigrantes de outros municípios e estados em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Segundo dados coletados na pesquisa *in loco*, da mão de obra atualmente utilizada nos trabalhos agrícolas e inquirida por nossos questionários, 15,5% são imigrantes dos estados do Alagoas, Maranhão e Pernambuco, não sendo possível precisar as décadas em que essas migrações ocorreram, pois a maioria dos pesquisados não soube informar tais dados.

Daí, verificarmos que, conforme dados do IBGE (2010), o território apresentou densidade demográfica de 11,48 hab/km<sup>2</sup> em 1990 e 13,89 hab/km<sup>2</sup> em 2000. Nesse período, a população do município obteve crescimento de 21%. Tais resultados foram influenciados pela taxa de natalidade em 3,5% no município, migração de 15,5%, enquanto que a taxa de fecundidade atingiu 2,07 filhos por mulher.

Esses apontamentos refletem o período de início das expansões econômicas do território e sua influência para a expansão demográfica. O território de Rio Verde passa a ser alvo de maiores estudos e registro de sua população e de suas condições de vida a partir da década de 1999 quando é possível verificar uma maior quantidade de registros e pesquisas sobre o território nesse período, isso inclusive influência o desenvolvimento de nossas pesquisas e discussões, visto que nas décadas anteriores faltam-nos registros de dados para análise. Para as décadas de 1990-2000, o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000) registra aspectos importantes do município de Rio Verde, que apresentou índices satisfatórios sobre o desenvolvimento humano do município, como se pode verificar no gráfico a seguir:

**Gráfico 01:** Índices de Desenvolvimento Humano em Rio Verde



Fonte: PNUD (2000).

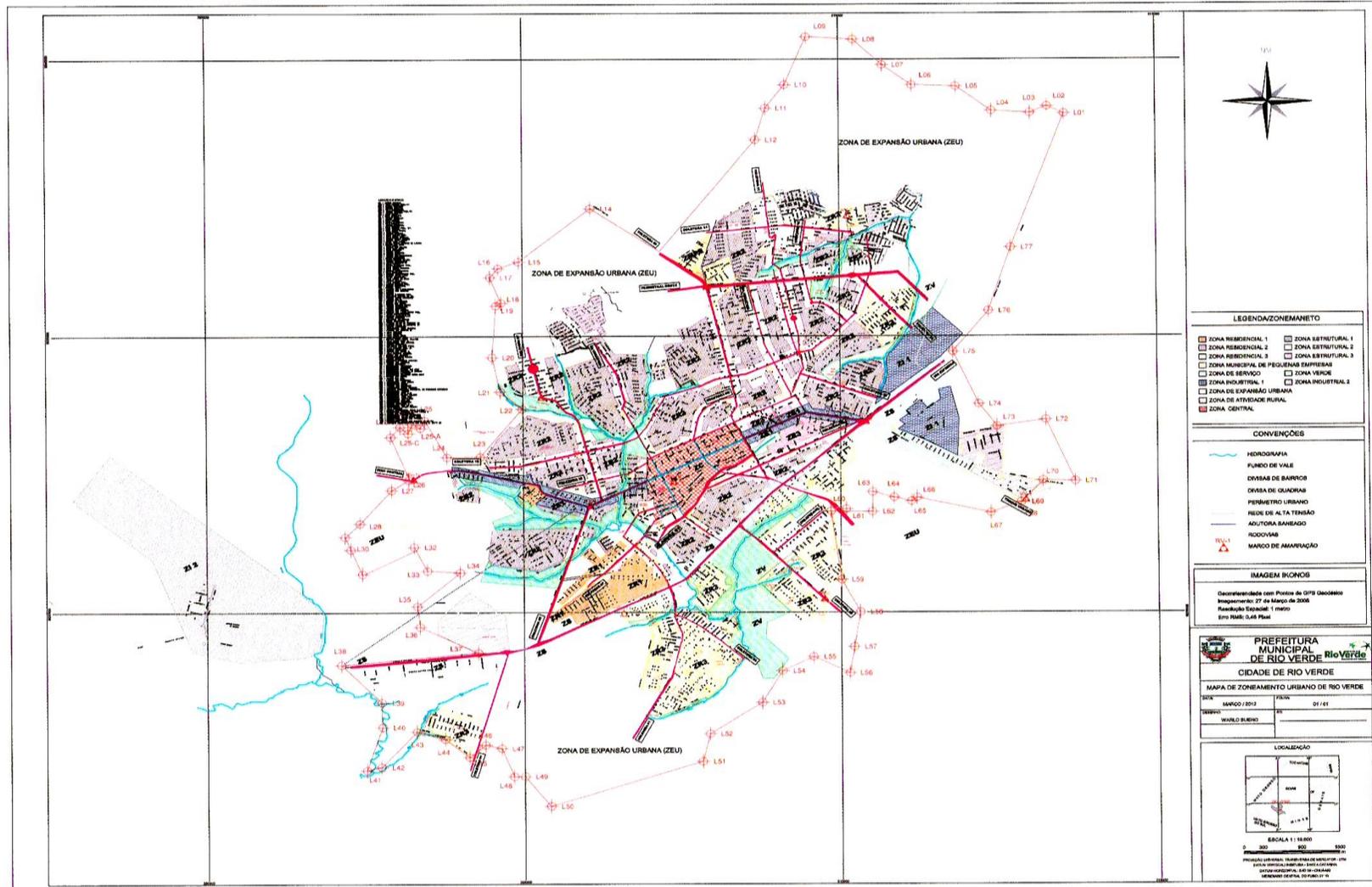
A renda per capita do município passou de R\$ 220,8 (1990) para R\$ 339,8 (2000) e o índice de pobreza diminuiu em 11,9%. Os serviços básicos cedidos à população também melhoraram substancialmente nas décadas de 1990 a 2000, apresentando os percentuais de 91% de rede de água tratada, 94,5% de coleta de lixo domiciliar urbano e 98% de rede elétrica, conforme PNUD (2000).

Mas, foi devido à infraestrutura do agronegócio já implantada no município ao longo das últimas décadas, que no final da década de 1990 Rio Verde recebe a instalação da indústria da Perdigão, e isso causa um crescimento mais forte nos índices de densidade demográfica e nos níveis de empregabilidade e exploração da economia local, e fortalece o status de Polo Nacional do Agronegócio do território.

Nesse período, os indicadores do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de pesquisas realizadas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2010) indicava 5.220 admitidos e 4.850 de desligados no final da década de 1990, enquanto que na década seguinte este número subiu para 8.014 admitidos e 6.989 desligados. Contudo, mesmo com uma taxa elevada de desligamentos, o índice de empregos permaneceu em 64% segundo dados do mesmo Instituto.

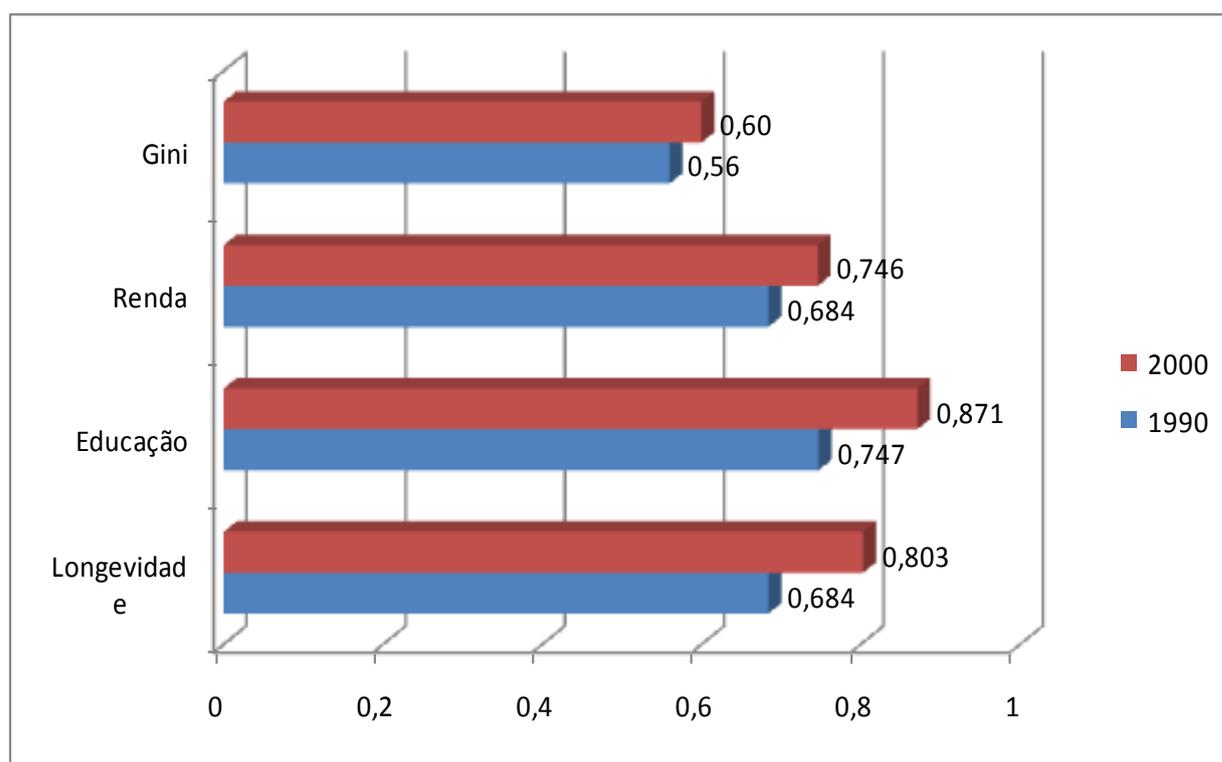
A partir de então, o município passa a apresentar sintomas de crescimento, com elevação em 10% de seu índice de urbanização, conforme dados do IBGE (2010). A cidade cresce com a inserção de novos bairros no entorno da cidade, relacionados no capítulo II e conforme pudemos perceber na pesquisa *in loco*, observa-se uma maior aglomeração na direção contrária do polo agroindustrial do município, devido ao mau cheiro provocado pelas atividades de abates e outras das Empresas Perdigão e Frigorífico instaladas no Polo Agroindustrial do município. As setas indicam a expansão do território de Rio Verde.

Mapa 05: Zoneamento urbano de Rio Verde.



A classificação do Índice de Desenvolvimento Humano de Rio Verde passou de 0,702 em 1990, para 0,807 em 2000, índice considerado elevado de acordo com os dados do IBGE (2010). Os indicadores de renda e educação apresentam taxas de crescimento de 8,3% e 14,2% respectivamente, nesse período. Entretanto, os índices do *Gini* caminham na contramão do IDH-M, e retrata o crescimento da desigualdade de distribuição das riquezas do território, conforme se observa no gráfico abaixo, sobre os índices de 1990 e 2000.

**Gráfico 02:** Gini e Índices de Desenvolvimento Humano de Rio Verde (1990-2000).



Fonte: IMB de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (2012).

Contudo, os registros apresentados na Tabela abaixo, obtidos pela análise de dados do IBGE (2010), demonstram que os salários pagos a cerca de 58% da população trabalhadora do território de Rio Verde, estão entre meio (1/2) a dois (02) salários mínimos mensais, ou seja, a grande maioria da população possui baixa renda, apesar de dados da SEGPLAN (2010) apontarem para Rio Verde como um dos principais territórios do Estado de Goiás no emprego de mão de obra com nível superior completo.

**Tabela 14: Perfil de salários pagos aos trabalhadores de Rio Verde/2010.**

<b>MÉDIA SALARIAL (R\$)</b>	<b>Branços</b>	<b>Pretos</b>	<b>Pardos</b>	<b>Amarelos</b>	<b>Indígenas</b>	<b>Somatória das populações</b>
1/8 salário	370	136	-	-	-	506
1/8 a ¼ salário	1.382	528	83	83	-	2.076
¼ a ½ salário	7.736	2.159	458	458	-	10.811
½ a 1 salário	18.922	4.229	28.876	766	25	52.818
1 a 2 salários	22.901	2.402	23.232	1.064	-	49.599
2 a 3 salários	8.801	699	6.334	240	60	16.134
3 a 5 salários	6.781	234	3.480	67	-	10.562
5 a 10 salários	3.186	60	1.352	158	13	4.769
+ de 10 salários	2.317	-	576	46	-	2.939

Fonte: IBGE, Censo Demográfico/2010.

Segundo dados do SEGPLAN (2010), Rio Verde possui 176.424 habitantes, ocupa a quarta colocação no *ranking* dos 20 municípios mais populosos do Estado de Goiás, passando na última década da quinta colocação para quarta, com um crescimento médio anual de 4,2%. Sendo que segundo dados do IBGE (2010), 26,2% dessa população possui emprego formal, 2,5% possui empregos estatutários, 10,1% trabalham na informalidade (sem registro na CTPS), 9,9% trabalham de forma autônoma por conta própria, 2,4% são empregadores, 0,9% trabalham sem remuneração e 0,54% trabalha para consumo próprio e familiar. Esses números representam 52,54% da população do território de Rio Verde envolvidas atividades laborais, conforme dados da tabela a seguir, elaborada a partir de informações obtidas junto ao IBGE (2010):

**Tabela 15: Perfil dos trabalhadores de Rio Verde/2010.**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>Branços</b>	<b>Pretos</b>	<b>Pardos</b>	<b>Amarelos</b>	<b>Indígenas</b>	<b>Somatória das categorias</b>
CLT	18.901	3.386	23.135	786	61	<b>46.269</b>
Estatutário	2.139	247	1.959	41	-	<b>4.386</b>
Sem CLT	7.064	1.571	8.964	241	20	<b>17.860</b>
Conta Própria	9.164	928	7.116	408	-	<b>17.616</b>
Empregador	1.598	19	778	34	-	<b>2.429</b>
Não remunerados	548	168	786	-	-	<b>1.502</b>
Para consumo próprio	450	64	413	25	-	<b>952</b>
<b>Somatória das populações</b>	<b>39.864</b>	<b>6.383</b>	<b>43.151</b>	<b>1535</b>	<b>81</b>	<b>91.014</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico/2010.

Porém, a análise sobre o expressivo crescimento da população de Rio Verde observado até aqui nos faz caminhar para uma urgente reflexão sobre os níveis de

alfabetização dessa população e as eventuais estratégias desenvolvidas para o alcance dos níveis de excelência.

Nesse sentido, observamos que não existem registros sobre os índices de alfabetização da população nas décadas de 1970 e 1980. Entretanto, o IMB (2012) apresenta registro desses dados a partir da década de 1990, e aponta para um crescimento considerado satisfatório, se comparado com o cenário nacional, segundo dados do IBGE (2010).

**Tabela 16** - Taxas de alfabetização e de analfabetismo do Brasil e de Rio Verde entre 1980-2010.

<b>Taxa de alfabetização e de analfabetismo (%)</b>				
	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Taxa de alfabetização</b>				
Brasil	74,59	79,93	86,37	90,3
Rio Verde	-	81,7	89,5	94,04
<b>Taxa de analfabetismo</b>				
Brasil	25,41	20,07	13,63	9,7
Rio Verde	-	18,3	10,5	5,96

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980-2000 / IMB (2012)

Segundo dados da SEGPLAN/Sepin (2010), o aumento do número de estabelecimentos de ensino instalados no território de Rio Verde a partir da década de 1990 é considerável e reflete nos índices de desenvolvimento educacional do município. Atualmente, o município sedia instituições de ensino de vários níveis, habilitadas à formação de educação infantil a pós-graduação, inclusive com oferta de cursos técnicos.

Por conseguinte, na pesquisa *in loco*, investigamos o nível de escolaridade da população com inquirição de três perfis de população: população residente na cidade de Rio Verde, trabalhadores braçais da cana-de-açúcar e gestores que atuam em empresas instaladas no território de Rio Verde. Conforme tabela a seguir:

**Tabela 17:** Escolaridade da população residente pesquisada por gênero

SEGMENTOS	POPULAÇÃO PESQUISADA EM RIO VERDE					
	População Residente (amostragem de 49 entrevistados)		Trabalhadores da cana- de-açúcar (amostragem de 21 entrevistados)		Gestores Amostragem de (05 gestores entrevistados)	
	M	F	M	F	M	F
Analfabeto	-	-	-	-	-	-
6º ao 9º ano	-	-	-	-	-	-
Ens. Fund. Incompleto	6,4%	-	4,5%	-	-	-
Ens.Fund. Completo	-	-	-	-	-	-
Ens.Médio Incompleto	10,4%	8,4%	19%	9,5%	-	-
Ens. Médio Completo	18,5%	39%	24%	24%	-	-
Graduação Incompleta	2,2%	6,4%	19%	-	-	-
Graduação Completa	-	4,3%	-	-	40%	20%
Pós – Graduação	2,2%	2,2%	-	-	-	40%

Fonte: Pesquisa realizada em novembro/2011. Org. Ana Lúcia C. Silva

Desta feita, os dados coletados vem confirmar o que outrora afirma a SEGPLAN (2010), sobre o desenvolvimento educacional da população do território de Rio Verde, vez que foi verificada que das populações de residente e de trabalhadores da cana-de-açúcar, uma média de 57% e 48% respectivamente, possuem nível médio completo, sendo que o grupo feminino da população residente se destaca nesta formação. Já entre a população com formação de nível de graduação incompleta, há um destaque importante para o fato de só haverem nesse nível homens da população de trabalhadores da cana-de-açúcar. Enquanto que da população de gestores, verificou-se que 80% possuem nível superior, com predomínio dos homens nesse nível, contudo, em nível de pós-graduação apenas a população feminina aparece na pesquisa. Esses níveis de escolaridade acabam por interferir em outros aspectos de qualidade de vida da população do território, como observamos a questão da habitação.

Atualmente (2010), o município possui 55. 487 domicílios particulares permanentes com predominância de 72% de domicílios próprios. A condição de casa própria favorece a qualidade de vida do território, enquanto que os domicílios em situação de aluguel prevalecem sobre o cedido. Esse último se trata de situações como o da entrevistada A.R.C. que diz: “A melhor coisa que uma pessoa pode ter é seu cantinho para morar, sem se preocupar com o aluguel, que é um dinheiro que nunca mais vai voltar. É lógico que a gente paga pelo uso do imóvel, mas a casa não é da gente”, ressaltou a entrevistada, que mora em barracão cedido por uma vizinha, que a viu chegar à cidade a procura de trabalho e sem ter onde ficar com dois filhos pequenos, cedeu o local para que a mesma pudesse se alojar até encontrar emprego para sustento familiar e pagar seu próprio aluguel.

Outro ponto que merece nosso destaque é a proporção de domicílios abastecidos com rede de água tratada. Atualmente, dos domicílios da cidade de Rio Verde, 90% são abastecidos com rede de água tratada da SANEAGO, outros 9,5% possuem abastecimento particular (sistema de cisterna) e 0,5% são abastecidos por caminhão pipa, conforme dados da SANEAGO (2010). Contudo, a análise da evolução desses dados só foi possível a partir da década de 2000, pois não existem registros de tais informações sobre as décadas anteriores.

Segundo dados registrados pelo IMB (2012), entre as décadas de 2000 a 2010, houve aumento de 60% da extensão das redes de água tratada já existentes e o número de novas ligações atingiram o patamar de 48% do aumento de fornecimento. Conforme tabela a seguir:

**Tabela 18:** Rede de abastecimento de água de Rio Verde.

Abastecimento de Água	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Extensão de Rede de Água (m)</b>	362.386	363.754	480.135	489.686	485.109	532.097	535.063	560.906	591.251	599.946	601.524
<b>Ligações de Água</b>	24.274	25.830	27.880	28.897	31.308	32.873	35.303	37.963	41.447	44.868	47.637

Fonte: IMB/2012.

Segundo registros do IBGE/Cidades (2010), todos os domicílios apresentados do território, ou seja, 54.307 domicílios possuem banheiro de uso exclusivo, 29% desses domicílios apresentam esgotamento sanitário ou rede geral de esgoto pluvial, 18% possuem fossas sépticas, 38% possuem fossas rudimentares e 01% utilizam valas.

Trazendo esses dados para o percentual total da população do território, segundo o IBGE (2010), apenas 60% da população residente é beneficiada com rede de esgoto.

Esse cenário preocupa a população e a administração pública do município, que por sua vez, de acordo com informações apresentadas pela prefeitura local, vem desenvolvendo projetos sociais e pesquisas técnicas para visualizar a melhor estratégia para solução dessa deficiência do território.

Segundo dados divulgados no site da Prefeitura Municipal de Rio Verde<sup>13</sup>, está em desenvolvimento um projeto de busca da qualidade e controle social no município, tendo sido realizada em 31 de março de 2011 a primeira reunião para propor ações sobre o

<sup>13</sup> Os dados mencionados estão localizados no site da Prefeitura Municipal de Rio Verde em parceria com a Empresa de Engenharia SENHA ENGENHARIA. Os dados foram capturados em 21 de maio de 2012 por Ana L.C.Silva.

saneamento básico do território. Essa ação envolveu as secretarias municipais da Ação Urbana, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as concessionárias de abastecimento, com o suporte técnico do consultor professor Bruno Botelho Saleh que esteve à frente desse trabalho, juntamente com a Superintendência do Meio Ambiente. A proposta foi traçar metas para 30 (trinta) anos sendo que no primeiro momento foi feito o diagnóstico da atual condição da rede de esgoto da cidade. Atualmente o sistema de esgotamento sanitário de Rio Verde atende apenas 60% da população atingindo 130 quilômetros de rede coletora, conforme dados divulgados pela SENHA ENGENHARIA (2009), empresa responsável pela parte técnica do projeto.

Conforme dados do IMB (2012), o crescimento da extensão de rede de esgoto no município foi de 13% dos períodos correspondentes a 2000-2010. Isso representa um quantitativo muito pequeno, se comparada à necessidade do território, frente ao crescimento urbano que nesse mesmo período atingiu 51%. De acordo com laudo técnico da SENHA ENGENHARIA (2009), área de atendimento da rede coletora engloba a parte central da cidade e suas imediações, onde a densidade populacional é mais intensa, sendo que a rede coletora existente é coletada pelo córrego do Sapo e Ribeirão Laje. Essa situação existe no município desde 2001, quando iniciaram os trabalhos da estação de tratamento dos esgotos de Rio Verde (ETE Sapo), localizada na Vila Santa Cruz II. A SENHA ENGENHARIA (2009) registra ainda, que o território conta com duas Elevatórias que são a Elevatória Rinco (Indústria de Refrigerantes Rinco) que recalca esgoto produzido por ela mesma e a Elevatória Sapo que recalca os esgotos do Emissário Sapo para a ETE.

Esses são alguns dos fortes reflexos que o território vivencia com sua expansão econômica, apesar de desejado e aguardado, o desenvolvimento e o crescimento da economia chega ao território sem que haja um planejamento prévio para receber as ações e mudanças geradas. Desta forma, primeiramente surgem as ações públicas para solucionar deficiências com demandas por infraestruturas e mão de obra, para posteriormente serem detectados os problemas gerados pelo crescimento da população e as mudanças provocadas no meio ambiente a partir da atuação do homem sobre o território.

Assim surgem os planejamentos e ações públicas de melhoria, como são os casos de desenvolvimentos de projetos para expansão das redes de água tratada, rede de coleta de esgoto, destinação de dejetos coletados pelas redes de esgoto, sistema de coleta e destinação do lixo da cidade de Rio Verde.

A coleta de lixo do território de Rio Verde é realizada pela prefeitura municipal por meio da Secretaria de Ação Urbana, tendo sido implantado o sistema de coleta seletiva na

cidade a partir do primeiro semestre de 2011. O município conta com apenas 01 unidade de manejo de resíduos de solo, com apenas 01 unidade de catadores regulamentados no município conforme dados do IBGE (2010).

O aspecto de limpeza do território é semelhante às grandes metrópoles com acúmulo de lixo, principalmente resíduos de papéis nas calçadas, oriundos de propagandas comerciais, entulhos de obras nas calçadas, existem poucos recipientes para depósito dos lixos domésticos nas ruas coletoras e/ou nas travessas e ruas dos interiores dos bairros.

As coletas são realizadas nos períodos noturnos, quando o fluxo de carros é menos intenso, em sistema de escalas para melhor atender os 82 bairros da cidade, sendo que a coleta de lixo seletiva possui escala específica por setores. No setor central o caminhão da coleta passa de segunda a sábado, das 18h às 22h para recolher o lixo reciclável, enquanto que nos bairros Morada do Sol, Universitário, Parque dos Jatobás, Interlagos, Vila Verde, Araguaia, Tocantins, Parque dos Ipês, Odília e Jardim Presidente o caminhão da coleta seletiva passa nas segundas, quartas e sextas-feiras das 7h às 17h, conforme informações do site da Assessoria de Imprensa da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Rio Verde (2012).

Contudo, a cidade ainda possui 04 bairros não atendidos pelos serviços de coleta de lixo, o que segundo informações da mesma Assessoria de Imprensa, totaliza 465 domicílios não atendidos. O lixo coletado é destinado ao aterro sanitário da cidade que fica afastado da cidade aproximadamente 10 km, entretanto, na visita ao território de Rio Verde (2011), não foi possível obter autorização para visita ao local para fotografar o aterro por ser final de ano e as secretarias encontravam em balanço de final de ano.

Na pesquisa *in loco*, não foi possível obter informações sobre a existência e condições do aterro sanitário em anos anteriores à década de 2000, mas os serviços de limpeza pública sempre existiram, segundo informações da população residente, porém, tais informações não foram localizadas nos registros de divulgação do IBGE e nem mesmo em relatórios e documentos do município de Rio Verde, apesar de se tratar de um tema de bastante relevância principalmente para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde e expansão urbana.

O sistema de saúde do município é bem estruturado, apesar de prevalecer o sistema de atendimento privado, e a rede pública ainda não possui estrutura capaz de cumprir com o atendimento de toda a demanda recebida pelo território, isso é alvo de discussões entre os administradores públicos, os profissionais de saúde que atuam no território e a própria população que estabelecem como principal motivo dessa deficiência, a crescente demanda

ocasionada pelos fluxos migratórios e o atendimento da população de territórios circunvizinhos. Como é o caso do sistema de UTI, que possui capacidade para atendimento de 08 pacientes e é o único do território para atender toda a demanda gerada no município e região, sendo que os casos mais graves são encaminhados para a Capital do Estado, Goiânia.

Sobre esse cenário informou a entrevistada, a enfermeira Ms. C.A. - Gerente da Regional Sudoeste de Saúde: “A prefeitura aumentou o número de postos de saúde, implantou unidades de pronto socorro de atendimento hospitalar municipal, e ainda a construção de unidades básicas devido ao fluxo migratório para Rio Verde, a partir da oferta de empregos as pessoas veem e quando aqui chegam se instalam, e passam a usufruir dos benefícios e tratamentos médicos oferecidos pela rede pública do município”, relatou a gerente.

E, continua a mesma, “todos os dados cadastrados nos dezesseis municípios vizinhos (Acreúna, Aparecida do Rio Doce, Castelândia, Cachoeira Alta, Caçú, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Montividiu, Maurilândia, Quirinópolis, Paranapoã, Rio Verde, Santo Antonio da Barra, São Simão e Turvelândia) são registrados nesta Regional e encaminhados para a Secretaria da Saúde do Estado de Goiás”.

As campanhas preventivas, segundo informou Ms. C.A. acontecem por meio das campanhas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive com palestras educativas em comunidades, escolas, postos de saúde e lugares de risco tais como frente de trabalho, empresas e outros. As indústrias PERDIGÃO e COMIGO possuem ambulatórios próprios dentro das próprias fábricas para atendimentos de ambulatoriais, e apenas os casos graves são encaminhados aos hospitais do território. Não foi possível perceber se outras indústrias do município também possuem este atendimento individualizado em suas frentes de trabalho, devido ao curto período de permanência no território.

Outro ponto que foi alvo de nossas pesquisas para análise da qualidade de vida da população de Rio Verde, é a malha viária do território, que segundo a SENHA ENGENHARIA (2009) ultrapassa os 400 km de extensão, com aproximadamente quatro milhões de metros quadrados de asfalto. Esses números refletem a influencia de algumas empresas que como a Perdigão e a COMIGO, que após se instalarem no município intensificou o fluxo de automóveis para o transporte de seus 10.000 mil funcionários, e estabeleceu uma rotina intensa de transporte na malha viária municipal, o que gerou a necessidade de abertura de novas estradas nos espaços rurais e o aumento de pavimentação asfáltica na malha urbana do município. Além de melhorias das vias de acesso às duas importantes rodovias federais que cortam o território: a BR-060 que liga Brasília a Jataí e a BR-452 que faz conexão de Rio Verde com Itumbiara-GO, e à GO-174 que corta o território

no sentido norte-sul, que são responsáveis pelo escoamento da produção de grãos para o município de São Simão a 150 km, sede do Porto Goiano da Hidrovia Paranaíba que liga aos Portos do Tietê e do Paraná em outros estados brasileiros.

Porém, é necessário ressaltar que segundo dados da SENHA ENGENHARIA (2009), 11% da população residente do território de Rio Verde não é atendida por serviço de pavimentação asfáltica nos logradouros de seus domicílios, pois se tratam de loteamentos novos e/ou locais ainda não contemplados com os serviços de escoamento, serviço esse que deve preceder a pavimentação segundo justificativa da administração pública.

A segurança pública também é alvo de nossas pesquisas, apesar de não existirem dados divulgados sobre as políticas de segurança pública desenvolvidas no território nas décadas de 1970 e 1980, contudo, a partir das pesquisas *in loco* verificamos que já na década de 1990 o município contava com a atuação das Polícias Civil, Militar, Rodoviária Federal e do Corpo de Bombeiros na segurança pública de Rio Verde.

Atualmente, verificamos que o município conta com atuação de 09 Promotorias de Justiça, 06 Delegacias de Polícia Civil e 01 Delegacia da Mulher instalada em seu território. O número de servidores que atendem o município é de aproximadamente 130 militares, incluindo destacamento e distritos.

No entanto, os dados informados pela Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás (2012) sobre os índices apresentados por Rio Verde no período de 2002 a 2012 não são satisfatórios, pois conforme analisamos, com destaque para o ano de 2010, os índices de violência e de criminalidade são crescentes no município e preocupa.

Segundo os dados apresentados pela SSPJ-GO (2012), os índices de criminalidade no território de Rio Verde sofreram forte aumento na última década, conforme podemos verificar na Tabela a seguir:

**Tabela 19** – Crescimento dos números de violência e criminalidade em Rio Verde entre 2002-2011.

<b>Espécies de Crimes</b>	<b>2002</b>	<b>2011</b>	<b>Crescimento</b>
Crimes sexuais	13	21	62%
Crimes contra o patrimônio	2347	2800	19,5%
Crimes contra a vida	19	139	630%
Crimes de lesão corporal	198	528	167%
Tráfico de drogas	44	314	614%
Porte ilegal de armas	43	70	65%

Fonte: SSPJ-GO (2012)

A análise desses dados não deixa dúvidas, a expansão econômica e populacional no território de Rio Verde não foi acompanhada por políticas eficientes de segurança pública. A população demonstra insatisfação com esse cenário.

Quanto aos espaços de lazer, o município conta com várias opções tais como shopping, boate, cinema, prédios históricos, o calçadão da Rua Rafael Nascimento localizada na praça central da cidade para realização de atividades físicas e que contrasta com construção de período colonial e o moderno das lojas, bares e restaurante. Existem ainda, diversas praças, clubes de pesca esportiva e clubes sociais espalhados pela cidade. O município conta também com o Centro de Tradições Gaúchas, que realiza festas típicas ao longo do ano, como a Semana Farroupilha e o Boi no Rolete. As igrejas católicas e evangélicas também são fortes locais de reuniões da população que se reúnem aos fins de semana para celebrações religiosas.

Durante a pesquisa no território, percebeu-se que a população residente é entusiasta da cidade de Rio Verde, demonstra gostar tanto do perfil econômico que o território oferece, quanto das características culturais e de lazer desenvolvidas principalmente nos finais de semana. As frequências são acentuadas ao Shopping da cidade e nos bares do calçadão da Rua Rafael Nascimento deixaram isso evidente na pesquisa *in loco*.

### **3.2 Turvelândia e Qualidade de Vida**

Turvelândia é um território de desenvolvimento econômico marcadamente agrícola, segundo dados obtidos na pesquisa *in loco* e outros divulgados nos principais Institutos de Pesquisa oficiais do Estado de Goiás (IBGE), Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A análise de qualidade de vida de sua população em nossas pesquisas perfaz o período de 1970 a 2010, no sentido de estabelecer os resultados obtidos pelo território e por sua população a partir das ações humanas na exploração econômica do município. Contudo, a falta de publicações e registros de dados do território de Turvelândia referente às décadas de 1970 e 1980, faz com que os dados referenciados ocorram a partir de 1991, mesmo porque a emancipação desse território como município ocorreu em 1988.

O território de Turvelândia apresenta uma economia embasada essencialmente na produção agrícola, com predomínio do cultivo da cana-de-açúcar, conforme dados da SEGPLAN (2010). Com uso de mão de obra não mecanizada, o território atrai trabalhadores de outros municípios do Estado de Goiás e também de outros Estados, conforme dados coletados *in loco*, onde pudemos observar que da população residente que reponderam nossos questionários, apenas 10% são de Turvelândia, 53% são de outros municípios do Estado de

Goiás e 37% são dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão, Bahia, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A partir das entrevistas constatamos junto à população, um expressivo número de imigrantes no território de Turvelândia, que segundo os entrevistados justifica-se pela busca de trabalhos na cultura da cana-de-açúcar. Por isso, empenhamos em obter autorização para realizarmos visitas, entrevistas e registrarmos fotos dos campos de trabalho, no entanto, não recebemos tais autorizações dos responsáveis pela contratação de mão de obra das frentes de trabalhos de corte de cana-de-açúcar e da indústria. No entanto, realizamos inquirições de alguns trabalhadores que encontramos na zona urbana, até mesmo por se tratar de período de entressafra e grande parte desses trabalhadores terem sido dispensados dos trabalhos para só retornarem na próxima safra.

Com as inquirições, identificou-se que apenas 10% da população de trabalhadores são originários de Turvelândia, sendo que 38,5% são do Estado do Maranhão, 30,5% são da Bahia e os outros 23,5% são dos estados do Rio Grande do Norte, Piauí e Minas Gerais. Enquanto que da população de gestores também pesquisados, verificou-se que 62,5% são de outros municípios do Estado de Goiás, 25% são de São Paulo e 12,5% são de Minas Gerais.

Conforme dados do IMB (2012), a densidade demográfica de Turvelândia teve crescimento mais acentuado entre as décadas de 1990 e 2000, sendo que durante as décadas de 2000 e 2010 o crescimento continua, mas de forma menos intensa como pode-se observar na tabela a seguir:

**Tabela 20: Aspectos demográficos de Turvelândia**

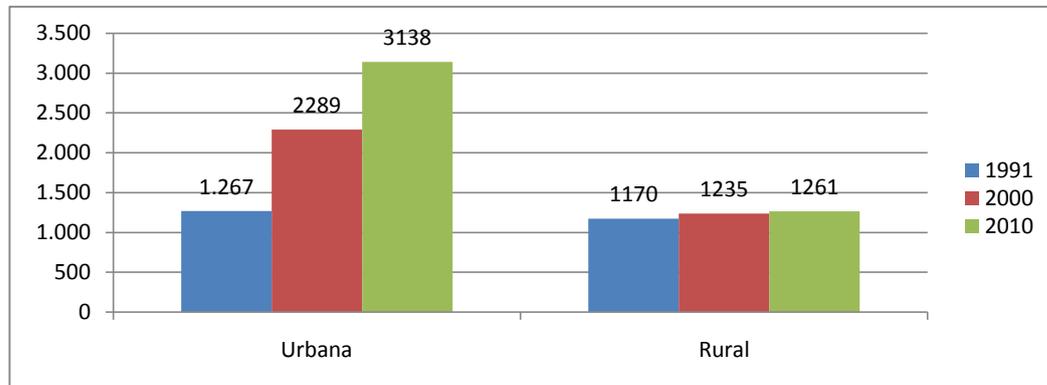
Indicadores	1991	2000	2010
Total de habitantes	2.437	3524	4399
Urbana	1.267	2289	3138
Rural	1.170	1235	1261
Densidade demográfica	2,61	3,77	4,71

Fonte: IBGE/2012.

Da análise da Tabela 22 referente aos dados do IBGE (2012) podemos observar o crescimento permanente tanto da população total, quanto das populações urbana e rural. Se os números apontam para um crescimento de 45% entre as décadas de 1991 e 2000 e de 24% entre 2000 e 2010 da população total, a população urbana durante o mesmo período apresenta crescimento de 80% e 37% respectivamente nas mesmas décadas, sendo que na mesma direção segue a população rural, contudo de forma menos intensa, cresce 5,2% entre as

décadas de 1991 e 2000 e 2,5% nas décadas de 2000 e 2010. Conforme se observa no Gráfico a seguir:

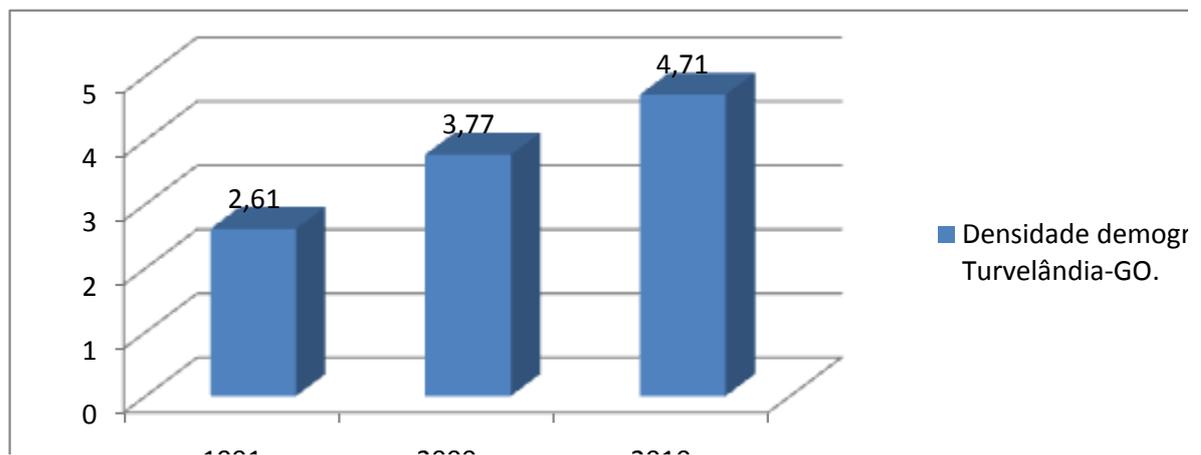
**Gráfico 03:** População Urbana e Rural de Turvelândia (1991-2010)



Fonte: IMB/2012.

Tais crescimentos populacionais, ainda segundo o IMB (2012), fazem com que a densidade demográfica do território aumente seu volume em 80,5% ao longo das três décadas. Como podemos observar de forma mais detalhada no Gráfico a seguir:

**Gráfico 04:** Densidade demográfica de Turvelândia (1991-2010).



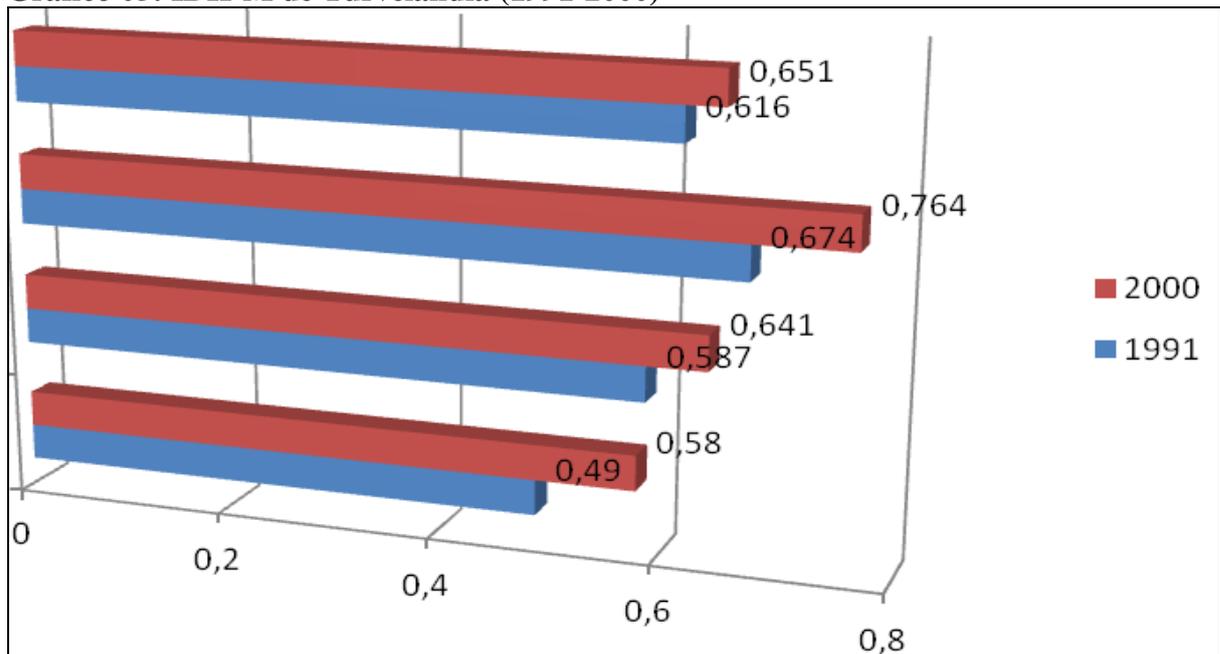
Fonte: IMB/2012.

Sobre esses dados, não foi possível obter registros junto ao IBGE (2010), pois as informações disponíveis referentes a tais períodos foram classificadas pelo Instituto junto aos dados do município de Acreúna-Go, uma vez que Turvelândia ainda era considerado distrito daquele território.

No entanto, os dados publicados no Portal de Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Portal ODM (2010), que serve para acompanhar o andamento dos Indicadores de Desenvolvimento do Milênio em todos os municípios brasileiros, registraram um crescimento anual da população de Turvelândia de 2000-2010 em 2,24%, com índices de urbanização de 71,33% e densidade demográfica de 4,71 hab./km<sup>2</sup>.

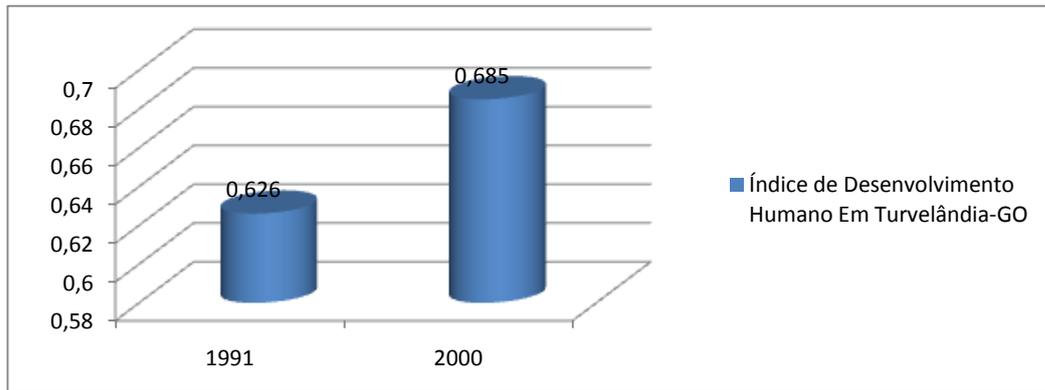
O crescimento populacional do território de Turvelândia ocorre em meio ao crescimento dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano do Município, conforme registro do IMB (2012), onde se pode verificar aumento nas estimativas de vida, no acesso à educação e aumento de renda da população. Isso seria um cenário perfeito de desenvolvimento socioeconômico do território, se não fosse o fato de no mesmo período o índice do Gini que mede a proporção de desigualdade social do município também não tivesse se elevado, como podemos verificar no Gráfico a seguir:

**Gráfico 05: IDH-M de Turvelândia (1991-2000)**



Fonte: IBGE (2012). Org. Autora.

Desta forma, o território de Turvelândia que no início da década de 1990 apresentava índices de desenvolvimento humano geral com uma média de 0,626, demonstra um crescimento ainda que tímido e na década de 2000 apresenta índice de 0,685, segundo dados do IMB (2012), como podemos observar no Gráfico abaixo:

**Gráfico 06:** Índice de Desenvolvimento Humano (1991-2000)

**Fonte:** IBGE (2012).

Segundo classificação do IMB (2012), o IDH-M de Turvelândia é avaliado como médio<sup>14</sup>. Na pesquisa *in loco* percebemos que as dinâmicas de mudanças e expansão econômica do território ocorrem de forma gradual, talvez em ritmo menos acelerado que nos grandes centros. Sendo que o Portal ODM (2010), confirma esse o IDH - 2000 de 0,685 para o município.

Em 2009, segundo IMB (2012), o município de Turvelândia ocupava a 8ª colocação entre os dez municípios goianos na distribuição do PIB per capita por classe, sob a análise da combinação de baixa população e atividade econômica expressiva. Todavia, para a mesma década, segundo informações publicadas no site “Informações do Brasil” (2012), o índice de pobreza registrado para o território de Turvelândia apontava para 49,51%.

Segundo registros do Portal ODM (2010), o cenário socioeconômico do território de Turvelândia que em 1991 apresentou o índice de 4,5% de participação dos 20% mais pobres da população na renda do território, em 2000 esse índice baixou para 2,4%, o que registra o aumento da desigualdade entre as classes, uma vez que, em 2000 a participação dos 20% mais ricos era de 65,3%, ou seja, 27 vezes superior à dos 20% mais pobres.

E nesse contexto, faz-se necessária a análise da qualidade de vida da população do território, vez que é notório o distanciamento das realidades econômicas do território e de suas populações. Se por um lado, o município estreia no cenário estadual e porque não dizer no cenário nacional, como município com grande percentual de desenvolvimento econômico provocado pelas explorações de atividade agrícolas com altos índices de desenvolvimento do

<sup>14</sup> Considerando as escalas de medidas como: baixo (abaixo de 0,500), médio (0,500 – 0,799) e elevado (0,800 e superior).

PIB, por outro lado o IDH-M avança a passos mais lentos e em alguns critérios demonstram certo retrocesso, como é o caso do distanciamento das classes econômicas.

Os índices educacionais do território, segundo informações do IMB (2012), se desenvolvem a partir de atuação das redes públicas estadual e municipal de ensino, que atualmente conta com quatro unidades escolares, sendo um estabelecimento da rede estadual e três municipais. O estabelecimento de ensino estadual oferece vagas para os ensinos Fundamental e Médio e a Educação de Jovens e Adultos - EJA, enquanto que a rede municipal possui duas unidades de ensino com oferta de vagas para Educação Infantil e Ensino Fundamental e uma unidade de Creche para atender a demanda do município.

Segundo aponta o IMB (2012), nas décadas de 2000 a 2010 verifica-se uma instabilidade dos números de matriculados no município, com oscilações que levam ao acréscimo e decréscimo dos números de alunos nas unidades de ensino. Sendo que no final da década observamos sinais de retorno do crescimento desses números em todos os níveis de ensino, com exceção para a Educação de Jovens e Adultos, como podemos observar na tabela a seguir:

**Tabela 21:** Número de alunos matriculados em Turvelândia (2000-2010).

Matriculas	Número de alunos matriculados										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ensino Fundamental	883	907	995	944	884	822	793	835	856	959	983
Ensino Médio	171	163	188	235	235	223	202	185	161	197	224
Ensino de Jovens e Adultos-EJA	146	57	90	57	62	46	80	53	70	81	70

Fonte: IBGE (2012).

Os reflexos desses números podem ser verificados nos resultados obtidos pela pesquisa *in loco*, conforme Tabela a seguir:

**Tabela 22:** Escolaridade da população residente pesquisada por gênero em Turvelândia

SEGMENTOS	População Residente (amostragem de 61 entrevistados)		Trabalhadores da cana-de-açúcar (amostragem de 13 entrevistados)		Gestores Amostragem de (08 gestores entrevistados)	
	M	F	M	F	M	F
	Analfabeto	6,6%	-	15%	-	-
Ens. Fund. Incomp	18%	3,3%	46,2%	-	-	-
Ens.Fund. Completo	9,8%	1,7%	7,8	-	12,5%	-
Ens.Médio Incomp	8,1%	8,1%	-	-	-	-
Ens. Médio Completo	26,2%	1,7%	31%	-	-	-
Graduação Incomp	-	1,7%	-	-	12,5%	12,5%
Graduação Completa	3,3%	3,3%	-	-	12,5%	12,5%
Pós – Graduação	3,3%	4,9%	-	-	12,5%	25%

**Fonte:** Pesquisa realizada em novembro (2011). Org. Autora.

Da análise da tabela, verifica-se que entre a população residente não foi identificada população analfabeta entre o gênero feminino e os índices de nível médio completo representaram a maioria da população inquirida com índice de 27,9%, sendo que a população com nível de graduação e pós-graduação totalizou 14,8% dos entrevistados. Enquanto que da população de trabalhadores da cana-de-açúcar todos são do gênero masculino e 15% é analfabeta, sendo que predomina entre essa população os que possuem nível de educação fundamental incompleto, representando 46,2% dos entrevistados. Já entre a população de gestores pesquisada, verificou-se que predomina o nível de pós-graduação, com destaque para o gênero feminino nessa população, que representou 25% dos entrevistados e nos chamou atenção o fato de haver entre os gestores 12,5% da população gestora de nível fundamental completo.

Nesse sentido, o site “Informações do Brasil” (2010) registra que 75% da população de Turvelândia é alfabetizada, o que representa um índice muito baixo se comparado aos números apresentados pelo cenário nacional, que no mesmo período segundo dados do IBGE (2010) apresentou índice de 90,3% de alfabetização da população nacional. Contudo, na pesquisa *in loco* restou provado que os índices de desenvolvimento educacional do território são fortemente influenciados pela migração de mão de obra sem qualificação e muitas das vezes analfabeta, que chega ao município à procura de oferta de empregos onde não se exija formação e qualificação para o trabalho, como são os casos de cortadores de cana-de-açúcar. Esses resultados têm relação estreita com as características de vida da população e suas dinâmicas de trabalho em busca de crescimento econômico e social dentro do território, que por sua vez reflete nas condições de moradia, de saneamento básico, na saúde dentre outros.

Sobre as condições de moradia, a pesquisa *in loco* constatou que no município de Turvelândia não existem domicílios residências disponíveis para novos moradores, e que existe apenas uma pensão com capacidade para hospedagem até oito (08) visitantes e/ou outros que procuram o território por questões de trabalho com estadia de curto período, sendo que os domicílios residenciais particulares, à época da pesquisa encontravam-se todos ocupados, inclusive aqueles destinados a locação, uma vez que todos estavam alugados para os funcionários da Usina Vale do Verdão SA. Desta forma, a hospedagem na cidade precisa ser agendada com antecedência, conforme afirma a proprietária administradora da pensão: “É necessário chegar mais cedo para fazer a reserva, pois aqui as vagas são poucas”. Por não sabermos de tais informações antes de chegarmos ao território, à equipe de pesquisadores chegou bem mais tarde do que o previsto, e mesmo tendo feito a reserva antecipada, não havia

mais vagas para hospedagem no estabelecimento e foi necessário deslocarmos para a cidade vizinha, Maurilândia-GO, onde foi possível a nossa permanência para realização dos trabalhos da pesquisa. Segundo aponta os dados do IMB (2012), o município de Turvelândia apresenta as estrutura de domicílios da tabela a seguir:

**Tabela 23:** Estrutura de domicílios de Turvelândia

Domicílio particular permanente	Domicílio tipo casa	Domicílio próprio	Domicílio já quitado	Domicílio próprio em aquisição	Domicílio alugado	Domicílio cedido	Cedido por empregador	Cedido de outra natureza
<b>1.379</b>	<b>1.369</b>	<b>636</b>	<b>616</b>	<b>20</b>	<b>337</b>	<b>405</b>	<b>219</b>	<b>186</b>

Fonte: IBGE (2012).

Sobre políticas públicas de habitação, conforme dados do IBGE (2010), no ano de 2009 foram liberados R\$ 150.000,00 para a construção de habitação no município, com vistas à substituição de residências existentes até então no território, construídas de forma artesanal com uso de madeiras e barro, as chamadas casas de pau a pique que deixam seus moradores suscetíveis a doenças de chagas. Assim sendo, a partir dessas ações foram construídas 50 casas populares no município com recursos da Fundação Nacional da Saúde- FUNASA em parceria com o Governo de Goiás.

Mas além da própria habitação saneamento básico presente no território é importante fator de análise de qualidade de vida. E nesse sentido, o território de Turvelândia verificamos junto ao escritório local da SANEAGO que são beneficiados atualmente 944 domicílios. A empresa por sua vez possui quatro poços artesanais instalados no território, contudo apenas 03 encontram em funcionamento para o abastecimento de toda a cidade.

Segundo nos informou o funcionário administrador do escritório local, a empresa optou pela utilização de poços artesanais, tendo em vista o alto custo que a canalização das águas dos rios existentes no território, uma vez que a cidade dista alguns km<sup>2</sup> dos leitos desses rios.

O território de Turvelândia é margeado por três rios sendo o Rio Verdão à Oeste, o Rio Turvo à Nordeste e o Rio dos Bois à Sudeste, porem os custos com a captação da água, a operacionalização das atividades de tratamento da água captada, o transporte de produtos químicos e a canalização para distribuição aos consumidores, poderia fazer com que os custos tornassem inviável o abastecimento dos domicílios da cidade. Segundo informações da SANEAGO (2012), com o abastecimento de água submersa, os gastos são mínimos necessitando apenas da cloração e fluoretação, para fornecimento de água com qualidade aos moradores do município, sendo que todos os bairros são atendidos pelo serviço de rede de água tratada, inclusive os novos loteamentos como o caso do Bairro: Jerônimo Pimenta Neves

com 214 lotes (SANEAGO, 2012), contudo a empresa não nos informou a extensão de sua rede de água tratada no território.

Conforme pesquisa *in loco*, foi verificado que o município possui sistema de coleta de lixo realizado pela Prefeitura Municipal de Turvelândia, através de caminhão caçamba, no entanto esse serviço é realizado em sistema de escala de dias marcados e apenas no setor central da cidade, não sendo possível informar aqui os dias exatos da semana, pois não foi possível obter essa informação durante as pesquisas, sendo que o destino desse lixo é para o aterro sanitário da cidade que fica próximo, sem precisão da quilometragem, pois não obtivemos esta informação *in loco*.

Segundo nos informou a vice-prefeita do município, a Sra. Reila Aparecida Naves de Farias, encontra-se em processo de estruturação e implantação o sistema de coleta seletiva na cidade de Turvelândia, onde toda a população é chamada a participar.

O território não possui rede de esgoto, conforme se verificou nas pesquisas *in loco*, e por isso os domicílios fazem uso de fossas sépticas, contudo, segundo dados divulgados pelo IBGE (2010), mesmo com a ausência da rede de esgoto, o município conta com 943 domicílios com instalações sanitárias e não existem registros de domicílios sem uso de sanitário.

No que se refere ao sistema de saúde, a população residente segundo nos informou, conta com duas unidades de sistema público municipal saúde, sendo um posto de saúde para consultas e atendimentos de vacinação e 01 hospital com capacidade para 11 leitos. Na unidade hospitalar existe um aparelho de Raio-X para exames emergenciais sugestivos de quebras ou mesmo doenças pulmonares, que conforme dados obtidos na visita *in loco*, essa última hipótese constitui fator relevante nos atendimentos médico/hospitalar no município, pois as frequentes queimadas das lavouras de cana-de-açúcar provocam constantes problemas de saúde na população residente, sendo que quando diagnosticados os casos mais graves, os pacientes são encaminhados à unidade hospitalar melhor estruturada e equipada da região, o Hospital do Município de Santa Helena de Goiás, que possui referência em UTI, conforme informações dos próprios entrevistados.

Porém, outro foco de nossas observações e pesquisas no território de Turvelândia, com vistas a análise da qualidade de vida da população é o seu sistema de distribuição e organização da malha viária, vez que esse influencia tanto na dinâmica dos processos de produção do território, quanto na organização e estruturação da população residente nas extensões territoriais.

Segundo o IBGE (2010), atualmente 834 domicílios são beneficiados com pavimentação asfáltica e 110 domicílios ainda não foram contemplados com esse benefício, o que representa uma média de 11,7% de domicílios não atendidos, no entanto, não existem registros sobre a extensão total dessa pavimentação.

Na pesquisa *in loco* foi possível verificar que a malha viária da cidade de Turvelândia é composta por ruas e avenidas de mão dupla, ou seja, não existem vias de mão única e/ou contramão. A cidade tem bons aspectos de limpeza e é muito bem arborizada, com calçamentos nas ruas principais, iluminação pública em toda sua extensão, inclusive nos dois bairros novos. Quando da visita ao território, encontramos a cidade ornamentada para as festividades natalinas, com enfeites produzidos artesanalmente a partir de materiais recicláveis de garrafas pets coloridas, confeccionados através de uma parceria com os alunos da Rede Municipal e Estadual e a Prefeitura Municipal de Turvelândia.

**Foto 04:** Árvore de Natal de material reciclado (garrafas pet)



Foto: Marcos André Ribeiro. Pesquisa em 17.11.2011.

**Foto 05:** Ornamentação natalina/Boneco de Neve com material reciclado.



Foto: Marcos André Ribeiro. Pesquisa em 17.11.2011.

Contudo, a segurança pública é um tema que preocupa a população residente e a administração pública do território, conforme constatamos nas entrevistas realizadas durante a pesquisa. As populações pesquisadas são unânimes em afirmar que o aumento dos números de violência e criminalidade do município se intensifica ao longo dos anos, sendo que alguns chegam a afirmar que o fluxo migratório, ocasionado pela mão de obra utilizada pelas atividades produtivas da cana-de-açúcar, são os principais responsáveis pela instalação desse triste cenário.

O município ainda pertence à Comarca Judiciária de Acreúna-GO, por isso, não possui varas judiciárias e promotorias de justiça instaladas em seu território, contudo possui

uma Delegacia da Polícia Civil responsável pelo registro de ocorrências e atendimento da população residente, além da atuação da Polícia Militar no território através de trabalhos de policiamento ostensivo e preventivo.

Sobre os números de ocorrências policiais e criminalidade, analisamos os dados disponibilizados pela SSPJ-GO (2012), sendo que não existem registros anteriores à 2007, conforme Tabela a seguir, onde analisaremos os valores acumulados de 2007/2008 e 2009/2010:

**Tabela 24** – Crescimento dos números de violência e criminalidade em Turvelândia entre 2007-2010.

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>2007/2008</b>	<b>2009/2010</b>	<b>Crescimento (%)</b>
Crimes sexuais	01	03	200%
Crimes contra o patrimônio	17	35	106%
Crimes contra a vida	11	25	128%
Crimes de lesões corporais	05	11	120%
Tráfico de drogas	03	03	0%
Porte ilegal de armas	-	-	0%
Crime contra o meio ambiente	08	07	- 12,5%
Crime contra a honra	07	10	44%

**Fonte:** Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2012).

Ao analisarmos os índices de crescimento das ocorrências criminais no território de Turvelândia, constatamos que as populações entrevistadas não se enganam quando afirmam que os índices de violência de seu município são crescentes. Com exceção dos crimes contra o meio ambiente que houve um decréscimo, do porte ilegal de armas que não houve registros no período e do tráfico de drogas que permaneceu no mesmo patamar, os demais crimes cresceram de forma preocupante. E restou provado que o território carece de medidas urgentes de políticas públicas de segurança capaz de combater o avanço impetuoso da criminalidade no território.

No que se refere à existência de locais adequados ao exercício de atividades de lazer pela população, na pesquisa *in loco* foi possível verificar que o município conta com quadras poliesportivas, campo society, campo de futebol e praças públicas, assim como as igrejas onde as pessoas se reúnem para celebrações religiosas, além dos pontos de encontros em bares da cidade.

### **3.3 Percepções das populações entrevistadas sobre seu território e sua qualidade de vida**

Com vista à análise das percepções das populações inquiridas sobre a qualidade de vida nos territórios, a partir da constatação do crescimento econômico dos mesmos, foi

possível verificar que a maioria dos entrevistados relaciona as alterações socioeconômicas às expansões agrícolas, mais especificamente ocorridas durante as décadas pesquisadas.

De forma geral, das populações entrevistadas de Rio Verde, verificou-se que 73,3% apresentam satisfação em residir no território. Existem inclusive relatos de entrevistados com afirmação de que sua permanência no território possibilitou a continuação dos estudos, a aquisição da casa própria, a aquisição de meios de transporte próprios e melhores oportunidades de trabalho, como o caso da entrevistada J.J.D. que afirma: “Consegui emprego e voltei a estudar, pois o custo de vida melhorou e com isso consigo ajudar meus familiares. No momento estou desempregada”.

Foram identificados casos em que os entrevistados afirmaram não ter percebido qualquer diferença ou alterações no município e/ou em sua qualidade de vida a partir da expansão econômica do território e avanços das atividades sucroalcooleiras, sendo que outros preferiram não declarar sobre suas percepções. No entanto, o que sobressai das pesquisas é que a grande maioria da população declara que o território é ótimo para se viver, com percentual muito pequeno de entrevistados que declaram ser o território regular e ruim de viver. Como podemos analisar em alguns relatos a seguir:

“Porque Rio Verde é uma ótima cidade para viver tranquila, sem toda aquela agitação de capital. Aqui você, trabalha, estuda e consegue viver dignamente.” (E.P.S.)

“Ótimo. Bom, apesar dos problemas, cidade com infraestrutura, acolhedora.” (C.A.C.T.)

“Ótimo. Cidade está movimentada em questão de emprego, estudos, lazer, etc.” (R.C.S.R.)

“Ruim. Porque é uma cidade atrasada, gostaria de ter ficado em Marília porque teria mais oportunidades de trabalho e qualificação. Não gosto de morar aqui, atrasou minha vida.” (C.M.C.)

Sobre as transformações na estrutura do município com a vinda da empresa sucroalcooleira para o território, verificamos que os impactos ocorreram de forma mais amena, tendo em vista que a existência das estruturas agrícolas e a exploração de outras culturas, como o caso das extensas plantações de soja no território antecederam tais transformações, inclusive com o estabelecimento de limites para a expansão das atividades desse agronegócio. Desta forma, as populações entrevistadas divergem em suas opiniões quanto ao fato de acharem positivas ou negativas tais transformações, sendo que 30,8% acham que as transformações são negativas e 47% declararam que as transformações foram positivas para a cidade e 22,3% optaram por não responder tal questão.

As populações que responderam serem positivas as transformações, não relataram suas percepções, no entanto, as que responderam que tais transformações são negativas fizeram questão de apresentar suas percepções, como podemos verificar nos relatos a seguir:

“Sim. Esta acabando cada dia mais com o verde que temos.” (E.P.S.)

“Sim. Primeiramente quando saímos da cidade temos o prazer de contemplar diversas paisagens, milho, algodão, girassol é lindo e sem contar que o rodízio dessas culturas é muito bom para o solo. Já com a cana, a cidade fica suja, o ar extremamente seco, mão de obra, desvaloriza enfim empobrece a região.” (Autor não identificado- assinatura por rubrica)

“Sim. A infraestrutura na saúde esta a desejar. Os atendimentos médicos vão para Santa Helena. Em saúde, segurança, educação, meio ambiente.” (Autor não identificado- assinatura por rubrica).

“Sim. Estas empresas só querem ganhar dinheiro, não respeita o meio ambiente, poluindo os rios empobrecendo o solo de nossa região.” (Autor não identificado- assinatura por rubrica).

Apesar da grande maioria dos entrevistados afirmarem que não tiveram problemas com a instalação da indústria sucroalcooleira no território, alguns disseram que a instalação trouxe vários problemas como a migração, a paralisação da economia e o aumento do custo de vida, além da poluição do ar que afeta principalmente as crianças nos períodos de queimadas das lavouras de cana-de-açúcar. Existem relatos ainda que afirmam que a cidade é depreciada pelo grande volume de caminhões que circulam pela malha viária urbana e nas BRs do território. Vejamos algumas respostas:

“Sim. Poluição do ar, farelo de cana.” (A.F.M.)

“Sim. Impactos ambientais.” (Autor não identificado- assinatura por rubrica).

“Sim. Na medida que uma empresa grande se instala em uma cidade ou próxima acaba aumentando a população, o fluxo de carros, as ruas não suportam, pois não teve planejamento antes. (Autor não identificado- assinatura por rubrica).

“Sim. A população aumentou muito e com isso a violência, a falta de respeito, etc.” (A.S.)

“Sim. Porque nossa região é agropecuária, gira emprego enquanto as usinas só destroem” (Autorizado por Rubrica).

“Sim. Principalmente na expansão do município, porém as empresas sucroalcooleiras influenciam bem menos que as agroindústrias”. (Autor não identificado- assinatura por rubrica).

Durante as entrevistas foi possível verificar que a população demonstra apoio a administração municipal em sua medida de estabelecer limites para a expansão das lavouras de cana-de-açúcar no território. Enquanto que sobre a influência na criação de novas vagas de trabalho no território, a maioria se absteve em responder tal questionamento e, apenas 16,5% responderam que não houve crescimento no território.

A população foi inquirida também sobre suas percepções quanto à qualidade de vida no território a partir da chegada da empresa sucroalcooleira, e o que se pode identificar é que o percentual daqueles que não responderam por não terem conhecimento sobre as influências da indústria sucroalcooleira e os afirmaram ter percebido melhoras estão equiparados, inclusive com relatos desses últimos sobre as evidências de maiores oportunidades de empregos e outras, contudo a grande maioria relata não ter percebido melhorias ou ainda, acham que as alterações foram negativas e contribuíram negativamente para o desempenho dos números que medem a qualidade de vida da população, como se verifica nos relatos a seguir, primeiramente as respostas que afirmam serem positivas e posteriormente, as que afirmam serem negativas as influências:

“Sim. Em criação e ampliação de escolas, creches, postos de saúde. (E.C.P.B.)

“Sim. Porque tenho casa própria, melhorou. Porque pagava aluguel. Tudo acompanha.” (Autor não identificado- assinatura por rubrica)

“Por não ser uma usina grande, não resbalou para melhor ou para pior a cidade.” (M.A.F.M.B.).

“Não. Aumento da violência, falta escolas, moradia, etc. (C.A.C.T.)

Percebeu-se durante as inquirições, em vários momentos a preocupação da população com o meio ambiente, inclusive quando relacionam diretamente as agressões ambientais aos problemas endêmicos de saúde da população, como são os casos de problemas respiratórios que afetam grande parte da população, segundo relatos, sendo mais evidente entre idosos e crianças do território. Foram apontadas ainda, as questões de poluição do ar relacionadas ao mau cheiro, os desmatamentos, a poluição e assoreamento de nascentes, as fuligens que ficam soltas no ar e outros conforme respostas a seguir:

“Poluição em razão do odor e das fuligens gerados pelas queimadas da cana.” (C.K.S.)

“A grande poluição que com a chegada dessas indústrias só aumenta, piorando a qualidade de vida (E.S.S.)

“Violência de pessoa para pessoa, trânsito”. (Autor não identificado- assinatura por rubrica)

“Muitos pedintes nas ruas”. (Autor não identificado- assinatura por rubrica)

“Poluição, queimadas, que muito agridem o meio ambiente”. (C.A.C.T.)

“O desmatamento e a poluição dos córregos”. (M.R.S.)

“Como a cidade apresenta grande quantidade de indústrias ocorrem constantes acidentes ambientais e ainda falta ao município estrutura fiscalizadora”. (Autor não identificado- assinatura por rubrica)

Vários entrevistados relacionaram o surgimento de algumas doenças como a dengue e a meningite à chegada da usina sucroalcooleira no território, e nesse sentido, perguntamos a população se a mesma tem conhecimento das políticas públicas desenvolvidas no município. E 67% não responderam a esta pergunta, enquanto que os outros 33% fizeram afirmações diversas, como algumas relacionadas a seguir:

“Péssimo” (E.M.S.)

“Tem feito. Pessoal conscientizando de casa em casa.” (L.B.)

“Trabalho de informar a população sobre as formas de profilaxia da doença.”(Autorização por rubrica).

“Colocar mais agentes de saúde nas ruas.” (A.S.)

“Contratação de médicos, criação de postos de saúde” (E.C.P.B.)

“Se teve alguma política eu não fiquei sabendo”. (Autorização por rubrica).

“Conscientizar a população para evitar esses problemas”.(E.S.S.)

Também foram realizadas inquirições quanto à satisfação e o conhecimento das populações sobre os serviços públicos disponíveis à população do território, como transporte coletivo, transporte alternativo, telefones públicos, correio, posto de atendimento do Vapt-Vupt, segurança pública, sistema de saúde, parques, praças, áreas de esportes, lazer e educação, quanto a qualidade da prestação desses serviços no território de Rio Verde. Observamos que o grau de satisfação de 39% foi avaliado em bom, 22,2% regular, 7% ruim, 20,1% não souberam responder e 12% afirmaram que tais serviços não existem.

Em relação às inquirições das populações de Turvelândia, foi constatado que 91% estão satisfeitos em residir no município, 8,5% declararam ser regular e 0,5% não respondeu a esse questionamento, oportunidade em que os entrevistados destacaram algumas características como causa da satisfação, como as ofertas de trabalho, a tranquilidade do local, a limpeza da cidade, as amizades, qualidade de vida, o baixo índice de violência entre outras. Já os que afirmaram ser regular a sua satisfação, apontaram para alguns fatores que segundo eles contribuem para isso, como o custo de vida e as poucas opções oferecidas.

Sobre as alterações percebidas no território a partir da expansão econômica e da implantação das atividades sucroalcooleiras no município e o grau de satisfação das populações quanto a tais mudanças, verificamos que 75,4% dos entrevistados afirmaram que as modificações melhoraram o município, 11,2% afirmaram não ter percebido diferença, 10,1% não declararam e apenas 3,3% afirmaram que houve piora. Como podemos verificar nos relatos a seguir:

“Sim. Chegou asfalto, água, luz, falta esgoto.” (D.A.C.)

“Sim. Creches, casas, hospital.” (J.A.S.)

“Sim. Melhorou pois a arrecadação fica mais aqui.” (R.O.S.)

“Sim. A força de Turvelândia é a usina.” (K.M.J.)

“Não. Não é bem distribuída a renda arrecadada.” (M.J.P.)

As populações foram inquiridas também sobre a existência de problemas ocorridos em Turvelândia em virtude da instalação da indústria sucroalcooleira no território. E nesse sentido, 85% os entrevistados foram unânimes em afirmar que os problemas ocorreram, inclusive com pontuação de questões ligadas direta e indiretamente às atividades sucroalcooleiras, como são os casos de problemas ambientais, poluição do ar pelas queimadas, aumento de criminalidade, déficit habitacional, dentre outros que são destacados em alguns relatos a seguir:

“Sim. Poluição e desmatamento.” (M.C.A.)

“Sim. Doenças, ar contaminado, queimadas.” (S.C.S.)

“Sim. Asfalto ruim, poluição.” (M.S.D.)

“Sim. Não há serviços com a chegada de máquinas agrícolas.” (F.F.)

“Sim. Os trabalhadores da safra dão calote.” (K.M.J.)

“Sim. Poluição da queimada, alojamento.” (M.A.S.)

“Sim. Desentendimentos políticos.” (F.M.S.)

“Não. Antes tinha mais, agora tá bom.” (L.A.S.C.)

Desta forma, verificamos que apesar das populações afirmarem que o município melhorou com a chegada das atividades da cana-de-açúcar no território, eles identificam bem as problemáticas que se instalaram no território junto com a usina. Sendo que apenas 15% dos entrevistados não quiseram ou souberam opinar, ou ainda, não identificaram os problemas gerados, como podemos observar em alguns relatos a seguir:

“Não. Só é ruim para a arrecadação do município. Maurilândia ficou com a sujeira.” (J.T.M.)

“Não. Foi a solução.” (D.A.C.)

Em relação às ações da administração pública de Turvelândia para amenizar os problemas identificados com a chegada das atividades da cana-de-açúcar no território, foi verificado que a maioria da população está satisfeita com as providências adotadas, inclusive com a determinação de proibir o alojamento de trabalhadores da cana-de-açúcar temporários na cidade. Foram apontadas providências da administração pública de Turvelândia quanto às questões habitacionais da população residente, sobre programas de saúde, educação profissional e outros como pode-se verificar em algumas entrevistas a seguir:

“Sim. Com tirada dos cortadores de cana-de-açúcar tudo melhorou. Diminui a violência.” (U.N.S.)

“Planejamento para a população.” (F.N.S.)

“Tirou os carros de passar dentro da cidade.” (J.T.N.)

“Medidas contra poluição com queimadas.” (S.M.F.)

“Reuniões da prefeitura com a usina.” (S.V.G.M.B.)

“Qualificação profissional.” (S.R.O. S.)

“Controle das águas. Fiscalização.” (A.A.B.)

“Conjuntos habitacionais, secretaria de saúde, mais escolas, campanhas educacionais.” (S.A.L.A.)

“Temos profissionais qualificados para prevenção, tais como psicólogo, assistente social e outros.” (C.C.)

Sobre as percepções das populações quanto à qualidade de vida, foi verificado que a maioria dos entrevistados relatam que os índices melhoram. Sendo que 73,5% informaram pontos de melhorias e outros 26,5% relatam pontos negativos ou não responderam inquirição, como se observa nos relatos a seguir:

“Geração de emprego e renda per capita.” (S.T,N.)

“Cada vez que abre usina tem mais emprego.” (A. C.)

“Financeira e infraestrutura.” (S.N.F.)

“Oportunidade de emprego feminino.” (M.M.C.)

“Melhor serviço, menos desemprego.” (R.O.S.)

“Serviços como saúde e educação.” (F.F.)

“Moradia popular e lotes.” (M.J.L.B.)

“Conselho tutelar.” (M.E.S.)

“Casas populares.” (A.S.O.)

“Desmatamento, caça ilegal.” (A.A.S.)

Durante as inquirições foi verificado que a população do município é jovem, com a média de idade de 35 anos e aproximadamente 19 anos de residência fixa no município. Foi verificado que os entrevistados apresentam alto nível de preocupação com os problemas ambientais do seu território, frente às expansões socioeconômicas, sendo comuns as reclamações da população sobre os períodos de queima das lavouras de cana-de-açúcar, as degradações de nascentes e os desmatamentos da vegetação local. Conforme relatos a seguir:

“Tem poeira, fumaça, fuligem.” (J.T.M.)

“Queimada de cana e outras destruições do meio ambiente, cuidado com o leito do rio, acabou com os rios.” (D.A.C.)

“Na época da queimada é difícil.” (D.S.S.)

“Degradação do solo, agrotóxico.” (S.C.S.)

“Desmatamento, veneno, cinza.” (J.C.S.)

“Queimada, limpeza urbana.” (J.R.R.)

Sobre a satisfação e conhecimentos dos serviços público disponíveis à população do território como serviços de correios, segurança pública, saúde, lazer, esporte e educação foi verificado que os entrevistados apresentam um bom nível de satisfação, sendo que os serviços de telefone público são considerados regulares. No entanto, os serviços de transportes coletivos e alternativos não atendem às necessidades das populações, visto que uma porcentagem relativamente pequena da população avalia com bom e regular esses serviços e a grande maioria afirma que tais serviços não existem no território. Não existe posto de atendimento do Vapt-Vupt no município de Turvelândia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisões bibliográficas, análise de dados e pesquisas *in loco* atuaram como ferramentas essenciais à produção da dissertação e conseqüentemente a apresentação dos territórios de Rio Verde e Turvelândia, que inicialmente se mostra por uma breve análise literária sobre o uso do solo, a partir de reflexões proeminentes de Santos (1985), Raffestin (1993), Minayo (2000), dentre outros não menos relevantes para nossos estudos, que apontam as relações de poder geradas pelo uso do solo.

Assim como afirma Santos (1985), os territórios se mostram espaços dinâmicos, que sob a ação humana se transformam em unitários, a partir de processos produtivos indispensáveis à permanência e sobrevivência de suas populações. O uso do solo se impõe inicialmente como busca por melhores condições de vida e desenvolvimento econômico de um território, e é a partir dessas premissas passamos as análises mais focadas dos territórios, suas especificidades, formas de uso e exploração agrícolas como fatores relevantes ou não, para os acréscimos ou decréscimos dos índices de qualidade de vida das populações de Rio Verde e Turvelândia.

A expansão agrícola parece ser uma variável importante para as formas de ocupação e desenvolvimento econômico dos dois territórios, que surge inicial em nossos estudos como uma hipótese, e posteriormente se confirma quando da análise de dados, dos históricos de criação dos dois territórios e dos estudos de campo realizados nas pesquisas *in loco*. O cultivo da cana-de-açúcar e seu processo de transformação em produto final para consumo figuram como fontes de nossas pesquisas, assim como seus agentes diretos e indiretos, como são os casos das populações residentes, populações de trabalhadores da cana-de-açúcar e populações de gestores inquiridas por nossos questionários nas pesquisas.

Os territórios pesquisados apresentam características distintas em suas expansões agrícolas, embora os dois sejam intimamente influenciados pelos veios da ampliação dessas atividades, as políticas públicas locais atuam de formas diferentes na limitação dos tentáculos capitalistas que permeiam tais expansões.

Rio Verde possui legislação específica para regulamentação e estabelecimento de barreiras ao crescimento das áreas de cultivo da cana-de-açúcar, com o fim de evitar que a monocultura da cana domine o território. No entanto, o desenvolvimento econômico local tem como base as atividades do agronegócio, a partir da cultura e beneficiamento da soja e das atividades pecuárias para abastecimento das indústrias da Perdigão, da COMIGO e de

outras instaladas no Parque Agroindustrial do município, além dos estabelecimentos comerciais instalados na cidade como meio de abastecimento e suprimento das atividades.

Enquanto que o território de Turvelândia, com histórico de fundação e organização relativamente recente, não deixa a desejar nos índices de desenvolvimento econômico, contudo as expansões de atividades agrícolas são limitadas apenas pela legislação ambiental federal que exige preservação ambiental de nascentes, da fauna, da flora e a existência de reservas legais nas propriedades privadas.

As produções agrícolas influenciam as transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais dos territórios pesquisados, bem como a qualidade de vida das populações residentes. Contudo, para melhor entendermos tais dinâmicas, foi definido um espaço de tempo específico para análise, qual seja o período compreendido entre as décadas 1970 e 2010, sendo que as análises de dados ocorreram no período de janeiro de 2011 a agosto de 2012 e as pesquisas *in loco* foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2011.

Desta feita, foi possível confirmar os dados divulgados pelos institutos de pesquisas socioeconômicas do IBGE, IMB, SEGPLAN e outros utilizados em nossos estudos, no que se refere aos IDH-M's dos territórios, além da análise da qualidade de vida das populações e suas percepções de transformações e alterações provocadas pela expansão econômica sucroalcooleira ocorrida ao longo das décadas, bem como suas perspectivas futuras.

Desta forma, tanto as análises de dados, quanto as literaturas pesquisadas e as informações levantadas nas pesquisas *in loco*, apontaram para evidências de transformações dos cenários naturais dos territórios de Rio Verde e Turvelândia a partir da ação humana. Com as expansões agrícolas nos municípios ficou provado o crescimento econômico dos territórios ao longo das décadas de 1970 a 2010, sendo que os índices de desenvolvimento humano desses municípios apontam para a mesma direção de crescimento, apesar de se diferirem quanto às suas proporções.

As atividades sucroalcooleiras não interferem tão determinadamente na qualidade de vida da população de Rio Verde, devido à limitação imposta pelo poder público local para expansão dessas atividades. Contudo, outras atividades da agricultura e pecuária ditam o ritmo de crescimento econômico e desenvolvimento no município. Por outro lado, temos o território de Turvelândia que explora outras atividades agrícolas e no entanto, são as atividades sucroalcooleiras que determinam o ritmo de crescimento econômico e

desenvolvimento no município e interferem diretamente nos índices de desenvolvimento humano do município e seus indicadores de qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, Genilda D'arc; TAVARES, Giovana Galvão. Espaços Ilegais: Um estudo da Qualidade de vida dos moradores residentes nas áreas subnormais em Anápolis/GO. In: BERNARDES, Genilda D'arc; MORAIS, Roberto Prado. **Políticas Públicas: Meio ambiente e tecnologia**. Goiânia: Vieira, 2010.p.35-51.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**/Nasr Fayad Chaul.3.ed. – Goiânia: Editora UFG, 2010.

CICONELLI, RM, Ferraz MB, Santos W. Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (Brasil SF-36). **Rev Bras Reumatol** 1998; 39:143 -50

CIDADES MÉDIAS: **produção do espaço**/Eliseu Savério Spósito, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Oscar Sobarzo (organizadores) – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GADOTTI, M. Educação Comunitária e economia popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (orgs.) **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 193. p. 15-30. Coleção Questões da nossa época.

HADDAD, Paulo R. **Revista de Economia**, v. 35, nº 3 (ano 33) , p. 119-146, set.dez.2009. Editora UFPR.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**, (2007). Disponível: <http://www6.ufgs.br/petgeo/artigo/Rh.pdf>. Capturado: 02/01/2011.

**LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE RIO VERDE**, art. 112

LEME, Heládio José de Campos. A espacialidade do desenvolvimento: as cidades na Região Centro – Oeste. **Artigo baseado em relatório de pesquisa IPEA/IBGE/Nesur** (IE – Unicamp), São Paulo, 1999.

MINAYO, MCS, Hartz ZMA, Buss PM. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Ciência & Saúde Coletiva, 5 (1): 7-18, 2000

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Série: Temas. Vol. 29. Editora Ática S.A., 1993.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Série: Temas. Vol. 29. Editora Ática S.A., 1993.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Série: Temas. Vol. 29. Editora Ática S.A., 1993.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Série: Temas. Vol. 29. Editora Ática S.A., 1993.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. 1926-2001. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**/Milton Santos.- 4. Ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Milton. 1926-2001. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**/Milton Santos.- 4. Ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Coleção Milton Santos; 1)

\_\_\_\_\_. **Da totalidade do Lugar**/Milton Santos. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade do Lugar**/Milton Santos. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, Sandro Dutra e. PIETRAFESA, José Paulo, SANTOS, Ana Elizaberth Accioly Ferreira dos. **O cerrado e a produção sucroalcooleira: expansão e transferência histórico-**

geográfica da produção de etanol em Goiás. In: PIETRAFESA, José Paulo, SILVA, Consumo e Natureza. Goiânia: PUC 2011, p. 21-46.

SILVA, Sandro Dutra e. A natureza contra o progresso. Textos de História. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB**, v. 17, n. 2 nov./dez.2009.

TEIXEIRA NETO. **Desenvolvimento urbano-municipal no período da expansão das fronteiras agrícolas e demográficas – 1931-1960.** s/d.

THEODORO, Suzi H. LEONARDOS, Othon H. DUARTE, Laura M. G. Cerrado: celeiro saqueado. In: DUARTE, L. M.G. THEODORO, S. H. (Orgs.). **Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 145-176.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

<<http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

<[http://www2.ibama.gov.br/\\_geobr/geo3\\_port/geo\\_port\\_html](http://www2.ibama.gov.br/_geobr/geo3_port/geo_port_html)>. Acesso em: 17 junho 2011.  
<[Al.com.br/www/err\\_trab\\_inf.htm](http://Al.com.br/www/err_trab_inf.htm)>. Acesso em: 12 out. 2011.

BARRETO, Clarissa de Araújo. Agricultura e meio ambiente: percepções e práticas de sojicultores em Rio Verde. 2007. 140f. **Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental)**- Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2007.

BRANCO, Maria L. C. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu S. SPOSITO, Maria E. B. SOBARZO, Oscar. (org.) **Cidades Médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 245-278.

BRASIL, Vanessa Maria. **Cidades, rios e patrimônio**: memórias e identidades beiradeiras/ Vanessa Maria Brasil, Gercinair Silvério Gandara/Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade/ Nars Fayad Chaul. 3. Ed. – Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **A dinâmica demográfica de Goiás**/Eguimar Felício Chaveiro, Manoel Calaça, Mônica Cristina da Silva Borges. – Goiânia: Ellos, 2009.

CICONELLI RM, FERRAZ MB, SANTOS W. Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (Brasil SF-36). **Rev Bras Reumatol** 1998; 39:143 -50.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento**. Avaliação da safra agrícola de cana-de-açúcar. 2006.

Disponível em: <[http://www.unb/temas/desenvolvimento\\_sust/rio\\_10.php](http://www.unb/temas/desenvolvimento_sust/rio_10.php)>. Acesso em: 07 junho. 2011.

ESTEVAM, L. **O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Edição do Autor, 1997.

FAJARDO, Sérgio. **Algumas discussões sobre a abordagem econômica do território na geografia e suas implicações no espaço rural**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 10, p. 131-137, 2005. Editora UFPR

FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás. **Queima da cana em Goiás**. Posição do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Goiás sobre a queima e a monocultura de cana em Goiás. Disponível em: <<http://www.fetaeg.org.br/site.asp?secao=noticias&pub=866>>. Acesso em: 27 set. 2010.

GARCIA, Ledonias Franco. **Goyaz: uma província do sertão/ Ledonias Franco Garcia**. – Goiânia: Cânone Editorial/Editora PUC – Goiás, 2010. 1ª edição.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Disponível: <http://www6.ufgs.br/petgeo/artigo/Rh.pdf>. Capturado: 02/01/2011.

HERCULANO, Selene. A qualidade de vida e seus indicadores. **Ambiente e Sociedade**, Ano I, n. 02 p.77-101, 1998.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Perspectiva do Meio ambiente Mundial: Integração entre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1972-2002)**. Disponível em:

IBGE Cidades. **Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 27 set. 2011.

IBGE. **Sinopse do censo 2010**. Disponível: [www.ibge.br/sinopse](http://www.ibge.br/sinopse). Capturado em 21/01/2011.

JUNIOR, Antonio Thomaz. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria canavieira no Brasil e os impactos no movimento sindical. **Campo Território: revista de geografia agrária, FAPESP**, v. 7, n. 13, p. 65-96, fev., 2012.

LEEF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade Poder. transição de paradigmas**. In: Duarte, Laura, Braga, Maria Lúcia. Tristes Cerrados.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte:Edit. UFMG, 2008

LUZ, Janes S. da. A (Re) **Produção do espaço urbano de Anápolis/GO: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles 1970 – 2000**. Uberlândia/MG: Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Fluminense de Uberlândia. 2006 (mimeo).

MARQUES, Rúbia Cristina Arantes. Análise da rentabilidade e competição de culturas pelo uso da terra no município de Rio Verde. 2011. 100f. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Alves de Farias, ALFA, Goiânia, 2011.**

PASSOS, Haihani Silva. Zoneamento urbano de Rio Verde: uma proposta para ordenamento do uso do solo. 2010. 101f. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)- Faculdades Alves de Farias, ALFA, Goiânia, 2010.**

PIETRAFESA, José Paulo. **Organização do trabalho na indústria canavieira: o caso Goianésia.** 1995. 155 fls. Dissertação (Curso de Educação Escolar Brasileira) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

PIETRAFESA, José Paulo. **Transformações no cerrado: progresso, consumo e natureza/organizadores,** José Paulo Pietrafesa, Sandro Dutra e Silva. – Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

**PLANO Nacional de Agroenergia** (2006-2011). Brasília: MAPA, 2005.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDH do Brasil.** Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: 11 abril. 2011.

PROÁLCOOL – Programa Brasileiro de Álcool. Evolução do Programa Nacional do Álcool – Proálcool. **Revista Eletrônica Biodiesel br.com.** Disponível em:

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo. Série: Temas. Vol. 29. Editora Ática S.A., 1993.

SANTOS, Milton, 1926 – 2001. Pensando o Espaço do Homem/Milton Santos. – 5. Ed., 2. Reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira/Milton Santos.** – 5 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **As cidades dos sonhos/organizadores,** Nars Fayad Chaul e Luis Sérgio Duarte da Silva. – Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao Lugar/Milton Santos.** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SIFAEG – Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás. **Dados do Setor (dados estatísticos).** Disponível em: <<http://www.sifaeg.com.br/index.html>>. Acesso em: 13 de junho de 2011.

SILVA, Telma Pereira Vieira. Qualidade de vida em idosos da cidade de Rio Verde. 2007. 114f. **Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde)-Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2007.**

SINDAÇÚCAR – Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas. **Erradicação do Trabalho Infantil.** Disponível em: <[www.sindacucar-](http://www.sindacucar-)

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da c; CORRÊA, R.L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77 – 116.

STEINBERGER, M. O significado da Região Centro-Oeste na espacialidade do desenvolvimento brasileiro: uma análise geopolítica In BRANDÃO, C. A. (org) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano- regional.** São Paulo: Editora UNESP:ANPUR, 2003

TEIXEIRA NETO, Antônio (2006). **Goiás – Tocantins – As populações ilhadas e o estigma da decadência.** (Inédito)

The WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Soc Sci Méd*; 41:1403-10. 1995.

UNB – Universidade de Brasília. **Desenvolvimento Sustentável – Rio+10.**

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar. **Agroindústria da cana-de-açúcar: alta competitividade canavieira – a alta competitividade canavieira em São Paulo.** 2006. Disponível em: <[http://www.unica.com.br/pages/agroindustria\\_alta.asp](http://www.unica.com.br/pages/agroindustria_alta.asp)>. Acesso em: 03 fev. 2012.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Ação Comunitária

Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente

Projeto de Pesquisa: Cidade, Qualidade de Vida e Riscos: estudos dos impactos da expansão da cana de açúcar nos espaços urbanos dos municípios goianos (1970-2010)

Coordenadora: Professora. Dra. Genilda D'arc Bernardes

Pesquisador/Entrevistador (a) \_\_\_\_\_

### Questionário 1- GESTOR PÚBLICO

Esta pesquisa tem a finalidade de compreender as transformações - econômicas, sociais, culturais e ambientais -, e as vulnerabilidades decorridas da proliferação da produção da cana de açúcar nos espaços urbanos das cidades goianas margeadas pela produção sucroalcooleira, bem como a qualidade de vida da população residente e os riscos socioambientais a que são submetidas, apontando para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para essa problemática.

1. Nº do questionário: \_\_\_\_\_

2. Local da entrevista \_\_\_\_\_

3. Gênero do entrevistado: ( ) Masculino ( ) Feminino

4. Idade: \_\_\_\_\_ anos

5 Qual o seu nível de instrução?

1. analfabeto

2. ensino fundamental incompleto

3. 6ª série até 9ª incompleto

4. até 9ª série completo

5. terminei o ensino médio

6. comecei um curso superior

7. terminei um curso superior

8. pós-graduação ou mais

6 Você continua estudando?

Sim ( ) Que tipo de estudo?

---

Não ( )

7 Onde você nasceu? \_\_\_\_\_ (cidade e estado; zona rural)

8 Com quantos anos você saiu da sua cidade natal? \_\_\_\_\_ anos

9 Para onde você foi? \_\_\_\_\_ (cidade e estado)

10 Há quanto tempo você mora em **Turvelândia** meses \_\_\_\_\_ anos \_\_\_\_\_

11 Em sua opinião, com a mudança para cá, sua vida \_\_\_\_\_?

1. melhorou                      2. piorou  
3. não há diferença            4. nada declarar

12. O que melhorou? O que piorou?

---

---

---

13 Na sua avaliação, morar aqui é \_\_\_\_\_?

1. Ótimo      2. Bom      3. Regular  
4. Ruim      5. Péssimo      6. nada declarar

Por quê? \_\_\_\_\_

14. Você considera que com a vinda da empresa sucroalcooleira para o seu município ocorreram transformações na infraestrutura urbana da cidade:

(   ) sim      (   ) não.

Se sim, aponte quatro transformações mais importantes.

---

---

---

15. Com a vinda da empresa sucroalcooleira para o seu município ocorreram problemas?

(   ) sim      (   ) não.

16 Coloque um X nos principais problemas que ocorreram:

(   ) segurança      (   ) crimes                      (   ) Drogas

(   ) Violência      (   ) Gravidez Infantil

(   ) Outros \_\_\_\_\_

17. Quais as medidas que os gestores públicos têm tomado para evitar esses tipos de problemas?

---

---

---

18. Com a chegada da empresa sucroalcooleira foram criadas melhores oportunidades de emprego?

( ) Comércio ( ) serviços ( ) Indústria ( ) Outro \_\_\_\_\_

19. Com a chegada da empresa sucroalcooleira melhorou a qualidade de vida dos moradores da cidade. ( ) sim ( ) não

Se sim, em que?

( ) Atendimento médico ( ) educação ( ) lazer  
( ) moradia ( ) meio ambiente  
( ) transporte ( ) Outros \_\_\_\_\_

Se não,

Piorou o quê? \_\_\_\_\_

20. No tocante ao meio ambiente, quais os problemas que sua cidade tem enfrentado?

---

---

21. Após a chegada da cana de açúcar em seu município apareceram doenças nos moradores?

( ) sim ( ) não. Se sim, quais:

( ) meningite ( ) cólera ( ) febre amarela ( ) dengue  
( ) doença chagas ( ) doenças pulmonares ( ) outras \_\_\_\_\_

22. Tendo em vista os problemas citados, quais as políticas públicas que a prefeitura está desenvolvendo para amenizar essa situação?

---

---

---

23. Pedimos que você avalie os seguintes equipamentos públicos quanto a qualidade de serviço:

Equipamento	bom	regular	ruim	Não sei	Não existe Aqui	Comentários
Transporte coletivo						
Transporte alternativo						
Telefone(s) públicos						
Correio						
Vapt-vupt						
Posto policial/ deleg.						
Unidade de saúde						
Parques e praças						
Áreas de esporte						
Escola						
Creche						
Outros (nomear):						

24. Qual a sua profissão? \_\_\_\_\_

25. Você fez ou está fazendo curso profissionalizante? ( ) Sim ( ) Não

\_\_\_\_\_

26- A prefeitura tem oferecido cursos profissionalizantes para a população, tendo em vista a oferta de trabalho na empresa sucroalcooleira?

Sim ( ) Não ( )

Se sim, quais \_\_\_\_\_

27. Com a chegada da empresa no seu município e, conseqüentemente, com a chegada de um número grande de pessoas para trabalhar com a cana, a cidade teve problemas urbanos com:

( ) Atendimento a saúde ( ) Moradia  
( ) Educação ( ) Outros \_\_\_\_\_

28. A empresa sucroalcooleira faz parceria com a prefeitura? Sim ( ) Não ( )

Se sim, qual(is) \_\_\_\_\_

Obrigado (a).

## Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Ação Comunitária

Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente

Projeto de Pesquisa: Cidade, Qualidade de Vida e Riscos: estudos dos impactos da expansão da cana de açúcar nos espaços urbanos dos municípios goianos (1970-2010)

Coordenadora: Professora. Dra. Genilda D'arc Bernardes

Pesquisador/Entrevistador (a) \_\_\_\_\_

### QUESTIONÁRIO 1- RESIDENTE (POPULAÇÃO GERAL)

Esta pesquisa tem a finalidade de compreender as transformações - econômicas, sociais, culturais e ambientais -, e as vulnerabilidades decorridas da proliferação da produção da cana de açúcar nos espaços urbanos das cidades goianas margeadas pela produção sucroalcooleira, bem como a qualidade de vida da população residente e os riscos socioambientais a que são submetidas, apontando para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para essa problemática.

1.Nº. do questionário: \_\_\_\_\_

2. Local da entrevista \_\_\_\_\_

3. Gênero do entrevistado: ( ) M ( ) F

4. Idade: \_\_\_\_\_anos

5 Qual o seu nível de instrução?

1 Analfabeto

2 ensino fundamental incompleto

3. 6ª série até 9ª incompleto

4.até 9ª série completo

5. Terminei o ensino médio

6. Comecei um curso superior

7.Terminei um curso superior

8. Pós-Graduação ou mais

6 Você continua estudando? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, que tipo de estudo? \_\_\_\_\_

7 Onde você nasceu? \_\_\_\_\_(cidade e estado; zona rural)

8 Com quantos anos você saiu da sua cidade natal? \_\_\_\_\_anos

9 Para onde você foi? \_\_\_\_\_(cidade e estado)

10 Há quanto tempo você mora em **Turvelândia**? \_\_\_\_\_ meses \_\_\_\_\_ anos

11 Em sua opinião, com a mudança para cá, sua vida \_\_\_\_\_?

- |                     |                  |
|---------------------|------------------|
| 1. melhorou         | 2. piorou        |
| 3. não há diferença | 4. nada declarar |

12. O que melhorou? O que piorou?

\_\_\_\_\_

13 Na sua avaliação, morar aqui é \_\_\_\_\_?

- |          |            |                  |
|----------|------------|------------------|
| 1. Ótimo | 2. Bom     | 3. Regular       |
| 4. Ruim  | 5. Péssimo | 6. nada declarar |

Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. Você considera que com a vinda da empresa sucroalcooleira para o seu município ocorreram transformações na infraestrutura urbana da cidade? (asfalto, saneamento básico, água, luz, etc). 1. Sim ( ) 2. Não ( ). Se sim, qual (is): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. Com a vinda da empresa sucroalcooleira para o seu município ocorreram problemas?

1. ( ) Sim 2. ( ) Não. Se sim, qual (is): \_\_\_\_\_

16. Quais as medidas que os gestores públicos têm tomado para evitar esses tipos de problemas? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17. Com a chegada da empresa sucroalcooleira foram criadas melhores oportunidades de emprego? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não. Se sim, em que setor: ( ) comércio ( ) serviços ( ) indústria ( ) Outros \_\_\_\_\_

18. Com a chegada da empresa sucroalcooleira melhorou a qualidade de vida dos moradores da cidade? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não. Se sim em quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Se não, em quê? \_\_\_\_\_

19. No tocante ao meio ambiente, quais os problemas que sua cidade tem enfrentado?

---

20. Após a chegada da cana de açúcar em seu município aparecerem doenças nos moradores, quais? \_\_\_\_\_.

A região é atingida por doenças como: 1. ( ) Meningite 2. ( ) Cólera 3. ( ) Febre Amarela 4. ( ) dengue.

---

21. Tendo em vista os problemas citados, quais as políticas públicas desenvolvidos pela prefeitura \_\_\_\_\_

---

22. Pedimos que você avalie os seguintes equipamentos públicos quanto a qualidade de serviço:

Equipamento	bom	regular	ruim	Não sei	Não existe Aqui	Comentários
Transporte coletivo						
Transporte alternativo						
Telefone(s) públicos						
Correio						
Vapt-vupt						
Posto policial/ deleg.						
Unidade de saúde						
Parques e praças						
Áreas de esporte						
Escola						
Creche						
Outros (nomear):						

23 - Qual a sua profissão? \_\_\_\_\_

Você fez ou está fazendo curso profissionalizante? ( )Sim ( )Não

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

24- A prefeitura tem oferecido cursos profissionalizantes para a população do município, tendo em vista a oferta de trabalho na empresa sucroalcooleira?

1. Sim ( ) 2. Não ( ). Se sim, qual \_\_\_\_\_

25. Em sua opinião, com a chegada da empresa no seu município e, conseqüentemente, com a chegada de um número grande de pessoas para trabalhar com a cana, a cidade teve problemas com:

1. Atendimento a saúde

2. Moradia

2. Educação

3. Outros \_\_\_\_\_.

Obrigado (a)

## Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Ação Comunitária

Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente

Projeto de Pesquisa: Cidade, Qualidade de Vida e Riscos: estudos dos impactos da expansão da cana de açúcar nos espaços urbanos dos municípios goianos (1970-2010)

Coordenadora: Professora. Dra. Genilda D'arc Bernardes

Pesquisador/Entrevistador (a) \_\_\_\_\_

### QUESTIONÁRIO 1- TRABALHADOR DA CANA DE AÇÚCAR

Esta pesquisa tem a finalidade de compreender as transformações - econômicas, sociais, culturais e ambientais -, e as vulnerabilidades decorridas da proliferação da produção da cana de açúcar nos espaços urbanos das cidades goianas margeadas pela produção sucroalcooleira, bem como a qualidade de vida da população residente e os riscos socioambientais a que são submetidas, apontando para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para essa problemática.

1.Nº. do questionário: \_\_\_\_\_

2. Local da entrevista \_\_\_\_\_

3. Gênero do entrevistado: ( ) M ( ) F

4. Idade: \_\_\_\_\_ anos

5 Qual o seu nível de instrução?

1 Analfabeto

2 ensino fundamental incompleto

3. 6ª série até 9ª incompleto

4.até 9ª série completo

5. Terminei o ensino médio

6. Comecei um curso superior

7.Terminei um curso superior

8. Pós-Graduação ou mais

6 Você continua estudando? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, que tipo de estudo? \_\_\_\_\_

7 Onde você nasceu? \_\_\_\_\_ (cidade e estado; zona rural)

8 Com quantos anos você saiu da sua cidade natal? \_\_\_\_\_ anos

9 Para onde você foi? \_\_\_\_\_ (cidade e estado)

10 Há quanto tempo você mora em **Turvelândia**? \_\_\_\_\_ meses \_\_\_\_\_ anos

11 Em sua opinião, com a mudança para cá, sua vida \_\_\_\_\_?

1. Melhorou

2. Piorou

3. Não há diferença

4. Nada declarar

12. O que melhorou? O que piorou?

---

---

---

---

13 Na sua avaliação, morar aqui é \_\_\_\_\_?

1. Ótimo      2. Bom      3. Regular  
4. Ruim      5. Péssimo      6. nada declarar

Por quê?

---

---

---

14 Você mora \_\_\_\_\_

1. sozinho      2. com colegas      3. com sua família

15. Caso não seja sozinho, com quantas pessoas você mora?

---

16. Há quanto tempo você trabalha na usina?

---

17. Qual o tipo de trabalho que você exerce na usina?

---

18. Qual a sua carga horária de trabalho por dia

? \_\_\_\_\_

---

19. Você considera o seu trabalho

1. Ótimo                      2. Bom                      3. Regular  
4. Ruim                      5. Péssimo                      6. nada declarar

20. Cite os principais problemas que ocorreram com você na Usina

---

---

21. Marque com um X os principais problemas que ocorreram com você na cidade?

- |                                      |                                       |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| 1. falta de segurança.               | 2. Hostilidade por parte da população |
| 3. Violência                         | 4. Gravidez Indesejada                |
| 5. Dificuldade de atendimento médico | 6. Dificuldade de achar moradia       |
| 7. Falta de vagas nas escolas        | 8. Outro                              |
-

22. Você conhece algumas medidas que os gestores públicos têm tomado para evitar esses tipos de problemas? 1. Sim (    ), quais? \_\_\_\_\_ Não (    )

23 Você e sua família tem acesso a :

1. educação      2. Lazer      3. Moradia      4. transporte

5. Outros \_\_\_\_\_

24- No tocante ao meio ambiente, quais os problemas que você observa na usina \_\_\_\_\_

E na cidade onde você reside \_\_\_\_\_

25. Você considera o lugar que você reside é:

1. Bom

2. Médio

3. Ruim

4. Nada declarar

26. Quais os principais problemas apresentados pela sua moradia.

27. Você considera o transporte utilizado para ir ao trabalho:

1. Confortável

2. Seguro

3. Outro \_\_\_\_\_

28 Quais os principais problemas apresentados em relação ao transporte?

29 Quais as principais doenças apresentadas depois que você começou a trabalhar com a cana.

1. meningite

2. Cólera

3. febre amarela

4. Dengue

5 pulmonares

6 acidentes

Outras \_\_\_\_\_

30 Quando você adoecer onde procura ajuda?

1. Na própria empresa
2. Unidade de saúde da Família
3. No hospital da cidade
4. Em outra cidade, qual? \_\_\_\_\_

31 Pedimos que você avalie os seguintes equipamentos públicos quanto a qualidade de serviço:

Equipamento	bom	regular	ruim	Não sei	Não existe Aqui	Comentários
Transporte coletivo						
Transporte alternativo						
Telefone(s) públicos						
Correio						
Vapt-vupt						
Posto policial/ deleg.						
Unidade de saúde						
Parques e praças						
Áreas de esporte						
Escola						
Creche						
Outros (nomear):						

33 - Qual a sua profissão? \_\_\_\_\_ Você fez ou está fazendo curso profissionalizante? ( )Sim ( )Não Se sim, qual? \_\_\_\_\_

34- A prefeitura tem oferecido cursos profissionalizantes para os trabalhadores na usina?

1. Sim ( ) 2. Não ( ). Se sim, qual \_\_\_\_\_

Obrigado (a)

**ANEXO 2****LEI COMPLEMENTAR N. 5.200/2006**

(Estabelece limites para o plantio de cana-de-açúcar e dá outras providências)

**A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE-GO APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1<sup>o</sup> – Fica limitado em 10% (dez por cento) de cada propriedade agricultável, por safra, o plantio de cana-de-açúcar no município de Rio Verde, condicionado, ainda, aos seguintes preceitos:

- I - 50,00 m (cinquenta metros) de distância obrigatória de mananciais;
- II - o emprego do fogo como método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar em áreas passíveis de mecanização da colheita será eliminado de forma gradativa, não podendo a redução ser inferior a 1/5 (um quinto) da área mecanizável de cada unidade agroindustrial ou propriedade não vinculada à unidade agroindustrial;
- III - fica proibida a queimada de palha de cana-de-açúcar a menos de 20 km (vinte quilômetros) do perímetro urbano, dos distritos e povoados; a menos de 5 km (cinco quilômetros) de locais onde haja confinamento de bovinos, aves e suínos; a menos de 50 m (cinquenta metros) contados ao redor de mananciais, estação ecológica e reservas ambientais; a menos de 50 m (cinquenta metros) ao redor do limite das áreas de estações de telecomunicações; a menos de 50 m (cinquenta metros) das linhas de transmissão de energia elétrica; a menos de 200 m (duzentos metros) de subestação de distribuição de energia elétrica e a menos de 15 m (quinze metros) do domínio das rodovias federais, estaduais e municipais; cont. Lei Complementar n.5.200/2006.
- IV - ao redor de todas as áreas preservadas, fica o produtor de cana-de-açúcar obrigado a manter acero de, no mínimo, 5 m (cinco metros), limpo e não cultivado.

§ 1<sup>o</sup> – Para os efeitos deste artigo, por área passível de mecanização, considera-se a área na qual se situa a lavoura de cana-de-açúcar, cuja declividade seja inferior a 12% (doze por cento).

§ 2<sup>o</sup> – A queima só poderá ser realizada no período noturno, compreendido entre o pôr e o nascer do sol, evitando-se os períodos de temperatura mais elevada e respeitando-se as condições dos ventos predominantes no momento da operação, de forma a facilitar a dispersão da fumaça e minimizar eventuais incômodos à população.

Art. 2<sup>o</sup> – Pela inobservância do disposto no artigo anterior, será imputada multa no valor correspondente de 5.000 (cinco mil) a 10.000 (dez mil) UFIR's por hectare, e, na reincidência, o dobro.

Art. 3<sup>o</sup> – Fica cometida às Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e de Indústria e Comércio a atribuição de assegurar o cumprimento desta Lei.

Parágrafo Único – Os projetos de plantio de cana-de-açúcar a serem desenvolvidos no município de Rio Verde deverão ser apresentados às Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, e de Indústria e Comércio, acompanhados de levantamento topográfico, planimétrico, mapa e memorial descritivo da área que se pretende cultivar, todos elaborados por profissional habilitado.

Art. 4<sup>o</sup> - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, se necessário.

Art. 5<sup>o</sup> – Revogadas disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito de Rio Verde, 20 de setembro de 2006.**

**Paulo Roberto Cunha  
PREFEITO DE RIO VERDE**

**Avelar Moraes Macedo  
SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO**

**Paulo Martins da Silva  
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA  
E MEIO AMBIENTE**

**Arioaldo Lopes Machado  
PROCURADOR-GERAL**

## ANEXO 3

### **CONTRATO DE PROGRAMA DE PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

CONTRATO N°

MUNICÍPIO DE RIO VERDE

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE RIO VERDE - GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 02.056.729/0001-05, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Juraci Martins de Oliveira, brasileiro, casado, médico e empresário rural, portador da Cédula de Identidade n. 85.247 - SSP-GO e CPF 018.038.241-15, residente em Rio Verde-GO, na Praça Joaquim da Silveira Leão, n. 1.535 - Centro, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO** e a **SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO**, sociedade de economia mista, constituída com autorização da Lei Estadual nº 6.680, de 13 de setembro de 1967, com sede nesta Capital, à Av. Fued José Sebba, nº 1.245, Jardim Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 01.616.929/0001-02, aqui denominada simplesmente **SANEAGO**, representada, na forma estatutária por Nicomedes Domingos Borges, Paulo Omar Teixeira Araújo e Francisco Humberto Moreira, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, respectivamente, Diretores Presidente, de Finanças e Relação com Investidores e Comercial e de Marketing, doravante denominada apenas **SANEAGO**,

CONSIDERANDO:

- (i) Fundamento Jurídico: O presente contrato é celebrado em conformidade com os artigos 175 e 241, da Constituição Federal, com as Leis Federais nºs 8.666/93, 11.107/2005 e 11.445/2007, as Leis Estaduais nºs 6.680/1967 e 14.939/2004, a Lei Municipal nº 1.313 de 22 de julho de 2009, o convênio de cooperação de e processo administrativo de dispensa de licitação n.
- (ii) Fundamento técnico: as características e necessidades técnicas, sociais e econômicas dos sistemas e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no **MUNICÍPIO**, descritas no Plano Municipal de Saneamento Básico, em especial a necessidade de investimentos para a universalização dos serviços;

resolvem celebrar **CONTRATO DE PROGRAMA** (“Contrato”), para delegação da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no âmbito do território do **MUNICÍPIO**, que se regerá pela legislação pertinente e pelas condições a seguir estipuladas, de comum acordo entre as partes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ÁREA DE ATUAÇÃO**

1.1 Constitui o objeto deste contrato a delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e dos serviços complementares a eles relacionados, no limite territorial do **MUNICÍPIO** de Rio Verde/GO, permitindo o uso do solo e subsolo, para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

1.2 Os serviços objeto deste contrato serão prestados pela SANEAGO ou por empresa a quem esta venha a delegar, total ou parcialmente, sua prestação, mediante licitação pública, nos termos da legislação aplicável.

1.3 Os serviços serão prestados nas Áreas Afetas à Exploração, mediante a cobrança de tarifa diretamente aos USUÁRIOS do serviço, na forma prevista na legislação aplicável, no Plano Municipal de Saneamento Básico constante do ANEXO III deste instrumento e nas demais disposições deste contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

2.1 Além das definições utilizadas no Regulamento dos Serviços, os termos a seguir arrolados terão, neste contrato, o significado a seguir exposto, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

- I. **SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:** são as atividades integradas que compreendem a totalidade das infraestruturas, instalações operacionais e serviços de captação, transporte, adução e tratamento de água bruta, transporte, adução, reservação, e distribuição de água tratada aos USUÁRIOS, nas Áreas Afetas À Exploração, obedecida a legislação em vigor;
- II. **SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:** são as atividades integradas que compreendem a totalidade das infra-estruturas, instalações operacionais e serviços de coleta, transporte e tratamento de esgoto sanitário, inclusive a sua disposição final no corpo receptor, nas Áreas Afetas À Exploração, obedecida a legislação em vigor;
- III. **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO:** é o plano elaborado em conformidade com o disposto nos arts. 9º, I; 11, I, II e § 1º e 19 da Lei 11.445/2007 e que, reproduzido no ANEXO III do presente instrumento, dele passa a fazer parte integrante para todos os fins de Direito;
- IV. **ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO:** são as áreas descritas no Plano Municipal de Saneamento Básico constante do ANEXO III deste instrumento, compreendidas dentro dos limites territoriais do MUNICÍPIO de - GO, a serem atendidas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário delegados por este contrato;
- V. **BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO:** são o conjunto de instalações, equipamentos e edificações instrumentalizados para a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, já existentes ou construídos, implantados ou adquiridos posteriormente à celebração do presente Contrato, no âmbito das Áreas Afetas À Exploração.
- VI. **SISTEMA EXISTENTE:** é o atual conjunto de bens, instalações, equipamentos e edificações destinados aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, objeto de delegação nos moldes deste contrato;
- VII. **SISTEMA:** é o sistema existente, consideradas suas futuras modificações, melhorias e ampliações;
- VIII. **TARIFA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:** é a contraprestação pecuniária devida pelos USUÁRIOS em virtude da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água;

- IX. TARIFA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:** é a contraprestação pecuniária devida pelos USUÁRIOS em virtude da prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário;
- X. TARIFA BÁSICA:** é o valor mínimo mensal a ser cobrado do USUÁRIO, baseado no custo mínimo fixo necessário para a amortização, operação e manutenção do sistema disponibilizado, cujas regras devem ser aprovadas pelo REGULADOR;
- XI. USUÁRIOS:** são as pessoas físicas ou jurídicas que se utilizam dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- XII. REGULAMENTO DOS SERVIÇOS:** é o conjunto de normas que regulam a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas afetas à exploração, contido no ANEXO I deste contrato, e em posteriores alterações definidas pelo REGULADOR;
- XIII. SERVIÇO ADICIONAL:** é todo e qualquer serviço não relacionado aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário ou aos serviços complementares, que poderá ser prestado pela SANEAGO ou por empresa a quem esta delegue, total ou parcialmente, a prestação dos serviços objeto deste contrato, na forma prevista neste instrumento, com a utilização dos bens afetos ou vinculados aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- XIV. SERVIÇO COMPLEMENTAR:** é o serviço auxiliar, complementar e/ou correlato aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo as atividades de corte do fornecimento de água, religação, expedição da segunda via de conta, entre outras;
- XV. RECEITA ADICIONAL:** é toda e qualquer receita decorrente da prestação de serviço adicional, não relacionado aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário ou aos serviços complementares, que venha a ser auferida pela SANEAGO ou por empresa a quem esta delegue, total ou parcialmente, a prestação dos serviços objeto deste contrato;
- XVI. RECEITA COMPLEMENTAR:** é a receita oriunda dos serviços complementares;
- XVII. RECEITA DA EXPLORAÇÃO:** é a receita oriunda da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, acrescida da receita complementar e da receita adicional;
- XVIII. REAJUSTE TARIFÁRIO:** é a alteração periódica do valor nominal da tarifa, segundo a fórmula paramétrica pré-definida neste contrato, com vistas a preservar seu valor econômico em face da inflação ou deflação geral dos preços na economia e da variação ordinária dos custos de produção;
- XIX. REVISÃO TARIFÁRIA:** é a alteração, ordinária ou extraordinária, do valor das tarifas, para mais ou para menos, com vistas à distribuição dos ganhos de produtividade com os USUÁRIOS, à reavaliação das condições de mercado e/ou à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em face de fatos imprevistos, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem esse equilíbrio, observadas as condições previstas neste contrato e nas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- XX. URBANIZAÇÃO INTEGRADA:** é uma ferramenta de intervenção intergovernamental para dotar o espaço urbano de condições adequadas de vida, mediante um conjunto de ações intersetoriais articuladas, de forma a integrar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário às ações de urbanização e melhoria das condições habitacionais, como pavimentação e drenagem de vias, melhoria e/ou construção de instalações hidro-sanitárias das residências, remoção

e relocação de famílias para o reordenamento urbano, com conseqüente construção de moradias, e educação sanitária e ambiental;

- XXI. **REGULADOR:** é a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos-AGR, nos termos do convênio de cooperação firmado entre esta entidade e o MUNICÍPIO, tendo por objeto a delegação, à AGR, das atividades de regulação e fiscalização dos serviços objeto do presente CONTRATO;
- XXII. **DELEGATÁRIA:** a empresa a quem a SANEAGO tenha delegado, total ou parcialmente, por meio de contrato de concessão, sub-concessão, parceria público-privada ou outra modalidade contratual admitida na legislação aplicável, a execução dos serviços objeto do presente contrato.

2.2 Integram este CONTRATO, para todos os efeitos jurídico-legais, os seguintes Anexos:

- I – **ANEXO I** - Regulamento dos Serviços para Prestação dos Serviços Públicos de Água e Esgotos Sanitários.
- II – **ANEXO II** – Tarifas e Estrutura Tarifária;
- III – **ANEXO III** – Plano Municipal de Saneamento Básico
- IV – **ANEXO IV** – Bens Afetos ao Serviço
- V – **ANEXO V** – Preços dos Serviços Complementares em Vigor

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS OBJETIVOS E METAS DESTES CONTRATO**

3.1 A SANEAGO deverá cumprir as metas de ampliação dos sistemas de abastecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários constantes do ANEXO III, que estabelece, dentro dos limites territoriais do MUNICÍPIO, os percentuais de população a ser atendida pelos serviços durante o prazo da vigência do contrato.

§1º As Metas e Prazos dos Serviços, constantes no ANEXO III, serão revisadas a cada 4 (quatro) anos, concomitantemente à revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro da delegação dos serviços.

§ 2º Anualmente, a SANEAGO deverá elaborar relatórios de desempenho, os quais serão submetidos ao REGULADOR, que providenciará sua divulgação, através dos meios disponíveis.

§ 3º A SANEAGO, durante o período de vigência do contrato, deverá zelar pela boa condição de saúde da população, observando a legislação e normas pertinentes.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO**

4.1 O prazo de vigência deste contrato é de 30 (trinta) anos, contados da data de sua assinatura, admitindo-se prorrogação, por igual período.

4.1.1 Transcorrido o prazo de vigência e não havendo manifestação das partes em sentido contrário, ficará automaticamente prorrogada a vigência do contrato, por igual período.

4.2 A SANEAGO e/ou a empresa a quem esta venha delegar, total ou parcialmente, os serviços objeto deste contrato continuarão prestando os serviços de água e esgoto, permanecendo válidas todas as cláusulas e condições deste contrato, até o efetivo pagamento, pelo MUNICÍPIO, das indenizações referidas neste instrumento, abrangendo, inclusive, os bens pré-existentes, tudo nos termos da legislação em vigor.

4.3 Sem prejuízo ao cumprimento dos compromissos assumidos neste Contrato, a SANEAGO e o MUNICÍPIO respeitarão o planejamento estadual para os serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários, nos termos do Convênio de Cooperação celebrado entre o MUNICÍPIO e o ESTADO DE GOIÁS.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS BENS QUE INTEGRAM O SISTEMA OBJETO DE EXPLORAÇÃO**

5.1 O sistema objeto de exploração na forma deste contrato será integrado pelos bens que lhe estão afetos, assim entendidos aqueles diretamente vinculados à adequada prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, tais como estações de tratamento de esgotos, estações de tratamento de água, interceptores, redes coletoras de esgotos e redes de distribuição de água.

§ 1º Os bens atualmente afetos à exploração do sistema encontram-se relacionados no ANEXO IV deste contrato.

§ 2º Integrarão também o sistema todos os bens que venham a ser, na vigência deste contrato, adquiridos, implantados ou construídos pela SANEAGO e/ou pela empresa a quem esta venha delegar, total ou parcialmente, os serviços objeto deste contrato, e destinados à execução adequada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas afetas à exploração.

§ 3º Não serão considerados como afetos à exploração do serviço os bens de propriedade da SANEAGO não empregados diretamente nas atividades materiais de prestação dos serviços objeto deste contrato, tais como aqueles vinculados a suas atividades de gestão administrativa, financeira, de recursos humanos e demais atividades não relacionadas imediatamente à produção.

§ 4º Os bens afetos à exploração deverão estar devidamente registrados na contabilidade da SANEAGO, de modo a permitir a sua fácil identificação, devendo ser encaminhado ao MUNICÍPIO, no prazo de dois meses a contar da aprovação do balanço da SANEAGO, relatório relativo aos bens ora mencionados.

§ 5º Sem prejuízo da obrigação da SANEAGO de realizar os investimentos previstos neste contrato e em seus Anexos, o MUNICÍPIO poderá viabilizar recursos para investimentos no sistema, sendo que, neste caso, será de sua competência a licitação, contratação e realização das obras, mediante a supervisão e acompanhamento da SANEAGO.

§ 6º Na hipótese prevista no parágrafo 3º, os bens oriundos desses investimentos não se incorporarão ao patrimônio da SANEAGO, sendo a ela transferidos apenas para a regular prestação dos serviços objeto deste contrato.

5.3 Os bens afetos à exploração do serviço reverterão ao patrimônio do MUNICÍPIO ao término do presente contrato, mediante o prévio pagamento das indenizações devidas, nos termos deste instrumento e da legislação de regência.

5.4 Os valores investidos pela SANEAGO e/ou pela DELEGATÁRIA, conforme o caso, em bens reversíveis constituirão créditos perante o MUNICÍPIO, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

§ 1º Não gerarão crédito perante o MUNICÍPIO os investimentos feitos sem ônus para a SANEAGO, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados por empresa de auditoria independente e certificados pelo REGULADOR.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos às SANEAGO e/ou a empresa a quem esta venha delegar, total ou parcialmente, os serviços objeto deste contrato, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

## CLÁUSULA SEXTA – DA EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA

6.1 Os bens afetos à exploração integrantes do sistema deverão ser reformados, substituídos, conservados, operados e mantidos em suas condições normais de uso, de tal maneira que, mesmo após a extinção do contrato, encontrem-se em seu estado normal de utilização, excetuado o desgaste normal proveniente de seu funcionamento.

§ 1º O MUNICÍPIO, ressalvadas as disposições legais em contrário, não responderá por passivos, ocultos ou não, insubsistência de ativos nem por eventuais vícios redibitórios em relação aos bens afetos à exploração.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não afasta a obrigatoriedade de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do(s) serviço(s), quando comprovada a sua repercussão no montante dos investimentos a serem realizados pela SANEAGO.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO

7.1 A SANEAGO deverá prestar os serviços objeto deste contrato de acordo com o nele disposto, visando ao adequado atendimento dos USUÁRIOS.

§1º Para os efeitos do que estabelece esta cláusula e sem prejuízo do disposto no Regulamento dos Serviços e Código de Defesa do Consumidor, serviço adequado é o que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas cobradas dos seus USUÁRIOS, nos termos deste contrato, da legislação, do Regulamento dos Serviços e das demais normas aplicáveis.

§ 2º Ainda para os fins previstos no parágrafo anterior, considera-se:

a) **regularidade:** a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas condições estabelecidas neste contrato, no Regulamento dos Serviços e em outras normas técnicas em vigor;

b) **continuidade:** a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de sua oferta à população das áreas afetas à exploração, nas condições estabelecidas neste contrato e no Regulamento dos Serviços, ressalvada a adoção de regime de racionamento decorrente de escassez dos recursos hídricos ou de sua inadequada qualidade;

c) **eficiência:** a execução dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no Regulamento dos Serviços e na legislação sanitária, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas da exploração, pelo menor custo possível;

d) **segurança:** a execução dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no Regulamento dos Serviços, que assegurem a segurança dos USUÁRIOS, da comunidade e do meio ambiente;

e) **atualidade:** modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos serviços públicos de abastecimento de água esgotamento sanitário na medida da necessidade dos USUÁRIOS das áreas afetas à exploração, visando a cumprir plenamente os objetivos e metas deste contrato;

f) **generalidade:** a oferta dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário a todos os tipos e categorias de USUÁRIOS estabelecidos nas áreas afetas à exploração, observadas as metas previstas de expansão previstas no ANEXO III;

g) **cortesia na prestação dos serviços:** civilidade e urbanidade no trato com os USUÁRIOS, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações;

h) **modicidade:** a justa correlação entre os encargos decorrentes da exploração dos serviços, a remuneração da SANEAGO e a contraprestação pecuniária paga pelos USUÁRIOS.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção pela SANEAGO e em situação de emergência, com risco de dano à segurança de pessoas e bens ou por razões de ordem técnica, bem como nas seguintes hipóteses:

I - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza no sistema;

II - negativa do USUÁRIO em permitir a instalação do dispositivo de medição de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

III - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da SANEAGO por parte do USUÁRIO;

IV - eventos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração;

V – declaração de regime de escassez, suspensão, restrição de uso ou racionamento de recursos hídricos, decorrentes de insuficiência de quantidade ou de qualidade dos mesmos, pela autoridade gestora dos recursos hídricos;

V - inadimplemento do USUÁRIO quanto ao pagamento da tarifa, mesmo após ter sido formalmente notificado para efetuar-lo, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 4º Se programada, a interrupção motivada por razões de ordem técnica deverá ser previamente comunicada aos USUÁRIOS, com antecedência compatível a ser fixada pelo REGULADOR, o que poderá ser feito por meios de comunicação de massa, tal como rádio ou televisão.

§ 5º Cabe à SANEAGO, em qualquer uma das hipóteses acima, adotar as providências cabíveis no sentido de reduzir a descontinuidade do serviço ao prazo estritamente necessário.

§ 6º A SANEAGO passará a prestar os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário assim que as instalações do USUÁRIO estiverem em conformidade com as normas estabelecidas pelas autoridades competentes, desde que já disponha de infraestrutura local adequada.

§ 7º A SANEAGO poderá recusar a execução dos serviços ou interrompê-los sempre que considerar a instalação, ou parte dela, insegura, inadequada ou inapropriada para receber os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ou apta a gerar potencial interferência na continuidade, segurança ou qualidade dos serviços.

§ 8º O USUÁRIO deverá manter as instalações de sua unidade nas condições de utilização estabelecidas pelas autoridades competentes.

§ 9º A SANEAGO não poderá condicionar a ligação ou religação da unidade do USUÁRIO ao pagamento de valores não previstos neste contrato ou no Regulamento dos Serviços, ou, ainda, interromper, por decisão própria, a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ressalvadas as hipóteses previstas neste contrato e/ou nas normas regulamentares a serem expedidas pelo REGULADOR.

§ 10º A SANEAGO poderá exigir que o USUÁRIO realize pré-tratamento de seus efluentes de esgoto sempre que apresentem poluentes incompatíveis com o sistema de esgotamento sanitário, segundo as normas pertinentes.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS**

8.1 A SANEAGO se obriga a observar, na prestação dos serviços, os parâmetros, critérios e indicadores de qualidade estabelecidos pelo REGULADOR, particularmente aqueles previstos no Regulamento constante do ANEXO I deste instrumento, bem como aqueles estabelecidos na Resolução CG n. 212/2003, do Conselho de Gestão da AGR – Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e nas demais normas de regulação que vierem a ser expedidas acerca desta matéria.

8.2 A alteração, pelo REGULADOR, dos parâmetros, critérios e indicadores de qualidade vigentes na data da assinatura do presente contrato que repercuta sobre a equação econômico-financeira do contrato ensejará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

## **CLÁUSULA NONA – DO SISTEMA TARIFÁRIO**

9.1 As tarifas iniciais para remuneração dos serviços são aquelas definidas pelo REGULADOR especificadas no ANEXO II do presente contrato.

9.2. A composição tarifária deverá contemplar, durante toda a vigência do presente contrato, todas as variáveis necessárias a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços:

I - as despesas de operação e manutenção, despesas comerciais, despesas administrativas e financeiras em regime de eficiência;

II - as despesas fiscais e todos os tributos incidentes sobre a atividade, inclusive sobre os lucros;

III - os desembolsos presentes e futuros com investimentos e imobilizações em infraestrutura, equipamentos, instalações, materiais e direitos vinculados à prestação do serviço, observado o estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico, de acordo com as metas nele estabelecidas;

IV - as depreciações periódicas e acumuladas;

V - a formação da reserva de capital de giro;

VI - as movimentações financeiras com capitais de terceiros, de acordo com as condições estabelecidas nas normas e, no caso de serviços delegados a terceiros, na proposta apresentada pela DELEGATÁRIA na licitação de que resultar sua contratação;

VII - a arrecadação de receitas tarifárias, incluindo multas e encargos por inadimplência, recebidas dos USUÁRIOS, descontando as parcelas a serem repassadas à entidade reguladora e fiscalizadora;

VIII - as receitas financeiras relativas a aplicações de disponibilidades de caixa e outras aplicações vinculadas ou compulsórias;

IX - taxa de retorno adequada e compatível com a atividade, com a estrutura de financiamento da SANEAGO e com as condições de endividamento disponíveis no mercado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE E DA REVISÃO DA TARIFA.**

10.1 Os valores das tarifas serão reajustados anualmente, nos termos da legislação federal aplicável, observada a seguinte fórmula paramétrica:  $IRT = 0,46 \times (IPCA1/IPCA0) + 0,18 \times (ANEEL1/ANEEL0) + 0,34 \times (IGP-M1/IGP-M0) + 0,01 \times (IGPDI1/IGP-DI0) + 0,01 \times (ANATEL1/ANATEL0)$

Onde:

- IRT é o índice de reajuste a ser aplicado anualmente aos valores originários das tarifas
- IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- ANEEL é o índice do mais recente reajuste de preços homologado pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – para os serviços de fornecimento de energia elétrica no Estado de Goiás;
- IGP-M é o Índice Geral de Preços de Mercado, apurado pela Fundação Getúlio Vargas;
- IGP-DI é o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, apurado pela Fundação Getúlio Vargas;
- ANATEL é o índice do mais recente reajuste homologado pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações – para a prestação de serviços de telefonia fixa no Estado de Goiás;
- Índice1 é o índice divulgado no segundo mês anterior ao da aplicação do reajuste;
- Índice0 é o índice divulgado no segundo mês anterior ao da data-base do reajuste, assim considerado o primeiro dia do mês de referência da fixação inicial do valor das tarifas ou o primeiro dia do mês de referência da revisão tarifária mais recente.

§ 1º O reajuste da tarifa observará o seguinte procedimento:

I – a SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA encaminhará(ão) ao REGULADOR, no segundo mês anterior o mês de aplicação do reajuste, memória de cálculo do Índice de Reajuste Tarifário a ser aplicado às tarifas em vigor;

II – o REGULADOR terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para manifestar eventual oposição, devidamente fundamentada, ao cálculo do reajuste;

III – não havendo manifestação de oposição no prazo acima estipulado, considerar-se-á aprovado o reajuste, hipótese em que a SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA deverá(ão) divulgá-lo, por meio de publicação na imprensa oficial e em jornal de grande circulação, sem prejuízo da adoção de outros meios de publicidade, com trinta dias de antecedência em relação à cobrança nas faturas dos usuários;

IV – na hipótese de oposição, por parte do REGULADOR, quanto à proposta de reajuste apresentada pela SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA, observar-se-á o seguinte procedimento:

a) o REGULADOR deverá manifestar sua oposição à SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA, no prazo anteriormente estipulado, em ato devidamente fundamentado, que deverá indicar igualmente o(s) valor(es) de reajuste considerado devido(s) pelo REGULADOR;

b) o(s) valor(es) indicado(s) pelo REGULADOR nos termos da alínea anterior serão imediatamente aplicados a título de reajuste, até decisão definitiva a respeito do assunto, observado, no que couber, o disposto no parágrafo anterior;

c) a SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA terá(ão) 15 (quinze) dias para apresentar defesa quanto ao ato de oposição à sua proposta de reajuste;

d) o processo administrativo de discussão do reajuste será regido pelos princípios e normas aplicáveis aos processos administrativos restritivos de direitos, assegurando-se à SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA a ampla defesa e o contraditório;

e) o processo será decidido no prazo máximo de 60 (sessenta) dias pelo órgão deliberativo máximo do REGULADOR, ressalvado o direito da SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA à discussão judicial desta decisão;

f) na hipótese de acolhimento da defesa da SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA e aceitação do reajuste por ela proposto, os valores das diferenças devidas à SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA a título do reajuste incidente sobre as faturas anteriores à decisão de acolhimento de sua defesa serão cobrados na primeira fatura subsequente àquela decisão.

§ 2º - Não haverá reajuste tarifário nos anos em que for realizada revisão ordinária das tarifas, nos termos dispostos neste instrumento, devendo a revisão tarifária, todavia, levar em consideração as perdas inflacionárias, tal como apuradas segundo a fórmula paramétrica prevista no *caput* desta Cláusula.

10.2 Sem prejuízo do reajuste anual, as tarifas serão objeto de revisão ordinária a cada quatro anos, em atenção ao disposto nos arts. 19, § 4º, da Lei Federal n. 11.445/2007, observado o seguinte procedimento:

I - a SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA encaminhará(ão) ao REGULADOR, no mês de aniversário do quadriênio da última revisão tarifária ordinária, sua proposta de revisão tarifária, devidamente motivada e acompanhada dos documentos e dados técnicos necessários à demonstração de sua adequação;

II – o REGULADOR fará publicar, na imprensa oficial e em jornal de grande circulação, sem prejuízo de outros meios de publicidade, extrato da proposta de revisão tarifária apresentada pela SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA;

III – o MUNICÍPIO terá prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar acerca da proposta, facultando-se, no mesmo prazo, a apresentação de manifestações dos usuários do serviço;

IV – as manifestações mencionadas no inciso anterior não terão caráter vinculante;

V – o REGULADOR decidirá sobre a proposta de revisão tarifária no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua apresentação pela SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA;

VI – na hipótese de rejeição da proposta de revisão tarifária apresentada pela SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA, aplicar-se-á o disposto no inciso V do § 1º da sub-cláusula 10.1 supra.

10.3 As tarifas serão igualmente objeto de revisão extraordinária, quando se verificar a ocorrência de fatos imprevistos, fora do controle da SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

**Parágrafo único.** A revisão tarifária extraordinária observará o mesmo procedimento estabelecido para a revisão tarifária ordinária.

10.4. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, quando comprovado seu impacto, implicará a imediata revisão da tarifa, com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS FONTES DE RECEITA**

11.1 A SANEAGO terá direito a receber, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário objeto do presente contrato, as tarifas mencionadas neste contrato e seus Anexos.

§ 1º A SANEAGO poderá auferir receitas decorrentes de fontes alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados de acordo com as Leis 8.987/95, 11.107/05 e 11.445/07, inclusive para fins de prévia amortização e remuneração seja dos bens pré-existentes e/ou dos demais investimentos realizados.

§ 2º Os valores das receitas decorrentes da prestação dos serviços complementares pela SANEAGO serão reajustados segundo a fórmula de reajuste estabelecida na cláusula anterior.

§3º As receitas adicionais, que são as decorrentes de qualquer outra fonte de receita não prevista no presente Contrato e desde que decorrentes de serviços adicionais não relacionados às atividades exercida pela SANEAGO nas áreas afetas à exploração, com a utilização dos bens afetos à exploração, poderão ser auferidas diretamente pela SANEAGO, desde que não acarrete prejuízo à normal prestação dos serviços públicos de abastecimento de água.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

12.1 – As partes farão jus ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre que sua equação econômico-financeira originária alterada, nos termos da legislação de regência.

12.2 – Para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato serão admitidas todas e quaisquer medidas permitidas pelo ordenamento jurídico vigente, tais como, exemplificativamente:

I – revisão de tarifas;

II – revisão de prazos contratuais;

III – revisão das metas de expansão e universalização dos serviços, inclusive mediante postergação ou diferimento de investimentos a cargo da SANEAGO e/ou da DELEGATÁRIA;

IV – revisão dos encargos e obrigações da SANEAGO e/ou da DELEGATÁRIA;

V – outorga de direitos ou vantagens patrimoniais à SANEAGO e/ou à DELEGATÁRIA, tais como,

exemplificativamente, a cessão de créditos não tributários, a outorga de direitos em face da Administração Pública e a outorga de direitos sobre bens públicos dominicais do MUNICÍPIO.

13.2 – Ressalvada a competência do REGULADOR para decidir sobre revisões tarifárias, a decisão acerca da adoção de medidas necessárias à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será de competência do Município, observado o disposto no art. 58, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n. 8.666/93.

13.3 – Na hipótese de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante adoção de medida de competência do MUNICÍPIO, observar-se-á o seguinte procedimento;

I – a parte que entender caracterizada a ruptura do equilíbrio econômico-financeiro do contrato apresentará à parte contrária pleito fundamentado, expondo as causas pelas quais entende rompido o equilíbrio contratual, demonstrando as conseqüências das aludidas causas sobre a economia do contrato e apresentando os elementos de prova pertinentes;

II – a parte contrária deverá apreciar o pleito em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, ressalvado acordo entre as partes para a prorrogação deste prazo;

III – não havendo acordo entre as partes quanto à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, fica assegurada à parte autora do pleito a solução da controvérsia por meio de arbitragem, nos termos previstos neste instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SISTEMA DE COBRANÇA**

13.1 As tarifas e receitas complementares serão cobradas aos USUÁRIOS que se encontrem dentro das áreas afetas à exploração.

§ 1º A SANEAGO efetuará as medições dos consumos de água ou, para os casos de nãohidrometração, estimará os consumos e emitirá, com base em medições ou estimativas, a cobrança dos valores devidos aos respectivos USUÁRIOS, nos termos dos parâmetros estabelecidos no Regulamento dos Serviços.

§ 2º Serão também lançados nas contas de consumo dos USUÁRIOS, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e serviços complementares executados.

§ 3º A SANEAGO na forma da legislação aplicável, poderá incluir na conta dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e serviços complementares valores relacionados a outros serviços públicos prestados por terceiros aos seus USUÁRIOS, desde que com sua anuência.

13.2 Na hipótese de atraso de pagamento pelos USUÁRIOS, a SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA

fará(ão) jus ao recebimento dos seguintes encargos moratórios:

I - correção monetária do valor em atraso, a ser calculada *pro rata die* segundo a variação do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) verificada no período compreendido entre a data do vencimento da obrigação e a data de seu efetivo pagamento;

II - juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* entre a data do vencimento da obrigação e a data de seu efetivo pagamento;

III - multa moratória de 2% (dois por cento), incidente sobre o valor total da obrigação, monetariamente corrigido nos termos do inciso I desta sub-cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

141 As atividades de fiscalização deste contrato serão exercidas pelo REGULADOR, em nome do MUNICÍPIO, nos termos de convênio específico.

§ 1º A fiscalização a ser exercida pelo REGULADOR abrangerá o acompanhamento das ações da SANEAGO nas áreas técnica, operacional, de atendimento, econômica, contábil, financeira e tarifária.

§2º Caso o MUNICÍPIO, no exercício de atribuições decorrentes do CONVÊNIO supra citado, identifique inconformidades na prestação dos serviços, comunicará as mesmas ao REGULADOR e à SANEAGO, para a adoção das medidas administrativas e outras cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO**

15.1 A taxa de fiscalização a ser mensalmente recolhida pela SANEAGO será destinada ao REGULADOR, com vistas a realizar fiscalização eficiente e adequada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme disposto na Lei Estadual 14.939/2004.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COBERTURA DOS RISCOS**

16.1 A SANEAGO deverá manter, durante a vigência deste contrato, a efetiva política de cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades relacionadas à exploração dos serviços objeto do contrato, nos termos e condições aprovadas pelo REGULADOR e MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 Sem prejuízo do disposto em outras cláusulas deste instrumento, o descumprimento, pela SANEAGO, de obrigações previstas neste instrumento ou na regulamentação de regência sujeitá-la á às sanções previstas na Resolução n. 231/2005 – CG, do Conselho de Gestão da AGR – Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, que, reproduzida no ANEXO VI do presente instrumento, passa a fazer parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito.

17.2 A alteração, pelo REGULADOR, da Resolução mencionada na sub-cláusula anterior que repercute sobre a equação econômico-financeira do contrato ensejará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

17.3 Ressalvado o disposto em contrário neste contrato, a aplicação de penalidades será de competência do REGULADOR, observado o procedimento estipulado no ANEXO VI do presente instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INTERVENÇÃO**

18.1 Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, o MUNICÍPIO poderá intervir na execução dos serviços, mediante a suspensão do presente instrumento, com base nas recomendações formuladas pelo REGULADOR, quando tal medida se revelar imprescindível para remediar ação ou omissão da SANEAGO que comprometa gravemente a regularidade ou a qualidade da prestação dos serviços objeto deste contrato, ou caracterize o grave descumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais, devendo a intervenção se limitar às medidas objetivamente indispensáveis para assegurar a continuidade e adequação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

§ 1º A intervenção será determinada por Decreto do MUNICÍPIO, que designará o Interventor, o prazo da intervenção, os motivos, os objetivos e limites da medida, devendo ser instaurado, dentro dos trinta dias seguintes ao ato de intervenção, o correspondente procedimento administrativo para apurar as causas determinantes da medida e as responsabilidades incidentes, assegurando-se à SANEAGO e/ou à DELEGATÁRIA amplo direito de defesa.

§ 2º Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à SAENAGO e/ou à DELEGATÁRIA, sem prejuízo de seu direito à indenização.

§ 3º O procedimento administrativo a que se refere o caput deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção, devolvendo-se à SANEAGO e/ou à DELEGATÁRIA a administração dos serviços, sem prejuízo de seu direito à indenização.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

19.1 O presente contrato será extinto nas seguintes hipóteses:

- I - advento do termo final do contrato, ressalvadas as hipóteses de prorrogação previstas neste instrumento;
- II – declaração de caducidade, em caso de comprovado inadimplemento das obrigações previstas neste contrato;
- III – encampação dos serviços pelo MUNICÍPIO;
- IV – decisão judicial;
- V – falência, extinção, exclusão da SANEAGO do quadro da Administração Indireta do Estado de Goiás ou impossibilidade de prestação dos serviços pela SANEAGO;
- VI - consenso entre as partes, formalizado por termo de rescisão amigável;
- VII – ocorrência de qualquer das condições resolutivas previstas na sub-cláusula 23.1 deste instrumento.

19.2 Ressalvadas as hipóteses previstas no inciso V da sub-cláusula anterior, nas demais hipóteses de extinção do presente contrato a SANEAGO continuará prestando os serviços de água e esgotamento sanitário nas mesmas condições ora estipuladas, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro ajustado, até o efetivo pagamento, pelo MUNICÍPIO das indenizações devidas, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável.

19.3 A declaração de caducidade do contrato, antes do advento do termo final, só se dará em caso de comprovado inadimplemento das obrigações nele previstas, mediante a formalização de processo de rescisão, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O processo administrativo de declaração de caducidade não será instaurado até que tenha sido dado inteiro conhecimento à SANEAGO, em detalhes, das infrações incorridas, bem

como tempo suficiente para providenciar as correções de acordo com os termos de processo de fiscalização do REGULADOR.

§ 2º O processo administrativo de declaração de caducidade será instaurado pelo REGULADOR, a quem competirá sua instrução e emissão de parecer final.

§ 3º Caso o parecer final do REGULADOR opine no sentido de improcedência da declaração de caducidade, o processo administrativo será arquivado.

§ 4º. Caso o parecer final do REGULADOR opine no sentido da procedência da declaração de caducidade, o processo administrativo será encaminhado ao Município, para deliberação a respeito, hipótese em que a manifestação do REGULADOR não terá efeito vinculante.

19.4 O ato de encampação deverá ser precedido de autorização legislativa específica da Câmara Municipal e baseado em estudos técnicos que demonstrem ser esta a melhor alternativa para a satisfação do interesse público, considerada a necessidade de pagamento prévio de indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados pela SANEAGO para garantir a continuidade e a atualidade do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

19.5 Mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, poderá a SANEAGO promover

a rescisão deste contrato, no caso de descumprimento, pelo MUNICÍPIO, das normas aqui estabelecidas.

19.6 Na hipótese de falência, extinção, exclusão da SANEAGO da estrutura orgânica da Administração Indireta do Estado de Goiás ou impossibilidade da prestação de serviços pela SANEAGO,, o MUNICÍPIO envidará os maiores esforços no sentido de que parte ou a totalidade dos empregados da SANEAGO que participem diretamente da operação de exploração sejam transferidos para o sucessor, preferencialmente sem qualquer ônus futuro para a SANEAGO.

19.7 Este contrato continuará vigente, pelo prazo e condições nele estipulados, mesmo quando extinto o convênio de cooperação que autorizou a gestão associada de serviços públicos, conforme estabelecido no art. 13, § 4º, da Lei Federal 11.107/2005.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA. DAS INDENIZAÇÕES.**

20.1 Extinto o presente contrato, por qualquer motivo, reverterão ao patrimônio do Município os bens definidos como reversíveis nos termos da Cláusula Quinta deste instrumento, bem como quaisquer outros direitos e privilégios que tenham sido transferidos à SANEAGO para a prestação dos serviços, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações necessários à determinação do montante da indenização prévia devida à SANEAGO e/ou à DELEGATÁRIA, observados os valores e as datas de sua incorporação aos sistemas de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário.

§ 1º A reversão se dará sempre mediante o prévio pagamento, pelo MUNICÍPIO, de indenização quanto aos investimentos efetuados pela SANEAGO e/ou DELEGATÁRIA para a aquisição, construção ou implantação de bens reversíveis ainda não amortizados no momento da extinção do contrato.

§ 2º Os bens reversíveis serão identificados mediante vistoria conjunta, a ser realizada por um representante de cada uma das partes, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da extinção do contrato.

§ 3º O valor da indenização correspondente aos bens reversíveis identificados na forma da subcláusula anterior será definido mediante reavaliação do seu valor patrimonial, nos termos da legislação tributária e societária aplicável.

§ 4º A reavaliação será feita por empresa de auditoria independente ou banco de investimentos de primeira linha contratado para tal fim pela SANEAGO, obrigando-se a

SANEAGO a encaminhar ao MUNICÍPIO, em até 60 (sessenta) dias a contar da data de extinção do contrato, o laudo de avaliação.

§ 5º O Município terá o prazo de 30 (trinta) dias para examinar o laudo e apresentar eventuais objeções, devidamente fundamentadas. Não havendo manifestação de objeção, considerar-se-á aprovado o laudo de avaliação, hipótese em que o MUNICÍPIO deverá efetuar o pagamento da indenização correspondente nos (trinta) dias subseqüentes ao término do prazo anteriormente mencionado, sob pena de incidência de correção monetária, segundo o IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) da Fundação Getúlio Vargas e juros moratórios de 1% (um por cento ao mês) sobre o débito monetariamente corrigido, sendo tanto a correção monetária quanto os juros calculados *pro rata die* entre o vencimento da obrigação e seu efetivo pagamento.

§ 6º A DELEGATÁRIA terá o prazo de 30 (trinta) dias para se manifestar sobre as objeções eventualmente apresentadas pelo Município acerca do laudo de avaliação.

§ 7º Se ao término do prazo previsto no parágrafo anterior as partes não chegarem a consenso quanto ao valor da indenização devida pelos bens reversíveis, a controvérsia deverá ser resolvida pelo Poder Judiciário.

20.2 A extinção do presente contrato antes do advento do seu termo, salvo na hipótese de caducidade, obrigará o MUNICÍPIO a pagar à SANEAGO e/ou à DELEGATÁRIA indenização integral pelas perdas e danos daí advindos, compreendendo tanto os danos emergentes quanto os lucros cessantes.

§ 1º O valor da indenização prevista nesta sub-cláusula será apurado segundo o mesmo procedimento previsto na sub-cláusula anterior, ressalvadas as seguintes regras especiais:

I – o prazo para a apuração inicial do valor pela empresa de auditoria independente ou banco de investimentos de primeira linha contratado pela SANEAGO e/ou pela DELEGATÁRIA será de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período;

II – o prazo para manifestação do Município acerca do laudo de apuração das perdas e danos será de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 2º Na hipótese prevista nesta sub-cláusula, o MUNICÍPIO assumirá os contratos de financiamento contraídos pela SANEAGO e/ou pela DELEGATÁRIA para a realização dos investimentos decorrentes do presente contrato, desonerando integralmente a SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA dos compromissos respectivos.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento do disposto no parágrafo anterior, em virtude de recusa do ente financiador ou qualquer outro motivo, a indenização a ser paga à SANEAGO e/ou à DELEGATÁRIA contemplará os valores necessários para a quitação integral e imediata de todos os financiamentos em curso.

20.3 – Na hipótese de advento do termo contratual sem a completa amortização e remuneração dos investimentos efetuados pela SANEAGO e/ou pela DELEGATÁRIA, em virtude de ruptura da equação econômico-financeira do contrato não remedida integralmente até o advento do termo final de vigência do contrato, o MUNICÍPIO se obriga a indenizar integralmente a SANEAGO e/ou a DELEGATÁRIA, previamente à retomada dos serviços e à reversão dos bens reversíveis, nos termos e segundo os critérios e procedimentos previstos na sub-cláusula 20.2 supra.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto nesta sub-cláusula, as partes poderão pactuar formas alternativas de compensação da ruptura da equação econômico-financeira do contrato, inclusive a prorrogação do prazo contratual pelo tempo necessário ao restabelecimento de seu equilíbrio econômico-financeiro.

20.4– Ressalvadas as hipóteses dos incisos II, IV e V da sub-cláusula 19.1, a SANEAGO e/ou DELEGATÁRIA continuará prestando os serviços de água e esgotamento sanitário nas mesmas condições deste Contrato, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro ajustado, até

o efetivo pagamento, pelo MUNICÍPIO, das indenizações devidas à SANEAGO e/ou DELEGATÁRIA nos termos deste instrumento e da legislação aplicável.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO AMBIENTAL E DOS RECURSOS HÍDRICOS**

21.1 A SANEAGO, no curso do período da vigência deste contrato, poderá adotar programas e implementar medidas preventivas e/ou corretivas do meio ambiente e dos recursos hídricos, inclusive graduais e por intermédio de novas obras e serviços não previstos originariamente, observado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§1º A SANEAGO deverá se submeter a todas as medidas lícitas adotadas pelas autoridades com poderes de fiscalização de meio ambiente e dos recursos hídricos, no âmbito das respectivas competências, observando sempre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e suas cláusulas e condições.

§2º O REGULADOR envidará seus maiores esforços para que normas e obrigações ambientais e de recursos hídricos impostas e que requeiram ações e investimentos não previstos neste contrato sejam adotadas gradualmente, observando a capacidade de pagamento dos USUÁRIOS dos serviços de saneamento e o equilíbrio econômico e financeiro da sua prestação.

§3º Sempre que solicitado pela SANEAGO, o MUNICÍPIO disponibilizará, em seu aterro sanitário, o depósito final dos resíduos do saneamento praticado na área de cobertura deste contrato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS LICENÇAS AMBIENTAIS**

22.1 A SANEAGO é responsável pela obtenção das licenças ambientais e outorgas de uso dos recursos hídricos necessárias à execução das obras destinadas ao cumprimento das metas e objetivos deste contrato, observado o seguinte:

I - A SANEAGO, desde que cumpridas suas obrigações previstas nas normas ambientais e de recursos hídricos pertinentes, poderá opor ao MUNICÍPIO ou ao REGULADOR, como exceção ou justificativa do descumprimento de metas e objetivos previstos neste contrato, a mora dos órgãos públicos que gere a não obtenção tempestiva das licenças ambientais e das outorgas de uso dos recursos hídricos de que trata esta Cláusula;

II - o REGULADOR e o MUNICÍPIO deverão, no caso *supra*, deferir prorrogação de prazos para a realização de metas e objetivos previstos neste contrato, sem prejuízo do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

22.2 A SANEAGO deverá adaptar o seu cronograma de investimentos, nas áreas afetas à exploração, aos termos de deliberação lícita da autoridade ambiental ou de recursos hídricos, que venha oportunamente a tratar das metas e parâmetros previstos neste contrato e atinja ditos investimentos, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CONTRATOS DA SANEAGO COM TERCEIROS**

23.1 Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste contrato, a SANEAGO poderá, mediante licitação, delegar a terceiros, total ou parcialmente, a prestação dos serviços de abastecimento de água.

23.2 Para garantia de viabilização dos investimentos correspondentes, a SANEAGO se obriga a instaurar procedimento licitatório para delegação dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 1º - A licitação deverá ser instaurada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do presente instrumento.

§ 2º - A SANEAGO deverá submeter à aprovação do MUNICÍPIO as minutas do Edital e de todos os seus anexos, antes de sua publicação, como condição de validade dos respectivos instrumentos.

§ 3º - O MUNICÍPIO terá a prerrogativa de indicar um de seus agentes para compor a Comissão Especial de Licitação que será constituída para a condução do procedimento licitatório.

§ 4º - A licitação deverá ser concluída no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação do Edital.

§ 5º - A homologação do procedimento licitatório será submetida à ratificação do MUNICÍPIO, como condição de validade da adjudicação do objeto licitado e da assinatura do contrato.

§ 6º - A SANEAGO deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da ratificação da homologação do procedimento licitatório pelo MUNICÍPIO, expedir a convocação para o vencedor da licitação assinar o contrato.

§ 7º - O prazo para assinatura do contrato será de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento da notificação pelo interessado, observado o disposto no art. 64, § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

§ 8º - Os prazos previstos nesta sub-cláusula poderão ser objeto de prorrogação, mediante aditamento ao presente contrato.

§ 9º - A falta de consumação das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores importará na extinção de pleno direito do presente contrato.

23.2 A SANEAGO poderá igualmente contratar com terceiros, sem prejuízo das responsabilidades e riscos oriundos do presente contrato, o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como a implantação de projetos associados.

§ 1º A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas regulamentares inerentes à prestação dos serviços objeto deste contrato.

§ 2º Incluem-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com o previsto nas Leis Federais 8.987/1995 e 11.079/2004.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FINANCIAMENTO**

24.1 Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a SANEAGO será a responsável pela obtenção dos recursos financeiros necessários à execução das obras e dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

§1º Sem prejuízo da obrigação da SANEAGO de realizar os investimentos previstos neste contrato e em seus Anexos, O ESTADO e o MUNICÍPIO poderão responsabilizar-se pela obtenção dos recursos financeiros necessários à execução das obras e investimentos voltados à melhoria e expansão dos serviços.

§ 2º Na hipótese descrita no parágrafo primeiro desta cláusula, o REGULADOR deverá considerar os valores investidos e as condições de repasse dos ativos deles resultantes nas contas da SANEAGO, visando a modicidade tarifária, quando for o caso, e ao adequado cálculo dos valores as tarifas e registros dos bens afetos à exploração.

§ 3º A SANEAGO, nos contratos de financiamento, poderá oferecer em garantia, os direitos emergentes deste Contrato, observando os limites a serem definidos, em conjunto, pela SANEAGO, através de seu Conselho de Administração, e pelo MUNICÍPIO.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS OBRAS**

25.1 Para execução das obras necessárias à prestação dos serviços objeto deste contrato, a SANEAGO deverá obter todas as licenças que se fizerem necessárias, bem assim utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção, quanto nas fases de operação e manutenção.

§ 1º A SANEAGO, por delegação do MUNICÍPIO, ficará responsável pelo desenvolvimento e execução dos projetos básicos e executivos pertinentes à execução das obras sob sua responsabilidade.

§ 2º A SANEAGO deverá disponibilizar ao REGULADOR, sempre que solicitada, toda a documentação relacionada às obras, inclusive os projetos básico e executivo.

§ 3º Consideram-se obras necessárias, para os efeitos desta cláusula, a implantação e a manutenção da infra-estrutura de captação, transporte, adução e tratamento de água, coleta, transporte e tratamento de esgoto sanitário, inclusive sua destinação final, excluídas as obras de urbanização das áreas a serem atendidas pelos serviços objeto do presente contrato.

25.2 A execução das obras de urbanização nas áreas a serem atendidas pelos serviços objeto deste contrato constitui obrigação exclusiva do MUNICÍPIO.

25.3 A SANEAGO não poderá ser compelida a executar, nem punida por não realizar, obras de implantação para a prestação dos serviços objeto do presente contrato sem a concomitante execução, pelo MUNICÍPIO, das obras de urbanização das respectivas áreas.

25.4 A omissão ou atraso do MUNICÍPIO quanto à execução das obras de urbanização mencionadas nesta cláusula ensejará a revisão do presente contrato, com vistas à adequação de suas metas, prazos e cronogramas, sem prejuízo do restabelecimento de seu equilíbrio econômico-financeiro.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS EXPROPRIAÇÕES E SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS**

26.1 Cabe à SANEAGO, como entidade delegada do MUNICÍPIO, promover desapropriações, instituir servidões administrativas, propor limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à exploração dos serviços objeto deste contrato.

§ 1º Os ônus decorrentes das desapropriações ou imposição de servidões administrativas, seja por acordo, seja pela propositura de ações judiciais, sempre correrão à conta da SANEAGO.

§ 2º O disposto no parágrafo acima aplica-se também à autorização para ocupação provisória de bens imóveis, bem assim para o estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral, para o uso de bens imóveis necessários à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

26.2 Compete à SANEAGO indicar de forma justificada, com 60 (sessenta) dias de antecedência, ao REGULADOR e ao MUNICÍPIO, as áreas a desapropriar ou gravar com servidões administrativas, bem como os bens imóveis necessários à execução e conservação dos serviços e obras vinculadas à exploração, para que sejam promovidas as respectivas declarações de utilidade pública.

26.3 A SANEAGO dará conhecimento ao REGULADOR, anualmente, dentro dos 90 (noventa) primeiros dias de cada ano civil, sobre o andamento dos processos administrativos ou judiciais relativos à desapropriação, informando também os valores relativos da indenização paga aos expropriados, seja em virtude de acordo ou em virtude de decisão judicial, no ano imediatamente anterior.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO**

27.1 – A gestão econômica e financeira da prestadora será transparente, possibilitando a apuração de quanto foi arrecadado e investido em cada um dos serviços no território municipal, de forma segregada dos serviços prestados nos territórios de outros municípios.

27.2 – A SANEAGO elaborará relatório anual sobre a qualidade da prestação dos serviços, baseado nos indicadores aplicáveis, que será disponibilizado em seu *site* na internet.

27.3 – O registro dos bens afetados, custos e receitas dos serviços prestados no território municipal permanecerá disponível para consulta pelo REGULADOR e pelo MUNICÍPIO.

27.4 – A prestadora encaminhará ao REGULADOR relatórios anuais de desempenho econômico financeiro

e gerencial e do ativo imobilizado, de maneira a permitir uma adequada avaliação e fiscalização da evolução do objeto contratual, e garantir seu equilíbrio econômico-financeiro.

27.5 – Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo REGULADOR.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA SANEAGO:**

28.1 – São obrigações da SANEAGO, sem prejuízo daquelas já previstas na legislação aplicável e

nas demais cláusulas deste contrato:

I. propor diretrizes, analisar e aprovar projetos, bem como fiscalizar a implantação das obras de expansão de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário oriundos de parcelamento de solo, loteamentos e empreendimentos imobiliários, de qualquer natureza, de responsabilidade de empreendedores;

II. encaminhar ao REGULADOR relatórios anuais de desempenho econômico-financeiro e gerencial e do ativo imobilizado, de maneira a permitir uma adequada avaliação e fiscalização da evolução do objeto contratual, e garantir seu equilíbrio econômico-financeiro;

III. disponibilizar, para consulta e fiscalização do REGULADOR, a documentação técnica relacionada aos serviços prestados;

IV. manter disponíveis para consulta do MUNICÍPIO e do REGULADOR, registros dos custos e receitas dos serviços prestados no território municipal, segregados das demais demonstrações da prestadora;

V. manter registro de todos os bens afetados à prestação dos serviços no território municipal, de modo a permitir posterior avaliação e indenização;

VI. indicar, motivadamente, ao MUNICÍPIO, com 60 (sessenta) dias de antecedência, as áreas e/ou os bens imóveis que deverão ser declarados de utilidade pública para fins de desapropriação do domínio ou de faixa de servidão administrativa, para atender à execução e conservação dos serviços e obras objeto deste contrato;

VII. promover desapropriações por necessidade ou utilidade pública e estabelecer servidões de bens ou direitos necessários às obras de construção e expansão dos serviços, arcando com as indenizações devidas aos proprietários ou possuidores;

VIII. promover a publicação anual, em seu *sítio* na internet, das demonstrações financeiras relativas à prestação dos serviços objeto deste contrato, segregadas das demais demonstrações da prestadora, para fins de prestação de contas.

28.2 – São direitos da SANEAGO:

I. praticar tarifas e preços conforme previsto no contrato;

II. cobrar dos usuários todos os débitos vencidos e não pagos, com os respectivos encargos moratórios, incluindo-os em contas subsequentes de consumo mensal ou emitindo extratos de

cobrança ou documentos de arrecadação para pagamento imediato, acrescidos dos encargos moratórios cabíveis, bem como inserindo o nome do usuário em cadastros de inadimplentes ou de restrição ao crédito;

III. auferir receitas decorrentes de fontes alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, na forma do art. 11 da Lei Federal 8.987/95;

IV. receber do MUNICÍPIO, mediante cessão a título gratuito, o uso de bens imóveis de propriedade do mesmo, para instalações operacionais, bem como servidões administrativas e de passagem referentes à prestação dos serviços, sem qualquer ônus e pelo prazo em que vigorar este contrato;

V. utilizar sem ônus vias públicas, estradas, caminhos e terrenos de domínio municipal;

VI. examinar e apreciar os projetos relativos a abastecimento de água e ao esgotamento sanitário em novos loteamentos, como condição prévia para o parcelamento e/ou urbanização da área loteada, sendo do empreendedor o ônus de elaboração dos referidos projetos, bem como da implantação das obras dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

VII. deixar de prestar os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, ou interromper sua prestação, sempre que considerar as instalações prediais, ou parte delas, irregulares, inseguras ou inadequadas, sem prejuízo de outras hipóteses de interrupção previstas na legislação aplicável;

VIII. exigir dos usuários a realização de pré-tratamento dos efluentes considerados incompatíveis com o sistema sanitário, de acordo com as normas editadas pelo REGULADOR;

IX. alterar a classificação do imóvel sempre que nele forem exercidas atividades diversas da originalmente informada;

X. incorporar ao seu patrimônio os ativos referentes aos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário implantados pelos empreendedores em parcelamentos de solo, loteamentos e empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, até a reversão destes ativos ao MUNICÍPIO, sem ônus para este, quando do encerramento deste contrato.

28.3 – Se a SANEAGO delegar a prestação dos serviços a particular, o contrato de concessão, subconcessão ou parceria público-privada definirá os deveres e direitos que permanecerão com a SANEAGO e os que serão transferidos à DELEGATÁRIA.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA URBANIZAÇÃO INTEGRADA**

29.1 O MUNICÍPIO definirá as áreas prioritárias para a Urbanização Integrada, ouvindo a SANEAGO, de forma a compatibilizar as obras previstas com o planejamento e as metas de prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico, visando a otimização dos resultados.

29.2 As obras e benfeitorias de abastecimento de água decorrentes da aplicação dos recursos previstos nesta Cláusula, integrarão o patrimônio da SANEAGO, com registro específico, consoante cláusula sexta deste Contrato. As demais obras e benfeitorias resultantes integrarão o patrimônio do MUNICÍPIO ou, quando for o caso, das famílias beneficiadas, na forma da lei.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DO MUNICÍPIO**

30.1 – Para a consecução do objeto pactuado neste instrumento, ao MUNICÍPIO compete:

I. cumprir e fazer cumprir as disposições pertinentes aos serviços de abastecimento de água e esgotamento de água e esgotamento sanitário e as condições deste contrato;

II. estimular o aumento da qualidade e o incremento da produtividade dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela SANEAGO auxiliar a

SANEAGO no relacionamento com os demais órgãos públicos e com as comunidades de USUÁRIOS, objetivando o cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

III. propor a celebração de convênio, tanto com o ESTADO, quanto com a SANEAGO, visando ao incremento e agilização de obras pertinentes aos serviços delegados;

IV. comunicar ao REGULADOR, no prazo de 3 (três) dias úteis, a ocorrência de relevante desconformidade técnica, operacional, contábil, econômica, financeira, tarifária e de atendimento aos USUÁRIOS, na prestação dos serviços, de que tome conhecimento;

V. declarar por decreto a necessidade ou utilidade pública das áreas necessárias às obras de implantação e expansão dos serviços;

VI. ceder à SANEAGO, a título gratuito e devidamente regularizadas, as servidões de passagem existentes, bem como o uso de bens imóveis públicos que serão afetados à prestação dos serviços, pelo prazo em que vigorar o presente contrato;

VII. coibir o lançamento de águas pluviais e de drenagem no sistema de esgotamento sanitário;

VIII. encaminhar à prestadora, para análise e apreciação, os projetos relativos à implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em novos loteamentos, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento dos projetos;

IX. informar ao empreendedor, quando da solicitação de aprovação de projetos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para novos loteamentos, que todos os custos de implantação correrão às expensas do mesmo;

X. repassar à prestadora os recursos financeiros necessários para as alterações nas redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sempre que lhe convier alterar os alinhamentos, perfis e nivelamentos de quaisquer logradouros públicos;

XI. apresentar projetos, bem como executar as obras de infra-estrutura necessárias ao tratamento de fundos de vale, custeando-as, de forma a permitir que a prestadora possa cumprir suas obrigações relacionadas à implantação do sistema de esgotamento sanitário;

XII. aplicar as penalidades administrativas cabíveis aos proprietários ou possuidores dos imóveis que não estejam ligados à rede pública de abastecimento de água e de esgotamento sanitário ou exigir que o REGULADOR o faça.

30.2 – São direitos do MUNICÍPIO:

I. exercer a competência de planejamento dos serviços de saneamento, por meio do Plano Municipal de Saneamento Básico e suas revisões;

II. receber prévia comunicação da SANEAGO sobre obras que serão executadas em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência;

III. exigir o cumprimento, pela SANEAGO, das obrigações previstas neste contrato e em seus Anexos, respeitando o equilíbrio econômico financeiro.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DOS USUÁRIOS**

31.1 – São obrigações dos USUÁRIOS, sem prejuízo daquelas previstas na legislação aplicável e nas demais cláusulas do presente contrato:

I. pagar pontualmente as tarifas e preços cobrados pela prestadora pela prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como os valores decorrentes da prestação das demais classes de serviços, sujeitando-se às penalidades previstas em caso de inadimplemento;

II. informar à SANEAGO qualquer alteração cadastral do imóvel;

III. contribuir para a permanência das boas condições das instalações, infraestrutura e bens públicos afetados à prestação dos serviços, manter caixas d'água, tubulações e conexões em condições de conservação, bem como eliminar vazamentos nas instalações internas;

IV. autorizar a entrada de prepostos da SANEAGO, devidamente credenciados, nos imóveis que estejam ocupando, para que possam ser instalados equipamentos ou realizados reparos necessários à adequada prestação dos serviços;

V. conectar-se à rede pública de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado de sua disponibilização, nos termos do artigo 45 da Lei Federal 11.445/07;

VI. consultar a SANEAGO, anteriormente à instalação de tubulações internas, quanto ao local do ponto de distribuição de água e de coleta de esgoto;

VII. responder pelos danos causados em decorrência da má utilização das instalações e dos serviços colocados à sua disposição;

VIII. não lançar esgoto sanitário na rede de águas pluviais, nem águas pluviais e águas de drenagem no sistema de esgotamento sanitário;

IX. atender às exigências da SANEAGO quanto à realização de pré-tratamento de efluentes de esgoto, quando esses forem incompatíveis com o sistema sanitário existente, em atendimento

às normas editadas pelo REGULADOR.

X.2 – São direitos dos USUÁRIOS, sem prejuízo daqueles previstos na legislação aplicável e nas demais cláusulas deste contrato:

I. acesso às informações sobre os serviços prestados;

II. conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III. acesso ao manual de prestação dos serviços e de atendimento ao USUÁRIO, elaborado pela prestadora;

IV. receber serviços em condições adequadas;

V. comunicar fundamentada e formalmente às autoridades competentes os atos ilícitos ou irregulares praticados pela SANEAGO;

VI. levar ao conhecimento do REGULADOR e da SANEAGO quaisquer irregularidades, referentes aos serviços prestados, de que tenham conhecimento;

VII. receber resposta do REGULADOR e da prestadora sobre requerimentos formulados perante os mesmos.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – FORO**

32.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Rio Verde-GO como competente para dirimir quaisquer litígios oriundos, direta ou indiretamente, do presente CONTRATO.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO**

33.1 Dentro de 20 (vinte) dias que se seguirem à assinatura deste contrato o MUNICÍPIO providenciará a sua publicação, mediante extrato, no Diário Oficial do Município ou no jornal em que usualmente são publicados os atos oficiais municipais.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópia deste contrato ao Tribunal de

Contas do Estado de Goiás no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da sua assinatura.

Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento, em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, que serão assinadas pelos representantes do MUNICÍPIO e da SANEAGO, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si herdeiros e sucessores.

GOIÂNIA,

**PELA SANEAGO:**

Nicomedes Domingos Borges  
*Presidente*

Paulo Omar Teixeira Araújo  
*Dir. de Fin. e Relação de Investidores*

Francisco Humberto Moreira  
*Diretor Comercial e de Marketing*

**PELO MUNICÍPIO:**

Prefeito Municipal  
Juraci Martins de Oliveira

TESTEMUNHAS:

1ª 2ª

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CI: CI: